

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS
DOUTORADO EM RECURSOS NATURAIS

POTENCIALIDADES LOCAIS, TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA
O CARIRI PARAIBANO

LUIZ GONZAGA DE SOUSA

Campina Grande, - PB

2011

**POTENCIALIDADES LOCAIS, TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA
O CARIRI PARAIBANO**

LUIZ GONZAGA DE SOUSA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais do Centro de Tecnologia e Recursos Naturais da UFCG, para obtenção do grau de Doutor em Sociedade e Recursos Naturais.

Área de concentração: Sociedade e Recursos Naturais.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento, Sustentabilidade e Competitividade.

Orientador: Professor Dr. Clodoaldo Roque Delajustina Bortoluzi.

Campina Grande – PB

2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S725p Sousa, Luiz Gonzaga de.
Potencialidades locais, turismo e desenvolvimento local no Cariri
paraibano / Luiz Gonzaga de Sousa. - Campina Grande, 2011.
147f.: Il. col.

Tese (Doutorado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de
Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais.
Orientadores: Prof. Dr. Clodoaldo Roque Delajustina Bortoluzi,
Prof. Dr. José Dantas Neto.
Referências.

1 . Desenvolvimento Sustentável – Turismo. 2. Potencialidade
Local. 3. Externalidades. 4. Participação Engajada. I. Título.

CDU 502.131.1:338.48 (043)

LUIZ GONZAGA DE SOUSA

**POTENCIALIDADES LOCAIS, TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA O CARIRI
PARAIBANO**

APROVADA EM: 14/12/2011

BANCA EXAMINADORA

Dr. CLODOALDO ROQUE DELAJUSTINA BORTOLUZI

Centro de Humanidades - CH
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Dr. ROBÉRIO FERREIRA DOS SANTOS

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Dr. JURANDIR ANTONIO XAVIER

Aposentado da - Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Dr. JOSÉ DANTAS NETO

Centro de Tecnologia e Recursos Naturais - CTRN
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Dr. ERIVALDO MOREIRA BARBOSA

Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que me deram vida física, agradeço efusivamente à minha mãe, que quis que eu fosse alguém nesta vida, já prevendo inconscientemente minha labuta na sociedade, e, ao meu pai, que me proporcionou exemplos que os segui na medida do possível do cotidiano.

Meus sinceros agradecimentos à natureza, que me deu e dá energias; proporciona-me forças para ultrapassarem as dificuldades a que eu estou submetido, porém sobrevivo para cumprir as tarefas que atravessam meu caminho, como pedras difíceis de transpor com as forças físicas que o organismo humano suporta.

À minha esposa, devo total apreço pela dedicação mais direta ao nosso grupo familiar na educação doméstica que despendeu com carinho.

Aos meus filhos, também devo meus sinceros afetos pelos motivos que levaram à minha dedicação a esse trabalho de fôlego, como preferência pessoal e acadêmica.

Aos professores de minha formação primária, ginásial e secundária, em um primeiro momento; em um segundo, os de minha formação acadêmica de bacharelado, de especialização, de mestrado e alguma outra influência na minha trajetória profissional.

Aos meus colegas de todos os tempos, especificamente os de pós-graduação, que compreenderam a minha forma de ser e agir, em um convívio de forte harmonia e vontade para compreender a sociedade econômica, ambiental, geográfica, política e comunitária, que precisa de ajustes para a construção de um amanhã melhor.

Agradeço à vida, por me proporcionar oportunidade de viver e conviver com os colegas que me fortalecem, cuja memória me fez buscar no âmago de minhas entranhas o que, em verdade, eu sou em essência primária das coisas, cuja inteligência me tem indicado o caminho da verdade eterna e eu não tenho fugido, por eu ser o que sou.

Em resumo, agradeço a tudo e a todos que direta ou indiretamente me proporcionam paz, confiança e solidariedade em toda a minha vida, pois tudo que acontece comigo tem me ajudado a crescer cada vez mais forte.

Retrato do Cariri

Luiz Gonzaga de Sousa

No meu cariri
Em tempo sem bonança
Eu vi quando criança
Um quadro bem natural.
Como encanto a natureza
Mostrava coroa-de-frade
Muito bela e sem alarde
Vi como se forma a beleza.

No meu cariri
Abundava chique-chique
A causar grande repique
Com o vento que batia.
Neste meu belo torrão
Lá estava a macambira
Em metamorfose se vira
Em poesia no chão.

No meu cariri
Vi umbuzeiro frondoso
Com o seu jeito viçoso
Que inquieta os humanos.
Lá também vi alegria
Que estava num pé de juá
Como querendo mostrar
Tempos bons naquele ano.

No meu cariri
Eu comi fruta de palma
Com um sabor cuja alma
Apascenta um camponês.
Enfim, no meu cariri
Andei em pau-de-arara
Lá, eu ainda vi arara
Cantando para a gente ri.

RESUMO

O Cariri paraibano tem convivido, ao longo dos tempos, com uma taxa muito baixa de desenvolvimento econômico e social. A proposta para este caso é que as potencialidades locais (econômica, histórica, geográfica, política e social) do Cariri paraibano, via estratégias turísticas, podem impulsionar o desenvolvimento local. Daí, o objetivo deste trabalho: fazer um estudo multidisciplinar das potencialidades locais, incluindo o capital social, impulsionadas pelo turismo para fomentar estratégias para desenvolvimento participativo, com utilização de *empowerment* e *spillovers*, de tal maneira que os setores produtivos da economia impulsionem um crescimento conjunto, para uma melhor qualidade de vida da população. O método aqui adotado configura uma abordagem de análise sistêmica, participativa, com o uso de inferência estatística, levantamento dos pontos fortes e fracos, para detecção dos ganhos ou perdas, onde todos se sintam envolvidos nessa integração local. Isso porque as formas tradicionais de desenvolvimento econômico, já não respondem ao que se pretende alcançar. Assim, o importante é que haja integração dos atores sociais e agentes econômicos, para que se consigam os benefícios que as comunidades necessitam, como paradigma exequível em outras localidades. Em suma, o desenvolvimento econômico, político e social é uma preocupação essencial de todos os que fazem o Cariri Paraibano, visto que localidades com baixo nível de renda precisam melhorar sua posição no cenário desenvolvimentista.

Palavras-chaves: Territorialidade; estratégias; participação engajada; externalidades.

ABSTRACT

The Cariri paraibano live, throughout the times, with a tax very low of economic and social development. The thesis proposal, is that, the economic and social potentialities of the Cariri paraibano, saw strategies tourist, stimulates the local development. From there that, the objective of this work is to make a study to multidiscipline of the local potentialities, including the capital stock, stimulated for the tourism to foment strategies for participatory development, with an use of empowerment and spillovers, in such way that the productive sectors of the economy stimulate a joint growth, for one better quality of life of the population. The method used here configures a boarding of sistemic, participatory analysis, with the inference use statistics, survey of the strong and weak points, for detention of the profits or losses, where all are felt involved in this local integration; since, the traditional forms of economic development, already do not answer what it is intended to reach. Thus, the important one is that it has integration of economic the social and agent actors, so that the benefits are obtained that the communities need; e, as feasible paradigm in other localities. Finally, the economic development, social politician and the ones are an essential concern of all that make the Cariri Paraibano; since, localities with low level of income need to improve its position in scene of development.

Keys-words: Territoriality; etrategies; empowerment; spillovers.

ÍNDICE DE QUADRO

Quadro 4.1 - Quantidade de famílias que recebem bolsa família (2008 e 2009) e sua relação com a população (2007) local no Cariri paraibano, por município.	85
quadro 4.2 - taxas de crescimento da bolsa família no cariri paraibano, por município, no ano de 2008 e 2009.	86
Quadro 4.3 - Índices de participação dos benefícios concedidos pelo INSS frente ao PIB municipal, para o Cariri paraibano, a preços correntes, para os anos de 2003, 2006, 2007 e 2008.	87
Quadro 4.4 - Taxas de crescimento a preços correntes, da diferença entre benefícios e arrecadação pelo INSS para os municípios, no Cariri paraibano, para o período 1999 a 2008.	88
Quadro 4.5 - taxa de crescimento das culturas permanentes no cariri oriental de 2000 a 2006..	91
Quadro 4.6 - taxa de crescimento das culturas permanentes no cariri ocidental de 2000 a 2006..	92
Quadro 4.7 - Taxa de crescimento das culturas temporárias no Cariri Oriental de 2000 a 2006.	92
Quadro 4.8 - taxa de crescimento das culturas temporárias no cariri ocidental de 2000 a 2006.	92
Quadro 4.9 - pecuária no cariri paraibano. efetivo dos rebanhos (cabeças) e leite (mil litros) para o ano de 2005.....	94
_Quadro 4.10 - atividade mobiliária, transportes e serviços coletivos para o ano de 2005, por município, cariri paraibano	95
Quadro 4.11 - Carvão vegetal. Lenha e madeira em toda e valor da produção, por município do Cariri paraibano, para o ano de 2005.	96
Quadro 4.12 - Coeficiente de Participação dos Municípios do Interior paraibano em 2008.....	98
Quadro 4.13 - Informações sobre índice de FPM em 1977, 1999 e 2005.....	99
Quadro 4.14 – Participação relativa das pessoas residentes com 10 anos ou mais de idade, com rendimento nominal mensal em salário mínimo (SM), por município, para o Cariri Paraibano, para o ano de 2006.....	100
Quadro 4.15 – Taxa de crescimento do PIB do Cariri paraibano, de 2002 a 2008 a preços correntes.....	102

Quadro 4.16 - Informações sobre densidade populacional do Cariri paraibano.....	103
Quadro 4.17 – Contabilização do Valor Agregado do Cariri paraibano, frente ao PIB, por Município, para o ano de 2005 e 2007.....	104
Quadro 4.18 – Participação relativa do ICMS no PIB do Cariri paraibano, por município, para os anos de 2006, 2007 e 2008.....	106
Quadro 4.19 – Número de pessoas residentes que freqüentam a educação no município para ano de 2005.....	107
Quadro 4.20 – Índice de Qualidade de Vida (I. Q. V.), Índice de Desenvolvimento Humano (I. D. H.), Índice de Distribuição Espacial (I. D. E.) e Índice de Pobreza de Fishlow municipal para o Cariri paraibano, em 2007.....	114
Quadro 4.21 – Resultados econômicos	116
Quadro 4.22 – Efeitos sociais	117
Quadro 4.23 – Influência da história	119
Quadro 4.24 – Participação do turismo	121
Quadro 4.25 – Efetivação do desenvolvimento local.....	123

LISTA DE SIGLAS

SEI – Superintendência de Estudo Econômicos e Sociais
PIB – Produto Interno Bruto
PPA – Paridade Poder Aquisitivo
PNUD – Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMT - Organização Mundial do Turismo.
SEBRAE – Secretaria Brasileira de Apoio ao Empreendedor
ICV - Índice de qualidade de vida
IDH - Índice de desenvolvimento humano
POP - População
SAL - Salário
IDE - Índice de Distribuição Espacial
IDT - Índice de Desenvolvimento Turístico
DE – índice de Desenvolvimento Econômico
IB – Índice de Infra estrutura
MA – Índice Meio Ambiente Natural
FAMUP - Federação das Associações de Municípios da Paraíba
ONG – Organização Não Governamental
PRODEMA – Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento e Meio Ambiente
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
AESA - Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba
PO - Puro de Origem
ASSOAM - Associação dos Artesãos de Monteiro
PNT - Plano Nacional de Turismo
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
IR - Imposto de Renda
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo
ARTESA - Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro
AT - Atividade Mobiliária
AT FRA - Atividades Financeiras
SC - Serviços Coletivos
TRA - Transportes
SM - Salários Mínimos
AOCOP - Associação dos Caprinocultores do Cariri Ocidental Paraibano
SOPECA - Sociedade dos Poetas, Escritores e Compositores do Cariri

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	vi
RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
ÍNDICE DE QUADROS.....	ix
LISTA DE SIGLAS.....	xi
SUMÁRIO.....	xii
 CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	 14
1.0 ASPECTOS GERAIS	14
1.1 O PROBLEMA E A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO	17
1.2. OBJETIVO GERAL.....	21
1.2.1 Objetivos específicos	21
1.3 JUSTIFICATIVAS DO TRABALHO ..	21
 CAPÍTULO II – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	 24
 CAPÍTULO III – ASPECTOS METODOLÓGICOS	 35
3.0 A METODOLOGIA.....	35
3.0.1 Método e técnicas do trabalho	35
3.0.2 Estudo de caso	36
3.0.3 Formulas de desenvolvimento local	40
3.0.4 – As informações e análise	43
3.0.5 – Técnicas para aplicação de estratégias	45
3.1 DAS POTENCIALIDADES LOCAIS.....	48
3.1.1 Do acervo histórico	48
3.1.2 Do atraso para o progresso.....	49
3.1.3 Da radiografia do local	49
3.1.4 Das possibilidades de emprego renda.....	50
3.1.5 Da Formação do Desenvolvimento local.....	50
 CAPÍTULO IV - RESULTADOS E DISCUSSÕES	 52
4.0 QUANTO ÀS POTENCIALIDADE LOCAIS.....	52
4.0.1 Acervo histórico.....	52
4.0.2 Um atraso para o progresso.....	59

___ 4.0.3 Uma radiografia para mudança.....	64
___ 4.0.4 Possibilidades de emprego e renda.....	70
___ 4.0.5 Formação do Desenvolvimento local.....	73
4.1 PROGRAMAS NO LOCAL.	78
___ 4.1.1 As iniciativas locais	78
___ 4.1.2 Fatores que constroem desenvolvimento	84
___ 4.1.3 Nichos para o progresso.....	91
___ 4.1.4 Em busca da qualidade de vida.....	108
4.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS	114
___ 4.2.1 Resultados econômicos.....	115
___ 4.2.2 Os efeitos sociais.....	117
___ 4.2.3 Influência da história	118
___ 4.2.4 Participação do turismo.....	120
___ 4.2.5 Efetivação do desenvolvimento local.....	122
 CONCLUSÕES.....	 124
 RECOMENDAÇÕES.....	 128
 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	 130
 ANEXOS I.....	 141
 ANEXOS II.....	 146
 ANEXOS III - Mapa do Cariri paraibano.....	 147

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1.0 Aspectos gerais

Este trabalho pretende realizar um estudo multidisciplinar das potencialidades locais, incluindo capital social, impulsionadas pelo turismo, para fomentar estratégias para desenvolvimento local, no Cariri paraibano. Daí decorre a seguinte tese: as potencialidades econômicas e sociais do Cariri paraibano, via estratégias turísticas, são caminhos para um desenvolvimento local.

Com respeito à formação histórica do local, verifica-se que, para a Enciclopédia dos Municípios Paraibanos (1973), a ocupação do Cariri paraibano, presume-se, inicia-se no século XVII, com a chegada do alferes Custódio Alves Martins, morador da capitania de Pernambuco. Este fundou um sítio de nome São João, que deu origem à cidade de São João do Cariri, desmembrado ao longo da história, ao se começar a formação de novas cidades com estrutura própria de sobrevivência e progresso.

Segundo Costa (2003), o Cariri paraibano possui este nome devido à presença de índios da nação Cariri, cujo cognome advém do tupi, com a mutação do *Kiri'ri*, que quer dizer: “silencioso”, “deserto”, “ermo” ou pode indicar “caatinga pouco áspera”, características que se observam nessa grande extensão de terra, com fracos índices de densidade demográfica.

Em visita ao local, observa-se que essa microrregião comporta um clima aconchegante, cujos visitantes ficam embevecidos com a brisa que recebem; com a chuva que cai, mesmo com longas estiagens que acontecem; com água de biqueira que a população e os animais ingerem, nos momentos de sede; com o encantamento da fauna e da flora, típicas de um ambiente que desperta curiosidade e descobertas constantes; e, também, com uma fotografia que deixa muita gente encantada com a beleza natural que existe, insinuando grande valor econômico e social.

A propósito, constatou-se que a posição geográfica do Cariri paraibano, beneficia toda uma população e sua circunvizinhança, com distâncias em que a interação sinérgica é frequente; com festas pomposas de finais de semana; com piqueniques nos ambientes mais encantadores que deleitam aos visitantes das diversas partes do país, sem contar com os filhos da terra que voltam para uma visita rotineira à família e aos amigos, fomentando a economia local.

Ao se caminhar e/ou conviver no Cariri paraibano, recorda-se com muita facilidade de “Os Sertões”, de Euclides da Cunha (1903), que descreve com grande habilidade e destreza as paisagens, o modo de vida das comunidades, os hábitos e costumes, os tipos de fauna e flora, de sertão baiano, que representando com muita propriedade todo o Nordeste brasileiro, e, porque não dizer, o Cariri paraibano.

No que diz respeito à renda da população no Cariri paraibano, percebe-se que, com o transcorrer da história, um nível de baixíssima renda perdura implacável, de maneira acintosa. Há um aumento no diferencial de renda nos municípios, que obtiveram algum progresso, ou desenvolvimento e aqueles outros que até pioraram em sua condição de atraso, ao verem seus filhos migrarem para lugares onde ofereciam melhores condições de sobrevivência.

Como detectado no Cariri paraibano, por haver uma baixa renda, as condições financeiras são frágeis, para que haja investimentos privados e se consiga uma decolagem efetiva, que dinamize o local, com envolvimento de todas as estratificações sociais, desde a mais baixa até a mais alta. Daí, a importância do bem-estar incorporar o conjunto dos membros economicamente ativos e não-ativos, como agentes econômicos, sociais e políticos.

Ao longo dos anos, o sistema de comando político foi se organizando em todo o país e, *pari passu*, o estado paraibano também conseguia a sua participação no cenário nacional. O interior paraibano, no caso, o Cariri não foi impulsionado para uma modernidade, que envolvesse todos os setores de produção, que viria com melhoria das comunidades que habitam aquela microrregião.

Para Samuelson (1975), os recursos escassos da sociedade, administrados de maneira eficiente, possuem a capacidade de promover o desenvolvimento econômico e social, com a incorporação dos diversos recursos naturais, monetários; humanos; construídos; organizacionais; administrativos; e de todas as outras maneiras de envolver as comunidades na condução de uma estruturação que prima por uma gestão eficaz.

O Cariri paraibano, tendo as cidades de Monteiro e Cabaceiras como as mais influentes, tem implantado um processo de desenvolvimento local que envolve a sociedade (DURSTON, 2003). Trata-se de uma atuação da população no processo político e administrativo, para reivindicação de investimentos públicos e privados, para satisfazer a demanda, em um elo sistêmico entre os setores produtivos da economia, cujo resultado é a inclusão social, quanto à distribuição dos benefícios, devido à geração de riqueza que culmine com o bem-estar para todos.

Em Buarque (1999), para conhecer o Cariri paraibano, busca-se inicialmente fazer um diagnóstico do potencial dos recursos disponíveis na localidade. Considera-se que as

condições locais oferecem os elementos naturais que possuem possibilidades de ser incorporados na atividade econômica de forma turística; de tal maneira que o ambiente local possa ser transformado progressiva e participativamente em prol do bem-estar coletivo.

Nessa microrregião, verificou-se que as secas têm maltratado os recursos naturais disponíveis. A situação de semi-aridez está aumentando a área de desertificação, por falta de uma ação mais efetiva para a reversão de tal fato. Entretanto, a utilização das disponibilidades internas, incluindo o capital social local, via turismo, é fonte importante para desenvolvimento participativo.

No Cariri paraibano, observou-se (2009) uma regular infra-estrutura em estradas e rodagens, hotéis, pousadas e residências particulares, que recebem turistas e/ou outras formas de visitantes. Ao mesmo tempo, aos empreendedores, são concedidos subsídios ou incentivos para investimentos na agropecuária, na indústria de transformação e/ou agroindústria, ou de serviços, para que seja possível uma inserção econômica e social dos fatores de produção, os da natureza e os da sociedade, que atuam de forma precária na localidade.

Em visita ao local (2009), constatou-se nele existe um campo farto para turismo, por meio das potencialidades locais, com inserção de capital social existente via aplicação de *empowerment* populacional, assim como pela incorporação de *spillovers* como estratégias, considerando-se as experiências que deram certo em outros lugares, com repercussão na melhoria na qualidade de vida do povo local.

Alguns pontos turísticos importantes são visíveis nos recursos naturais locais, tais como a fauna e a flora existentes; as saliências geográficas (*inselbergs*) para passeios; ou outras formas que proporcionem instantes de lazer, ou descanso, livre de poluição, assim como atividades de práticas esportivas diretamente ligadas à natureza, que melhoram a saúde e as condições de relacionamento entre as pessoas que trabalham por um mundo melhor.

No Cariri paraibano são poucos os programas desenvolvimentistas, com participação efetiva do Município, do Estado e da Federação, que têm atingido o seu intento. Os cenários mais detalhados de atuação governamental ou não-governamental (ONG) indicam os pontos prementes a serem minimizados por meio de projetos de melhoria da qualidade de vida, especialmente, os que são direcionados para turismo.

A maneira como se apresentam as potencialidades locais, solos, rios, açudes, lagoas, montanhas, montes, fauna e flora, assim como outros elementos naturais, incluindo capital social, proporciona condições para que se possam fomentar estratégias de utilização desses recursos via turismo, com a incorporação da mão-de-obra desocupada e a melhoria do nível

de renda dos que já se ocupam de atividade pouco rentável. Consequentemente, pode-se ter um desenvolvimento local.

1.1 O PROBLEMA E A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO

No Cariri paraibano, observa-se uma situação de atraso generalizado, devido a uma situação de *caatinga* ou semi-aridez, que provoca a seca; com carência de iniciativas locais para propiciarem condições de desenvolvimento local, visto que não há acesso generalizado aos recursos que alavancam o crescimento econômico e social. Dessa forma, faz-se necessário dinamizar formas alternativas de progresso no entorno.

Em conversa com a população local, neste mesmo ano, verificou-se que a semi-aridez, ou *caatinga*, na microrregião é uma das causas da baixa qualidade de vida da população. Por outro lado, observa-se que os recursos disponíveis nessa localidade não são alocados para melhoria dessa qualidade de vida, pois exista uma má distribuição da água; não há conservação ou preservação dos animais, da terra, das florestas, da história do ser humano, das montanhas, das serras, dos lajedos gigantes e de alguns outros recursos, que não são aproveitados eficientemente para transformação do local.

A seca, quando chega a um nível insuportável para os habitantes, impele as autoridades a implantarem as “frentes de emergências”, com a finalidade de assegurar o nível de subsistência, até o próximo inverno, alegria do caririseiro. Tal paliativo serve para conservação das estradas federais, estaduais e municipais; limpar os açudes públicos, ou privados; além de ser uma forma de atenuação da situação do homem do campo, que é quem mais sofre com a desocupação e baixa produção.

Com dados do SEI/IBGE (2008), no Cariri paraibano, o atraso é visto através do baixo valor do Produto Interno Bruto (PIB) percapita de cada município; com dados de 2008, ver-se claramente que os cinco maiores PIBs por habitante estão em: Caturité com R\$ 7.408,76, em primeiro lugar; em segundo, Parari com R\$ 6.891,45; em seguida, Riacho de Santo Antonio, com R\$ 5.892,82; Congo, com R\$ 5.862,29 e Boqueirão, com R\$ 5.338,76. O do Estado é de R\$ 6.865,98 e o do País de R\$ 15.989,75 a preços correntes. Estes dados não refletem detalhes importantes, para uma melhor compreensão do local.

Para o ATLAS de Desenvolvimento Humano do Brasil (2005), o nível de atraso do Cariri paraibano é visível também nos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Em 1991, para o Cariri ocidental registra-se o mais alto nível de IDH em Sumé, com 0,573, e o pior índice em São João do Tigre, com um indicador de 0,428. Já no ano 2000, Serra Branca

apresentou o melhor valor calculado, um índice de 0,662, e o pior foi São João do Tigre, com índice de 0,527, municípios que apresentam pouco diferencial.

Já em 1991, explica o ATLAS que, para o Cariri oriental, a localidade com o melhor índice de IDH foi Cabaceiras, com 0,580, e o pior ficou com Riacho de Santo Antônio, com um índice de 0,454, em termos de valor calculado para o local. No ano 2000, o município com o melhor índice continuou sendo Cabaceiras, com 0,682; e o com o pior foi Barra de Santana, com 0,575.

Neste mesmo ATLAS (2003), no Cariri ocidental, com 17 municípios, observam-se, no ano 1991, os índices de IDH entre 0,200 a 0,350, com porcentagem de 35,3%; e entre 0,350 a 0,500, de 64,7% dos envolvidos. Para o ano 2000, entre 0,200 a 0,350, não havia município; 88,2% ficaram no intervalo 0,350 a 0,500; e entre 0,500 a 0,650 ficaram 11,8%; havendo, assim, uma pequena melhora para a microrregião. Para o Cariri oriental, com 12 municípios, no ano de 1991, havia no intervalo entre 0,200 a 0,350 25% dos municípios, e entre 0,350 a 0,500, 75%. Para o ano de 2000, o índice entre 0,350 a 0,500 foi de 75%, e entre 0,500 a 0,650 de 25%, indicando uma forte melhora neste último intervalo.

De acordo com esse mesmo ATLAS (2003), os índices que medem o desenvolvimento humano nessas localidades são baixos, justificando uma situação de atraso (intensidade de pobreza no ano 2000 variou entre 42,74 a 63,03 por município. Tal situação que essa microrregião carrega se dá em virtude dos baixos níveis de investimento municipal, para dinamizar a economia, pois as potencialidades microrregionais continuam com sua subutilização, sem orientação suficiente sobre como as usar, sem degradar a natureza, o que fragiliza a sobrevivência da população.

Para ATLAS de Desenvolvimento Humano no Brasil (2005) e o PNUD/IPEA (2003), verifica-se que, em um ambiente com fortes índices de pobreza, como é o caso do Cariri paraibano, verifica-se o aparecimento de uma estrutura vivencial, na qual o índice de analfabetismo oscila entre 50,73 a 76,06 pontos percentuais. Também outro fator é o sistema habitacional que é precário, sem as mínimas condições de moradia. A rede de transportes é arcaica, sem renovação de frota. E a população vive com agricultura de subsistência, cuja tecnologia atrasada não provoca mudanças necessárias, ao desenvolvimento local, como reclama a população do local.

Como observado *in loco* (2009), o Cariri paraibano possui sua economia pautada exclusivamente na pequena agricultura, ou de subsistência, uma regular pecuária e bastante miúncas, obviamente com tecnologia repassada de pai para filhos, sem a ingerência de qualquer órgão de orientação apropriada para melhorar a produtividade e comercialização dos

produtos gerados. Frente às informações do IBGE (2005), observou-se nos últimos cinco anos uma forte queda agrícola, tanto nas culturas permanentes como nas temporárias, devido a fatores climáticos e/ou falta de incentivos para dinamização do local.

De acordo com o Censo Industrial da Paraíba (2008), a produção do setor de transformação, ou de beneficiamento, ainda é bastante fraca e artesanal, devido ao predomínio de indústria de fundo de quintal ou microempresa familiar. Assim, o que aparece nesse setor são: fabriquetas de móveis, olarias informais, pequenas padarias, algumas indústrias de mineração ou outros pequenos empreendimentos, que surgiram de experiências de outros lugares (*spillover/efeito demonstração*), adaptadas por trabalhadores que aprenderam no dia-a-dia, que não duram muito tempo, sem contar que, em sua maioria, funcionam na informalidade.

Como constado no local (2009), o setor de serviços no Cariri paraibano é um espelho da frágil atuação dos impulsionadores da economia, sobrevivendo de produtos gerados em lugares outros (*spillovers*), distantes ou não do ambiente comercial. Esse setor de serviços está composto pelo comércio, em sua maioria de pequenas mercearias conhecidas, como bodegas, pequenas farmácias e drogarias, feiras livres, mercadinhos e outros mais. Os serviços propriamente ditos compreendem: trabalhos independentes, contadores práticos, cartórios, barbearias, costureiras e outros necessários ao município.

Como observado em 2009, nessa microrregião, o processo de imitação de produtos da moda é muito comum, pelos que iam ou vão trabalhar no Centro Sul do país. Esse processo era, ou é repassado aos filhos, ou aos demais parentes, que são convidados a trabalhar nessa nova atividade que aprendeu no dia-a-dia da labuta profissional, ou com a curiosidade em demandar novidades. Não somente o setor de mecânica passava ou passa por essa automação, como também o de tecidos, de marcenaria, de construção civil, de eletrificação, ou outras maneiras de trabalho que se apresentavam no passado e ainda sobrevivem no local.

Em conversações no local, constatou-se que o *modus vivendi* no Cariri paraibano está caracterizado por uma idiossincrasia conservadora, quanto à cultura, história, religião, experiência laboral e pelo seu baixo nível de renda. Tal situação reflete na economia e na sociedade, determinando ao longo dos tempos, o atraso que se acumulou, mas pode ser recuperado pela participação engajada e externalidades para o local. Nesse sentido, os grupos sociais excluídos necessitam de estratégias para se incorporarem, com vistas a impulsionar uma melhoria na qualidade de vida local.

O que se constatou também, em andanças pela microrregião (2008-09), foi uma utilização ineficiente dos recursos naturais, tais como: os açudes e os rios, as altas serras

(*inselberg*), os grandes lajedos, a fauna e a flora diferentes, a história, e muitos outros elementos disponíveis que estão sem utilização econômica; ainda não incorporados ao processo de dinamização do capital social, como gerador de renda, embora existam alguns vislumbres de que aventureiros tenham efetivos benefícios desse ambiente aconchegante, sem qualquer retorno monetário para a localidade.

De acordo com diversos estudos sobre turismo no Cariri, verifica-se que, iniciam-se constantes visitas ao local, que podem se tornar turísticas, pois os recursos disponíveis, incluindo capital social, caracterizam-se como fontes de desenvolvimento, com expressivo valor turístico, visto como um potencial local, que ainda não foi eficientemente utilizado pela economia, como expressam algumas organizações do entorno.

Para a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001), esse setor, no campo internacional, mostrou um crescimento sustentável, a uma taxa média anual de 6,8%, passando de 25 milhões de chegadas, em 1950, para 697,8 milhões em 2000, resistindo às condições políticas e econômicas adversas, e se tornando uma das maiores indústrias do mundo, com faturamento de US\$ 477,9 bilhões. Isso porque é um nicho mercadológico fundamental para desenvolvimento local.

Para o SEBRAE (2009), o importante é que se faz necessário abrir o mercado turístico paraibano, para aplicação dos recursos disponíveis e os incentivos existentes nesse campo, para se ter um maior envolvimento da oferta frente à procura, que cresce a uma taxa anual de 5,2%, atingindo em 2002, um total de 42 milhões de turistas.

Em Jornal eletrônico do Turismo (2007) informa os ganhos que advêm do turismo estão polarizados em João Pessoa e Campina Grande, cujo setor deverá chegar à cifra de R\$ 30 milhões até 2007, com a captação de 85 eventos para essas cidades. O Cariri paraibano tem pouca ou muito frágil participação turística.

Como se tem observado (2009), essa microrregião constitui um ambiente com problemas que dificultam o desenvolvimento local, ao se iniciar pelo nível de renda baixo que ainda persiste, em virtude de não haver alcançado uma produção em escala comercial competitiva, o que caracteriza um atraso, que ainda se apresenta significativo. Tudo isto pode ser minorado pela organização da população com as autoridades governamentais, para investir, ou incentivar a inserção dos recursos naturais no turismo para um desenvolvimento do entorno.

Daí, pergunta-se: as potencialidades (incluindo o capital social) do Cariri paraibano, via estratégias turísticas, são propulsoras de desenvolvimento local?

1.2. OBJETIVO GERAL

Realizar estudo multidisciplinar das potencialidades locais, incluindo capital social, impulsionadas pelo turismo, para fomentar estratégias para desenvolvimento local, no Cariri paraibano.

1.2.1 Objetivos específicos

Ao detalhar melhor a ideia principal do objetivo geral, buscaram-se trabalhar os seguintes pontos, tais como:

- a) Indicar que as potencialidades econômicas e sociais promovem o desenvolvimento;
- b) Mostrar o *empowerment* e o *spillover* como dinamizadores do avanço;
- c) Explicar que as experiências externas afetam o fator de progresso local;
- d) Fomentar estratégias turísticas para promoção de desenvolvimento local.

Dentro dessa ótica, pretende-se alcançar os objetivos propostos para, assim, poder conseguir melhores maneiras de desenvolvimento econômico e social.

1.3 JUSTIFICATIVAS DESSE TRABALHO

É importante mencionar que alguns argumentos servem como justificativas para mostrar a necessidade de estudar as potencialidades de uma localidade que devem ser impulsionadas pelo turismo para um desenvolvimento local.

Um primeiro ponto a destacar é quanto à participação da população no processo de desenvolvimento local, visto que isto constitui uma forma de capital social em cooperação, mutualidade e confiança uns para com os outros.

Outra justificativa importante é no que diz respeito à significância do capital social no desenvolvimento local, considerando-se que toda uma história, cultura e identidade devem estar relacionadas dentro de um aspecto econômico para o progresso local.

Mais uma variável significativa é o fato de que as cópias ou imitação de produtos externos são comuns em lugares atrasados e que dinamizam o local, como forma de suprir as necessidades ou mesmo como sobrevivência de artesãos.

Um outro ponto importante é a forma como se implementa um desenvolvimento local, que não seja ditado pela Autoridade maior do município, mas feito com a participação da

população, o que significa dizer que tal processo deve acontecer em um movimento de baixo para cima.

A cultura do entorno também é importante para o turismo, tendo em vista que a localidade deve ser mostrada aos visitantes ou turistas com geração de emprego e renda, todavia, maior circulação no local leva a que haja uma viabilidade em termos de ganhos econômicos.

Inegavelmente a história no Cariri paraibano tem forte significado para a região, conseqüentemente para os turistas e pesquisadores que procuram conhecer novas realidades; ter novos conhecimentos da formação microrregional, que é uma localidade muito rica neste campo de trabalho.

Mais um ponto significativo é o que a sociologia denomina de identidade com o local como variável importante para desenvolvimento local, pois todo um sentimento de pertencimento caracteriza a afinidade de alguém com o lugar.

De grande relevância também é a inserção dos micros e pequenos empreendedores para desenvolvimento local, ao se considerar que as dificuldades para o comércio são bastante grandes, pela forma de produção em pequena escala, portanto, altos custos que inviabilizam a transação.

Uma questão importante neste trabalho é a maneira como dinamizar a iniciativa dos empreendedores locais, como fundamental para o desenvolvimento microrregional; todavia, sem a vontade de tais agentes do entorno fica difícil tal processo, no que respeita à organização do turismo, e assim, perde-se oportunidade de ganhos;

Aqui entra em cena a fenomenal importância do Cariri paraibano como um campo turístico signifiante, com os belos cenários que se podem enumerar quanto a história, a cultura, a identidade e a geografia de uma localidade pouco conhecida pela ciência e por turistas embevecidos por conhecimentos.

Em suma, deve ficar claro que o turismo envolve a todos de um local, pela sua forma de incorporá-los neste processo, indo da classe mais baixa à de mais alta renda na sociedade. Daí a influência de um efeito demonstração, funcionando como externalidade para o local que não conhece outros hábitos e costumes.

Este trabalho está estruturado da forma a seguir apresentada. Primeiramente tem-se a introdução, na qual se constam alguns aspectos gerais, o problema e sua importância, objetivos, caracterização da área de estudo e metodologia de trabalho.

No segundo capítulo, apresenta-se um referencial teórico, no qual se investiga a questão das etapas de desenvolvimento; a concepção de território, do local; a atuação do

empowerment; a forma de entender os atores sociais; os tomadores de decisão no local; o efeito da cultura, história e comportamento dos atores e agentes econômicos e a qualidade de vida do povo.

No terceiro capítulo, discutem-se as potencialidades do local, com a formação econômica do Cariri paraibano; o atraso da microrregião; emprego e renda do turismo no local; a sustentabilidade no uso dos recursos naturais, e como fontes de desenvolvimento.

No quarto capítulo, expõem-se programas para promoção de desenvolvimento local, no qual se aborda o funcionamento de tais projetos, a verificação de seus efeitos para a sociedade microrregional, via iniciativas locais, bem como um retrato do local, a forma como conseguir o desenvolvimento local e os níveis de desenvolvimento que se pode alcançar.

Em um quinto capítulo, propõem-se estratégias para desenvolvimento via turismo na microrregião, onde se investigam as estratégias quanto a: economia, frente ao social; no que diz respeito à história de formação do local, ao enfocar a questão geográfica, e as estratégias enfocando a problemática ambiental (recursos naturais), como maneiras de como se conseguir o desenvolvimento local.

Ainda neste trabalho, ter-se-ão as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas no processo de confecção. O importante é que para a implementação do desenvolvimento local, na qual a sociedade, independentemente de sua facção política e credo religioso, possa atuar de forma eficiente, na demanda dos pontos turísticos que possam dinamizar o desenvolvimento endógeno dessa localidade.

CAPITULO II - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para explicação de um desenvolvimento local, advindo das potencialidades locais, ressaltando o capital social, pela via do turismo, é que inicia-se este capítulo com as experiências já ocorridas e comprovadas como importantes (externalidades). Assim, as estratégias devem ser compatíveis à melhoria na qualidade de vida da população do Cariri paraibano; daí, fazer-se um diagnóstico das potencialidades do entorno, incluindo o capital social para turismo, cujo processo envolve o *empowerment* e o *spillover* (DURSTON, 2003 e BUARQUE, 1999).

Para levantamento das potencialidades locais nessa microrregião, trabalha-se com Buarque (1999), o qual explica como fazer um diagnóstico para um local, ao indicar as vocações existentes ou disponíveis para a criação de estratégias que gerem um desenvolvimento aos municípios, incorporando os atores da sociedade em um envolvimento conjunto.

Em Buarque (1999), o local é subdivisão de um sistema mais amplo, de tal modo que os problemas e as potencialidades locais dependem de fatores externos e das condições do contexto. A comunidade constitui corte importante de autonomia de gestão; deve estar articulada com os macro-espacos, demandando um esforço de coordenação, com instâncias e mecanismos capazes de exercer o papel articulador na distribuição de responsabilidades, em uma espécie de descentralização coordenada.

Uma valorização do local e obediência à Constituição, tanto em termos sociais, como histórica e da produção gerada na localidade, é essencial; uma incorporação de mais valor agregado é fundamental para desenvolvimento; é a contra face da globalização e da uniformização e padronização mundial dos estilos de desenvolvimento, explica Buarque (1999). A difusão de padrões culturais e formas globais de organização econômica e social levam a uma pasteurização da cultura universal, ao reduzir tudo a valores, hábitos e costumes homogêneos.

Ao mesmo tempo, Lira (2003) consolida o trabalho de Buarque (1999), ao ratificar tal metodologia para desenvolvimento local, envolvendo o processo em como criar estratégias para o progresso de um entorno; explicita também o método de diagnóstico das potencialidades locais e busca dinamizar o local frente a uma participação comunitária para ganhos sociais locais.

Ainda Buarque (2009), em um seu novo trabalho de construção de um desenvolvimento local, orienta como se envolvem os segmentos da sociedade civil, partindo-se de um pensamento construtivista popperiano, começando pelas organizações e movimentos sociais engajados (*empowerment*), com a utilização de externalidades (*spillover*) da informação, para um crescimento conjunto.

Para Durston (2003), as potencialidades locais envolvem o capital social, além da participação dos setores produtivos da economia tradicional para desenvolvimento local. O capital social trabalhado no Cariri paraibano aparece como processo de cooperação, de confianças entre os parceiros, e de mutualidade entre os membros de uma sociedade, a tal ponto que essa união leva a que se consigam ganhos sociais que sirvam a todos, cujo progresso vai surgindo de acordo com o contexto normal do ambiente.

Durston (2003) define de maneira clara, capital social como sendo um recurso ou uma via de acesso a recursos que, em combinação com outros fatores, permite obter benefícios a quem o possua, e considera-se, ao mesmo tempo, que esta forma de capital reside nas relações sociais de uma localidade.

Ainda em Durston (2003), a concepção de capital social tem relação com a necessidade de apreender em uma só ideia, um conjunto de dimensões de interação coletiva, nas quais os indivíduos têm que se colocar, a fim de estruturar uma interação com sentido e assentar-se como pessoa na aplicação de normas e valores morais que constituem e constroem a comunidade e a sociedade em que vive, tal como está no Cariri paraibano.

Já em Pase (2007) a concepção de capital social considera as características culturais de existência, de confiança, reciprocidade e solidariedade na sociedade civil, vitais para o aperfeiçoamento da democracia, das comunidades, das pessoas e, inclusive da sociedade política e o Estado. Isso é importante para desenvolvimento microrregional.

A emergência dos movimentos sociais está relacionada à existência e/ou desenvolvimento de relações de confiança, reciprocidade e solidariedade, pelo menos entre os iguais e, não raro, identificam-se movimentos que têm claramente uma articulação maior, que permite identificar o capital social, como diz Pase (2007). O capital social materializado nos movimentos sociais produz um inegável *empowerment*, já que estes conseguem muito mais que visibilidade pública, incluindo a obtenção de políticas públicas segmentadas e diferenciadas.

Capital social explica Arriagada (2003) como o de um grupo social que poderia entender-se como a capacidade efetiva de mobilizar, produtivamente e em benefício do conjunto, os recursos associativos que radicam nas distintas redes sociais às quais têm acesso

os membros do grupo. Os recursos associativos importantes para dimensionar o capital social de um grupo ou comunidade são as relações de confiança, reciprocidade e cooperação.

Para Arriagada (2003), a amplitude do conceito de capital social provém das distintas concepções do funcionamento da sociedade, assim como das diversas perspectivas com que se analisa. Isto significa dizer de seu caráter de paradigma interdisciplinar. Desde a perspectiva das instituições internacionais se considera e valora o conhecimento das relações entre atores econômicos, assim como entre suas organizações, para explicar a eficiência das atividades econômicas e sociais importantes.

Para análise de capital social, é fundamental a visão de Franco (2001), ao explicar que a cooperação é o primeiro fator para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento. Para que esse ambiente se forme e permaneça existindo, ao longo do tempo, faz-se necessário que se instale na coletividade algo como uma cultura de cooperatividade sistêmica (CAVESTANY, 2000).

De Franco (2001) diz que, para que o Capital Social possa ser gerado, acumulado e reproduzido, é preciso que as pessoas se interliguem, umas para com as outras, segundo um padrão horizontal de organização, em que não sejam em tudo sempre subordinadas umas às outras e que sejam interdependentes, ao invés de dependentes.

Para de Franco (2001), a capacidade de estabelecer ligações entre os seus membros dá a medida da conectividade interna da organização social. Se essas relações forem horizontais, temos uma conectividade horizontal que enseja a circulação da informação, dissolvendo os núcleos burocráticos baseados no segredo e favorecendo a desconcentração do saber (CAVESTANY, 2000).

De Franco (2001) diz ainda que, além disso, para haver cooperação é necessário que as pessoas compartilhem valores e objetivos comuns, ou seja, que tenham um projeto comum. Sendo assim, não se pode criar um clima favorável ao desenvolvimento se as pessoas não participam voluntariamente de ações conjuntas (CAVESTANY, 2000).

A cooperação, característica dos humanos leva à constituição de sociedades de parceria, ou melhor, de comunidades, mesmo dentro das sociedades de dominação, como explana De Franco (2001). Na medida em que aumenta a complexidade social, se tais comunidades adotam o padrão de rede e o modo de regulação democrático, estas redes vão também adquirindo, no que tange a aspectos organizacionais, tais características, transformando-se em sistemas semelhantes a sistemas adaptativos complexos.

As potencialidades locais e o capital social disponíveis na microrregião Cariri paraibano são fontes de desenvolvimento local, que podem ser dinamizadas pelo turismo,

cujas estratégias deverão apontar, de maneira adequada, para que se consiga o progresso no entorno, com qualidade de vida, ou bem-estar para todos indistintamente.

O turismo participa do desenvolvimento local de acordo com Castro e Nascimento (2007), em opção que se pode direcionar para uma melhora na qualidade de vida de uma população microrregional; pois, é bastante evidente que as autoridades públicas trabalham-no como alternativa para tal progresso, assim minorar as disparidades existentes no entorno, tal como processa em diversas pesquisas.

Castro e Nascimento (2007) prepararam um índice de desenvolvimento turístico como fundamental para mensurar, identificar e demonstrar as dificuldades que atravessa a atividade turística em um entorno, direcionando-o à sustentabilidade, à preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental, assim como ao desenvolvimento de uma comunidade.

No campo estratégico, explicitam Castro e Nascimento (2007), trabalha-se para identificação de cenários turísticos para implementação de projetos quanto à tomada de decisão pelos agentes econômicos locais. Além do mais, tal identificação serve como alerta acerca das condições do local e para que seja cobrado melhor empenho das autoridades, sendo o setor público coadjuvante sobre as questões turísticas e se empenhará pelo sucesso da atividade.

Neste processo, não se pode deixar de lado a questão da conscientização e da informação sobre os efeitos que o turismo desencadeia e o papel dos moradores nesta atividade, cuja visão maior não deve ser o lucro por excelência, mas a participação no lazer oferecido, de acordo com Castro e Nascimento (2007) e Durston (2003).

Um turismo Comunitário, como um desenvolvimento direcionado para a população, a exemplo do Cariri paraibano, estende-se como o que privilegia e possibilita a inserção das potencialidades locais, ao assegurar a todos subsistência, trabalho educacional e condições de uma vida digna, como explicam Nascimento e Carvalho (2008).

Em Almeida (2004), observa-se que o espaço geográfico diz respeito ao principal elemento de consumo do turismo. Existe uma maneira de apropriação e de funcionalidade dos espaços para esta atividade que permite falar de lugar turístico como uma invenção para e pelo turismo. O *point* turístico existe em função da execução do turismo que lhe proporciona uma existência, uma identidade própria e singular.

Já Mello (2007) diz que uma posição de independência, conectada ao desenvolvimento sócio-espacial salvaguarda uma organização do turismo no que respeita aos interesses e necessidades de um todo, de maneira que se possam gerir os destinos com autonomia e assim, definir prioridades e os meios de viabilizá-las. As precauções são necessárias a essa

compreensão, sobretudo em uma sociedade subdesenvolvida. Sem a participação direta da população na gerência dos recursos sócio-espaciais locais, o turismo terá dificuldade em conseguir um desenvolvimento sócio-espacial duradouro.

Em Paz (2005), está claro que a atividade turística é enriquecedora, assim como economicamente necessária. Deve ser tida com consciência e discernimento, pelos que fazem o desenvolvimento turístico, ao mesmo tempo, pelos turistas e populações visitadas. Desse modo, poder-se-á vislumbrar a possibilidade de que as gerações futuras possam desfrutar das belezas naturais e artificiais disponíveis na atualidade, mantendo-se os recursos naturais esgotáveis, assim como a existência de atividades turísticas em tempo futuro.

A atuação da população na realização da atividade turística é de grande importância, como colocam Dias e Montanheiro (2003). A participação de todos torna os riscos menores, cada um ajuda a cuidar daquilo que trará benefício, cooperando para preservar os atrativos, não danificando e não facilitando que outros pratiquem tal destruição. Os benefícios conseguidos ao município serão maiores do que os pontos negativos ao serem administrados de forma correta e eficaz.

O turismo deve oferecer toda uma pauta de novidades que chame a atenção de quem almeja o inusitado. Assim destacar o turismo de base local é um processo de crescimento e transformação estrutural direcionado a uma melhoria no bem-estar da população. Entre viagens a trabalho, por motivos de saúde, educação e descanso, está o turismo comunitário que possui como finalidade a execução de ações sociais desenvolvidas no entorno de chegada, como explicam Nascimento e Carvalho (2008).

Para Mariani, Dias e Silva (2008), o produto turístico insere os recursos e atrativos naturais e artificiais, assim como: equipamentos e infra-estruturas, serviços, ações recreativas, imagens e valores simbólicos, ao se constituir em um conjunto de determinados benefícios capazes de atrair certos grupos de demandadores em busca de satisfação de motivações e expectativas, criadas fundamentalmente pela publicidade da mídia.

A Aplicação de turismo comunitário abre espaço para inserção comunitária, que é conduzida à transformação, em núcleos receptores, demandando instrumentos para desenvolver-se, além de se autobeneficiar com a produção de mercadorias e prestação de serviços. O associativismo atua através de cooperativas e organizações comunitárias, ao atingirem um nível de amadurecimento com relação a si próprias e suas potencialidades, como comentam Nascimento e Carvalho (2008).

O turismo comunitário mostra-se sendo desenvolvido pela própria comunidade, na qual seus membros passam a ser, ao mesmo tempo, articuladores e construtores da rede

produtiva, cuja renda e lucro permanecem na comunidade, contribuindo para melhoria de qualidade de vida, direcionando-os a se sentirem capazes de cooperar e organizar as estratégias do desenvolvimento turístico, explicam Nascimento e Carvalho (2008).

O turismo é uma das fontes de captação que podem suprir necessidade de entrada de recursos, ao se incorporar às políticas estratégicas de desenvolvimento dos municípios, como explicita Alves (2008). Como o turismo é uma atividade econômica e parte dessa atividade está baseada na exploração do meio ambiente, é essencial fazer uma avaliação de seu impacto, não só para preservá-lo, mas também para a sobrevivência da própria atividade.

O turismo cultural representa uma das mais amplas estratégias de desenvolvimento sustentável, já que existe preocupação em juntar planejamento econômico e infra-estrutura à percepção da procura por bens culturais e estilos de vida, o que demanda preservar os recursos naturais e culturais para o futuro e desenvolver a economia, como coloca Menezes (2008).

O aparecimento do termo cultura remete a uma concepção de que significa um sistema de signos e significados originários dos grupos sociais locais. Assim, produz-se pela sinergia da relação entre os indivíduos, que elaboram sua forma de pensar e sentir, constroem seus valores, manuseiam suas identidades e distinções e estabelecem rotinas (CANEDO, 2007).

Com este pensamento, pode-se utilizá-lo como um fator econômico quando apresenta a história do local, os aspectos geográficos, a forma de pertencimento (identidade) e algumas outras características que possam melhorar a auto estima da população do entorno e indicar algo desconhecido de muitos que precisam conhecer tal processo cultural.

Um elemento importante para justificar o turismo é quanto à gastronomia, como explana Dias e Montanheiro (2003). Os autores observam que a movimentação dos turistas no setor gastronômico, como restaurantes e lanchonetes, oportuniza expandir seus negócios e traz a possibilidade da criação de novos estabelecimentos. Com a implantação e aperfeiçoamento do setor hoteleiro, há a geração de empregos e a movimentação do comércio devido aos produtos que hotéis precisam para atender aos hóspedes, além da circulação decorrente dos turistas que transita na cidade em busca de presentes, lembranças, artesanatos entre outras curiosidades.

O desenvolvimento da atividade turística demanda políticas estratégicas que tendem a se associar aos interesses alheios ao local, ao primar por escalas maiores de análise e ao optar por uma delas, onde existem duas realidades particulares que deveriam ser consideradas. Assim sendo, a capacidade de relocalização espacial nas esferas de marcos de

análise, muitas vezes, é perpassada pela indiferença aos efeitos negativos, ocasionados por um turismo predatório ao local.

Dias e Montanheiro (2003) comentam sobre o êxito da realização de planejamento, enfatizando que os benefícios se refletem das mais variadas formas. O emprego de mão-de-obra ocupada na produção de bens e serviços aumenta, ao se fazer crescer a rentabilidade de famílias de menor poder aquisitivo. A necessidade de mão-de-obra especializada, com a prestação de serviços diretos ao consumidor, como guias, recepcionistas e recreacionistas, incentivará a população local a se profissionalizar.

No que respeita à quantificação dessa movimentação turística, Castro e Nascimento (2007) prepararam um índice de desenvolvimento turístico como fundamental para mensurar, identificar e demonstrar as dificuldades que atravessa a atividade turística em um entorno, direcionando-o à sustentabilidade, à preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental, assim como ao desenvolvimento de uma comunidade.

No campo estratégico, segundo Castro e Nascimento (2007), este índice é utilizado para identificação de cenários turísticos para implementação de projetos quanto à tomada de decisão pelos agentes econômicos locais. Além do mais, serve como alerta, acerca das condições do local para que seja cobrado melhor empenho das autoridades, ou melhor, para que o setor público se interesse de forma engajada sobre as questões turísticas e se empenhe pelo sucesso da atividade.

Para Castro e Nascimento (2007), neste processo, não se pode deixar de lado a questão da conscientização e da informação sobre os efeitos que o turismo desencadeia e o papel dos moradores nesta atividade, cuja visão maior não deve ser o lucro por excelência, mas a participação no lazer oferecido (DURSTON, 2003).

Como explicam Castro e Nascimento (2007), para obtenção de um desenvolvimento local, observa-se que a responsabilidade social (DURSTON, 2003) não diz respeito somente à questão de ética profissional, é essencial para a realização da atividade do turismo no entorno, pois, os gastos dos turistas na comunidade fazem circular moeda e isso aumenta a renda do local, os investimentos em infraestrutura e melhora a qualidade de vida da população.

Para caracterizar um desenvolvimento local advindo das potencialidades locais, incluindo capital social, via turismo, verifica-se uma questão essencial em Arocena (2001): os aspectos técnicos e políticos. A negociação entre eles marca dificuldades. Em primeiro lugar, porque tem tempos diferentes. O tempo técnico é diferente do tempo político. Diferenças existem entre o econômico e o social. Estas lógicas deverão articular-se adequadamente para se pensar em desenvolvimento. Necessitam-se lógicas sócio-culturais em ação.

Para Arocena (2001), uma ideia fundamental nos processos de desenvolvimento local e regional é o papel que tem nesses processos o ator agente de desenvolvimento. Aqueles não existem sem este. Há toda uma pluralidade de atores que pertencem aos sistemas mais diferentes, ao sistema empresarial, ao político administrativo, ao sistema sócio-territorial. Suas lógicas são muitas e diferentes.

Em Arocena (2001), encontra-se que, nos processos de desenvolvimento local, é muito importante conseguir consensos, como as consertações, os acordos básicos para o processo de desenvolvimento local e regional. Há sempre pontos fundamentais, em torno dos quais é necessária a pluralidade de atores.

Arocena (1998) sustenta que, nesta nova visão de desenvolvimento, as tendências para a valoração da iniciativa local cobraram força especial, permitindo superar os modelos reducionistas sobre a capacidade inovadora do local que predominam no pensamento e nas práticas (DOWBOR, 2006): o local visto como "freio" ao desenvolvimento para as correntes evolucionistas; como "ilha" sem capacidade para gerar inovações, para a corrente historicista; e o local entendido como mero "recipiente" passivo, para o enfoque estruturalista, que privilegiava as macro racionalidades estruturais.

Uma investigação importante é a de Arroyo (2007), ao explicitar que, para geração de um desenvolvimento local, algumas fases são essenciais ao sucesso de tal trabalho: um primeiro elemento a considerar é o perfil de um desenvolvimento local, como sendo uma caracterização do entorno. Isso significa dizer um diagnóstico da situação local (BUARQUE, 1999).

Em Arroyo (2007), um passo na construção de um desenvolvimento local é o tipo de município, que número de habitantes existentes na extensão da localidade, que vai designar se é pequeno, médio, ou grande. Esse eixo se concentra em quais atividades podem ser encaradas como orientação para o desenvolvimento local (DOWBOR, 2006).

No processo de desenvolvimento local está um modelo de administração, cuja prefeitura trabalha dentro de um clima de descentralização, no qual as atividades territoriais serão executadas em decorrência das prioridades do local; porém, necessita-se de: a) instrumentos técnicos para políticas de trabalho dentro do território; b) vontade política, como se governa de uma maneira geral; e c) atores sociais, ou seja ter participação social, explica Arroyo (2007).

Para desenvolvimento local, devem-se ter objetivos estratégicos. Como explicita Arroyo (2007), este é um trabalho articulado entre o Estado e o local, as organizações da sociedade e o setor privado em função de dinamizar as possibilidades de desenvolvimento do

entorno, tal como uma microrregião com dificuldade. Um programa estratégico possui três etapas: um diagnóstico, uma estruturação, e uma execução. As etapas de estruturação são: missão, linhas de ação, as metas, verificação dos parceiros, os recursos, e o trabalho do eixo de comunicação.

Para complementar, Cavestany (2000) tem uma visão de desenvolvimento local que trabalha desde o território; explana um processo orientado, ou é resultado de ação de atores ou agentes que incidem (em suas decisões) no desenvolvimento de um território (MADOERY, 2008). As decisões tomadas são em uma escala local e ainda em escala externa (globalização).

Um desenvolvimento local, para Cavestany (2000), não é uma estratégia político-institucional, ou não o é exclusivamente. As ações (políticas) tomadas desde o território, incrementam a criação de valor, melhoram as rendas, aumentam as oportunidades de emprego e a qualidade de vida dos habitantes da localidade (efeitos externos influenciam no local) (DOWBOR, 2006).

Um desenvolvimento local surge para dar respostas ao local (reativa) frente às ameaças externas, como coloca Cavestany (2000). Isto resulta em um processo de maturação da estratégia e da aprendizagem dos atores, em uma ação local (proativa) orientada para objetivos melhores definidos e com maiores níveis de coerência e cooperação entre os atores (DURSTON, 2003).

Os atores locais não vivem em harmonia e em cooperação permanente, diz Cavestany (2000). Daí, existirem diferentes estratégias locais, que podem cooperar em ares de qualidade e coesão do território, à medida que os objetivos são percebidos, por esses atores, como de interesse comum (DURSTON, 2003).

Um desenvolvimento local deve ter iniciativa local, expressa Cavestany (2000). Produz-se a partir de uma liderança forte, em geral de natureza institucional e, em muitos casos, externo à localidade. A cooperação e associação (DURSTON, 2003) respondem a um processo de maturação das iniciativas locais, a uma trajetória progressiva de organização coletiva para alcançar metas comuns no território.

Geralmente, as iniciativas dos atores locais geram formas pontuais ou práticas de colaboração com outros atores, como coloca Cavestany (2000). Fatores, tais como: confiança, tolerância ao risco, ajuda para compartilhar decisões, ou solidariedade, combinam-se para explicar o desenvolvimento da cooperação (DURSTON, 2003).

As experiências de desenvolvimento local readquiriram importância como formas flexíveis de ajuste produtivo no território, no sentido de que estas não se apóiam no desenvolvimento concentrador e hierarquizado, baseado na grande empresa industrial

localizada em grandes cidades, mas que buscam um impulso dos recursos potenciais de caráter endógeno, ao tratar de recriar um “entorno” institucional político e cultural de fomento das atividades produtivas e de geração de emprego nos diversos âmbitos territoriais, expressa Llorens (2001).

Em tais experiências, como mostram de forma especial as iniciativas dos “distritos industriais” ou os “sistemas locais de empresas”, adquirem grande importância os fatores socioculturais ou extra-econômicos, facilitadores da cooperação entre empresas para o acesso, de forma articulada, dos diferentes serviços de desenvolvimento empresarial pelo tecido de empresas existentes, as quais sozinhas não podem produzir nem comprar esse tipo de serviços nos mercados correspondentes, já que tais serviços geralmente não estão disponíveis nos diferentes territórios (LLORENS, 2001).

Llorens (2001) afirma que o avanço da descentralização político-territorial pode constituir uma ferramenta poderosa para identificar, com maior segurança, os recursos locais existentes e facilitar a articulação estratégica entre os diferentes atores sociais no território, a fim de dotá-los da infra-estrutura e da oferta de serviços especializados apropriados.

Para trabalhar a questão da descentralização, que é uma reivindicação do desenvolvimento participativo, necessita-se de uma concepção de Estado, que caracteriza formas de governo e de maneira moderna de governança, cuja definição de Estado libera ou não como uma localidade deve se desenvolver.

Para Azambuja (2008) o Estado é uma sociedade que é constituída essencialmente de grupo de indivíduos agregados e organizados, de maneira permanente, para realizar um objetivo comum, cuja sociedade política é determinada por normas de direito positivo, é hierarquizada em governantes e governados, que tem como fim o bem público.

As estratégias de desenvolvimento “de baixo para cima” possuem um caráter mais difuso e são sustentadas por fatores não apenas econômicos, como sociais, culturais e territoriais, diz Llorens (2001). Esse tipo de desenvolvimento econômico de caráter local ou regional, baseado em utilização de recursos endógenos, quase sempre conduzido por pequenas empresas, tem surgido com pouco apoio político ou administrativo por parte das esferas centrais da administração política.

Nas estratégias de desenvolvimento econômico local, o espaço territorial é concebido como agente de transformação social e não como um mero espaço funcional, explica Llorens (2001). No entendimento de desenvolvimento local, o território socialmente organizado e seus traços culturais e históricos próprios são aspectos muito importantes. A sociedade local não se adequa de forma passiva aos maiores processos de transformação existentes, mas desenvolve

iniciativas próprias, considerando suas particularidades territoriais nos diferentes níveis econômico, político, social e cultural.

A importância do local aparece em Madoery (2008), ao considerá-lo como unidade de análise, como o faz o Enfoque do Desenvolvimento Local. Isso significa adotar uma categoria que permite enlaçar os processos sociais, econômicos, tecnológicos, ambientais e culturais, com as práticas políticas e as estratégias, para assegurar a emergência de capacidades endógenas de desenvolvimento. As cidades possuem a possibilidade de promover uma dinâmica própria fundada na acumulação territorial dos recursos coletivos específicos, necessários para o desenvolvimento de seu sistema econômico produtivo e de seu entorno institucional.

Em Madoery (2008), a noção de desenvolvimento mudou e isto representa um novo desafio no âmbito local. Está-se transitando de um entendimento de desenvolvimento como algo adquirido, através da dotação de capital físico, conhecimentos, recursos, para uma concepção de desenvolvimento como algo gerado a partir das capacidades dos atores locais. O desenvolvimento era visto como conjunto de atributos adquiridos, como o crescimento do PIB percapita, industrialização da estrutura econômica, democratização e modernização da sociedade, a partir de induções provenientes de fora das regiões.

Para Madoery (2008), desenvolvimento local é uma clara oportunidade à inovação política, já que permite uma relação mais direta com a população, na qual podem experimentar-se novas formas de participação e novas relações entre administração e cidadãos. Oportunidade esta para fortalecer a vida associativa local que é a maneira que adota a comunidade para aceder a serviços ou à solução de necessidades. Aí surge uma criação espontânea e original de novos instrumentos para desenvolvimento, pela intervenção público/privada, planejamento estratégico e geração de redes de confiança alternativas aos mercados e às hierarquias e integrações verticais.

Perante esta estruturação basilar, opta-se pela aplicação da visão de Durston (2003) para capital social; pela noção de Castro e Nascimento (2008) para a análise de turismo; para desenvolvimento local, para formação de estratégias, utiliza-se o trabalho de Buarque (1999); e para desenvolvimento local, a visão de Arroyo (2007), completado por Cavestany (2000).

CAPITULO III - 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Como metodologia deste trabalho, utiliza-se uma forma analítica, sistêmica envolvendo um diagnóstico do local, em termos de potencialidades locais, o que demanda um levantamento do que existe no local, assim como do acervo de capital social acumulado, que deve ser trabalhado de forma turística para desenvolvimento local.

Assim, entrevistas e questionários foram utilizados para captação das informações necessárias como a explicação das potencialidades locais, incluindo capital social, via turismo, com o fim de conseguir melhor qualidade de vida para a população da microrregião e consequentemente, o desenvolvimento local.

3.0 A METODOLOGIA

No que respeita à metodologia, aqui se trabalha o método e as técnicas utilizadas durante a execução desta pesquisa. Apresenta-se o estudo com, um estudo de caso, explicitando ainda as medidas de desenvolvimento local, as informações e análise empregadas e as técnicas para aplicação de estratégias quanto ao que se deve fazer para uma dinâmica mais eficaz.

3.0.1 Método e técnicas do trabalho

Com o fim de estruturar as estratégias para melhorarem o nível de desenvolvimento local, é aqui utilizado o método sistêmico (COVARRUBIAS, 2003; CASTRO e LESSA, 1976; BERTALANFY, 1982) heurístico-ambiental, que envolve uma conexão estrutural na rede sócio-econômica microrregional, para incorporação dos recursos locais disponíveis, que devem ser utilizados na dinâmica da economia e da sociedade, como os fatores turísticos e culturais, que geram transformação de maneira participativa.

O método sistêmico diz respeito às interligações entre todas as partes envolvidas na atividade econômica, social, ambiental, geográfica e histórica existentes na economia das comunidades da microrregião, cuja sinergia indica os pontos fortes (fortalezas) e fracos (debilidades), mais especificamente, os que estão coerentes dentro da lógica de ajustamento estrutural na localidade. Daí podem ser trabalhadas as questões que dizem respeito a essa investigação (BERNAL e FAJARDO, 2000; LOPEZ, 2001).

O desenvolvimento local, em termos econômicos e sociais, é melhor trabalhado, em regiões subdesenvolvidas, pelo processo de adoção (imitação), conhecido como *spillover* (efeito demonstração), em que os trabalhadores reproduzem determinadas mercadorias para sobrevivência da família. Este processo é mais comum pelo efeito da mídia ou de visitantes ao local, como sendo um transbordamento, ou *spillover*, ou “externalidades” positivas (PIGOU, 1932; MARSHALL, [1857] 1983).

Para dinamizar o desenvolvimento sócioeconômico local, o processo mais direto é o uso da abordagem do *empowerment* (DURSTON, 2003; RODRIGUES & SANTOS, 2005), que é a participação engajada, bastante usada nos trabalhos de construção social de uma localidade, em atuação coletiva na microrregião, para conseguir o objetivo de melhora de qualidade de vida populacional. (DURSTON e MIRANDA, 2003).

Esta técnica de atuação leva a população economicamente ativa a estar voltada para a promoção de um ambiente cada vez melhor, com um envolvimento não somente quanto ao aspecto econômico, ambiental e social, mas também político, em virtude da inserção dos que são economicamente ativos na eficácia do processo de inovação pela imitação a ser trabalhada como ponto fundamental. Tal processo consiste em uma atividade de integração dos que se encontram excluídos do processo de desenvolvimento local.

O método e a abordagem, que estão sendo utilizados no Cariri devem ser empregados em estratégias, para que se organizem as perspectivas de como serão encarados os resultados que estão sendo captados da realidade. Os dados foram coletados por meio de questionários aplicados a 75 comunitários, em Monteiro e Cabaceiras (novembro de 2009), em anexo, e/ou entrevistas, que contribuirão como justificativa, ou não dos pontos essenciais que promovem o desenvolvimento econômico local através do turismo cultural.

Com os resultados da aplicação dos questionários, ter-se-ão, em termos percentuais, as respostas às questões que foram colocadas na pesquisa e, até mesmo, no transcorrer da confecção do trabalho, com vistas à análise do turismo como saída para desenvolvimento local no Cariri paraibano, que envolve tanto a geração de produção, emprego e renda, como a melhoria da qualidade de vida da população local.

3.0.2 Estudo de caso

Ao estudar uma microrregião, no caso o Cariri Paraibano, executar-se-á um estudo de caso. Isso porque se investigará um caso específico, com particularidades que não são e

nem podem ser generalizadas pela ciência tradicional. Trata-se de uma realidade, como vista *in loco*, tal como observada em seu *status quo*, com vistas a não se perde a qualidade das informações locais.

Para entender melhor tal fato, em Dantas (2003), trabalhando Yin (1989), tem-se que um estudo de caso é uma inquirição que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real; em que os comportamentos principais não podem ser manipulados ao bel prazer de lideranças, mas organizados com observações diretas e entrevistas sistemáticas, em virtude do respeito às pretensões da população.

Ainda em Dantas (2003), numa citação a Lazzarini (1997), comenta-se que esse método se ocupa muito mais da compreensão dos fatos, por meio de uma informação direta, do que propriamente da sua mensuração, com dados de terceiros. O essencial em um estudo de caso é que se segue um caminho de aprofundamento do fenômeno através do uso de várias fontes de evidência, como: entrevistas, arquivos, documentos, observação e outras informações que forem necessárias.

Brewer e Hunter (1989) explicam que as categorias de casos são em número de seis, a serem investigadas em Ciências Sociais e Humanas: indivíduos, atributos dos indivíduos, ações e interações, atos de comportamento, ambientes, incidentes e acontecimentos, e coletividades, sendo vistas como elementos fundamentais para qualificar um processo de desenvolvimento local.

As cinco características importantes do estudo de caso, que devem ser observadas, são: sistema limitado que possui fronteiras, em termos de tempo, eventos ou processos e que sempre são claras e precisas; trabalha sobre algo que precisa ser identificado para conferir foco e direção; necessita-se preservar o caráter único, específico, diferente e complexo; decorre-se em um ambiente natural; e recorre-se a fontes múltiplas de informações e coleta diversificada.

O uso do estudo de caso é tido como um tipo de análise qualitativa, ao mesmo tempo é considerado o irmão mais fraco dos métodos das Ciências Sociais, como explica Yin (1989), cujas investigações que utilizam este método são consideradas fora de suas funções, talvez devido às pesquisas em termos de precisão, objetividade e rigor não serem suficientes.

Para melhor entender um estudo de caso, em Ana Maria Roux, explica-se que

O Método do Estudo de Caso enquadra-se como uma abordagem qualitativa e é freqüentemente utilizado para coleta de dados na área de estudos organizacionais, apesar das críticas que ao mesmo tempo se faz, considerando-se que não tenha objetividade e rigor suficientes para se configurar enquanto um método de

investigação científica. Os preconceitos existentes em relação ao Método do Estudo de Caso são externalizados em afirmativas como: os dados podem ser facilmente distorcidos ao bel prazer do pesquisador, para ilustrar questões de maneira mais efetiva; os estudos de caso não fornecem base para generalizações científicas; a afirmação de que estudos de caso demoram muito e acabam gerando inclusão de documentos e relatórios que não permitem objetividade para análise dos dados (COELHO CESAR, 2007, p. 03)¹.

Essas posições e críticas são pertinentes, mas podem ser dirimidas pela seriedade de quem está investigando, quando se trata de trabalho que deve ter observações diretas, mas reflitam o retrato da população.

Um levantamento da história do local é para entender a ideia de evolução de determinados valores e tradições, sobretudo, da formação da produção local até a atualidade. Esses aspectos são relevantes no que dizem respeito à consideração dos produtos de um local, como legítimo. Tal análise é também relevante na apresentação de um território e de seus produtos como verdadeiros símbolos do ambiente em investigação.

Um estudo de caso, traz em sua entranha a concepção de *empowerment*, de Daniel Beker et al, quando explicam que

O Empowerment pode ser definido como um meio pelo qual as pessoas adquirem maior controle sobre as decisões que afetam suas vidas; ou como mudanças em direção a uma maior igualdade nas relações sociais de poder (por exemplo, nas relações com quem detém recursos, legitimidade, autoridade e/ou influência) (Apud BEKER Et Al, 2005, pp. 03-04, LA VERECK e LABONTE, 2000)².

Assim, o *empowerment* está no estudo de caso como sendo fundamental nos tempos modernos pela complexidade existente, tanto na alocação dos recursos econômicos, como nos ambientais e até mesmo nos sociais.

Em uma localidade também interfere um *spillover* advindo do “efeito demonstração” pela inovação, pela imitação a tudo que acontece em outros ambientes, como explicam Liu & Sun:

argumenta-se que os consumidores de países pobres imitam os de países ricos em seu comportamento de consumo por causa da demonstração internacional. Tal imitação eleva a propensão a consumir em países pobres, dessa forma tornando

¹ COELHO CESAR, Ana Maria Roux Valentini. *Método de Estudo de Caso (Case Studies) ou Método do Caso (Teaching Case)? Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa em Administração*. Internet. 2007.

² BECKER, Daniel; EDMANDO, Kátia; NUNES, Nilza Rogéria; BONATTO, Daniella e SOUZA, Rosane de. *Empowerment e avaliação participativa em um programa de desenvolvimento local e promoção da saúde*. Internet. 2007.

mais difíceis os ganhos de acumulação e a formação de capital interna (LIU & SUN, 2005, pg. 01).³

O *spillover* é apenas um primeiro esforço para promoção ao desenvolvimento local, por programas que deram certo em outros lugares, cuja resposta faz gerar emprego e renda para o entorno.

A geração de um desenvolvimento local pelas vias do turismo se dá objetivamente pela inclusão social, de micros e pequenos agricultores, assim como os do setor de transformação, que têm pouco acesso a um mercado competitivo, por conta da forte concorrência de produtos externos no local, que os expõe a preços bem abaixo dos internos (*dumping*); todavia, uma re-organização da economia local pode modificar esse *status quo*.

As entrevistas realizadas por esta técnica são todas de caráter livre. Também foram aplicados questionários para detectar alguns detalhes importantes. Para a entrevista, preparou-se um roteiro prévio de questões, embora, no decorrer da conversa, tenham surgido outras. A intenção foi compreender a situação da economia e sociedade do local, a partir do que está posto, bem como suas satisfações e insatisfações, suas queixas, seus problemas, suas sugestões.

O objetivo fundamental das entrevistas é provocar o surgimento de um processo de construção de estratégias para valorização dos produtos frente ao desenvolvimento local, pelo turismo, envolvendo a todos neste contexto. Propõe-se que essa valorização se fizesse principalmente nos produtos artesanais e/ou oriundos do local marcado por uma tradição de mais de quatro séculos no trato com a história do local.

Na primeira fase da coleta de dados, buscou-se realizar um levantamento histórico acerca da formação da localidade. Para tal, consultaram-se bibliotecas de universidades, autores locais, já que é uma localidade marcada pela existência de reconhecidos escritores na literatura regional. Além disso, entrevistaram-se pessoas do lugar, conhecedoras da história do município, com o objetivo de melhorar o estudo acerca dos hábitos e costumes do local e suas particularidades.

Nessa etapa de levantamento, iniciaram-se as entrevistas com comerciantes contatados no local, no intuito de perceber sua postura diante das estratégias dos programas para desenvolvimento local e suas expectativas com relação às perspectivas futuras para os

³ Arguing that consumers in poor countries imitate those in rich countries in their consumption behaviour because of international demonstration. Such imitation pushes up the propensity to consume in poor countries, thereby making more difficult saving accumulation and hence capital formation there in.

municípios. Os agentes econômicos locais também foram indagados a respeito de possíveis estratégias de valorização dos produtos locais para geração de desenvolvimento local.

Além das entrevistas feitas, em um segundo momento da coleta das informações, procederam-se, também, os levantamentos históricos acerca dos assentamentos, ou formação do território, não só em forma de entrevistas, assim como em bases documentais dos próprios municípios envolvidos em tal tarefa.

3.0.3 Fórmulas de Desenvolvimento local

Para saber o grau de desenvolvimento do local, utilizaram-se alguns índices para verificar o desempenho econômico e social e melhorar a qualidade de vida da população, da economia e do meio ambiente, em uma localidade. O primeiro índice que se trabalhou foi o Índice de Pobreza de Fishlow (SOUSA, 1977), que demonstra o nível de desenvolvimento ou subdesenvolvimento de um local.

Tal índice é uma função crescente do salário da população de uma região, que pode ser comparada com outras diferentes. Assim, dado um certo nível de salário mínimo, pode-se calcular o quanto será redistribuído aos que ganham menos do que este nível. Daí, estimarem-se os que ganham menos do que aquele nível de salário estipulado. Depois, calcula-se o rendimento dos pobres naquele nível; também o salário da classe de altos rendimentos a ser transferida para os de baixo salário. Finalmente, calculam-se o salário da classe alta e o índice de pobreza de tal localidade.

Outro índice importante na medição de grau desenvolvimento local é concernente ao índice de qualidade de vida. Assim, aparece o de Villota (1981), no qual ele orienta sobre os aspectos mais elementares da qualidade de vida de um ser humano, ao incorporar em sua fórmula a esperança de vida ao nascer, a mortalidade infantil e o grau de alfabetização da população, explicando a forma de acumulação de capital humano, ao envolver benefícios e custos em tal processo.

Na fórmula se apresentam as informações que se seguem em termos de índices que participarão de uma maneira geral. Para o primeiro caso, o Índice de esperança de vida ao nascer, daí que:

$$\begin{aligned}
 I_1 &= 0, \text{ si a esperança de vida no ano é de 38 anos;} \\
 &= 100, \text{ si a esperança de vida no ano é de 77 anos.} \\
 &= 0, \text{ si a taxa de mortalidade infantil é de, 229 mortos por 1.000 nascidos vivos.}
 \end{aligned}$$

A fórmula para o índice dos dados de esperança de vida no ano de nascer, como o primeiro indicador, é:

$$I_1 = \frac{\text{Esperança..de..vida..ao..nascer} - 38}{0,39}$$

Para o segundo caso, vem o Índice de mortalidade infantil, dado da seguinte maneira:
 $I_2 = 100$, si a taxa de mortalidade infantil é de 7 mortos por 1.000 nascidos vivos.

Para se obter os valores de segundo índice, a fórmula é:

$$I_2 = \frac{229 - \text{taxa..de..mortalidade..das..crianças..por..mil..nascidos..vivos}}{2,22}$$

A taxa de alfabetização denota a porcentagem da população maior de 15 anos que sabe ler e escrever. Portanto, pode se passar automaticamente ao índice do terceiro indicador designado por: I_3

Enfim, o Índice de qualidade de vida (IQV) define-se como a média aritmética simples dos índices de indicadores. De tal maneira que:

$$\text{IQV} = \frac{I_1 + I_2 + I_3}{3}$$

Sendo:

I_1 - índice de esperança de vida no ano de nascer.

I_2 - índice da taxa de mortalidade infantil.

I_3 - índice (taxa) de alfabetização.

O IQV estará compreendido entre zero e cem. A ponderação explícita é igual para os três indicadores-componentes; ela depende da maneira como se constrói a escala.

Um terceiro índice utilizado foi o de desenvolvimento humano, que faz parte da metodologia de Delgado e Feijó (2007), composto pelos aspectos esperança de vida, educação e produto interno bruto, cujo índice fica representado pela seguinte fórmula:

$$\text{IDH} = \frac{\text{Valor Real} - \text{Valor Mínimo}}{\text{Valor Máximo} - \text{Valor Mínimo}}$$

Esse índice oscila entre 0 e 1, pois para esperança de vida ao nascer o IDH utiliza o mínimo de 25 anos e um máximo de 80 anos; para a componente educação, o mínimo é de 0 e seu máximo é 100%; e, para o nível de renda, tem-se 100 no mínimo e U\$ 40.000 no máximo para o PIB PPA *per capita*.

Um quarto índice importante é o de Sicsú & Crocco (2003) que analisa a questão da localização de um empreendimento frente às variáveis que denotam a distribuição no local, no caso salário frente à população. Para este trabalho, o índice de distribuição espacial ficou estabelecido da seguinte forma:

$$IDE = \frac{\frac{POP_t^{local}}{POP_t^{microrregional}}}{\frac{SAL_t^{local}}{SAL_t^{microrregional}}}$$

Esse índice relata a quantidade de assalariados no município (SALlocal) com relação à microrregião (SALmicrorregional), distribuídas pela população local (POPlocal), pela microrregional (POPmicrorregional). Isto indica se há uma distribuição concentrada, ou desconcentrada, ou se está uniforme; ao mesmo tempo indica uma carência ou excesso dentro da localidade.

Quando esse índice se apresentar maior do que a unidade, significa dizer que o município possui uma quantidade de assalariados, *ad hoc*, em relação ao total microrregional, mais que proporcional ao tamanho da população local, frente à microrregião. Em termos de desenvolvimento econômico, isto quer dizer, é uma sociedade que possui uma distribuição salarial acima da média, mas concentrada.

Quanto ao índice com valor menor que a unidade, infere-se que o município possui uma quantidade de assalariados em relação ao total da microrregião, menos que proporcional ao tamanho da população do local, em relação à microrregional. Assim, pode ser considerado um município com nível de assalariado abaixo da média, carente de assalariamento por habitante, o que cria dificuldades para o desenvolvimento local.

Para Castro e Nascimento (2007), em seu Índice de Desenvolvimento Turístico (IDT), verifica-se um primeiro índice que trabalha os benefícios do turismo para o local (DE), composto por: a) DE1 é a proporção do número de vagas de trabalho geradas pelo turismo ocupadas pela população tradicionalmente da localidade; b) DE2 é a proporção da renda dos trabalhadores tradicionalmente locais ocupados no setor turístico em relação á renda geral de todos na atividade turística; c) DE3 é a proporção do número total de empresas ligadas ao turismo de propriedade de pessoas tradicionalmente locais.

$$\text{Assim, } IDE = \frac{DE1 + DE2 + DE3}{3};$$

Um segundo índice explica a infra-estrutura local, que é: a) IB1 é a proporção dos indivíduos de um determinado território que não sofreram algum tipo de violência, em um período de tempo determinado; b) IB2 é a proporção total do lixo produzido no território que é dada uma destinação final adequada; e c) IB3 é a proporção total do volume de esgoto produzido por dia a que é dado tratamento certo.

$$\text{Portanto, } IB = \frac{IB1 + IB2 + IB3}{3};$$

Um terceiro índice explica a preservação do meio ambiente natural, histórico e cultural, calculado pela proporção de participação relativa no total das despesas públicas com a manutenção, preservação e valorização da identidade cultural do território e do patrimônio histórico e natural somado aos gastos ligados diretamente com o turismo.

$$\text{Daí, } MA = \frac{.Total..Despesas..Públicas}{.Total..Arrendação..Região}; \text{ finalmente,}$$

Esses sub-índices se congregam em um índice geral que denota o nível em que se encontra o turismo numa localidade.

$$\text{Portanto, } IDT = \frac{DE + IB + MA}{3}. \text{ Quanto mais próximo da unidade, melhor é o Índice}$$

do turismo no território em questão.

Essas técnicas de trabalho foram utilizadas para indicar o nível de desenvolvimento ou atraso do Cariri Paraibano e assim, formular estratégias que melhorem o processo de desenvolvimento local para sair do atraso. Os dados que foram coletados para uso nas fórmulas, estão no *site* do IBGE, na divulgação municipal pela Federação das Associações de Municípios da Paraíba (FAMUP); e na internet, cidade@) e revistas ou teses sobre o assunto.

3.0.4 – As informações e análise

A atividade de investigação obedecerá a alguns pontos que serão necessários trilhar, para que se possam obter os resultados mais promissores possíveis e que serão dissecados a seguir pelo processo metodológico.

Um primeiro ponto a destacar é quanto aos estudos necessários para direcionar o processo de investigação, o que significa dizer levantar o material teórico pertinente, para determinar as variáveis mais importantes para as explicações cabíveis neste trabalho.

As variáveis investigadas norteiam a formação de cenários para estratégias, que proporcionem, de uma maneira direta e participativa, a promoção de um desenvolvimento

local pelo turismo, conseqüentemente, a melhoria na qualidade de vida dos habitantes do local.

Outro ponto a mencionar é quanto ao processo de conscientização da população, que precisa estar certa de suas prioridades econômicas, sociais, políticas, ambientais e antropológicas no contexto do desenvolvimento local. É nesse ponto que entra a aplicação do *empowerment*.

Um processo de conscientização, que é subjetivo, dá-se pelas discussões e debates que são articulados no âmbito dos municípios envolvidos e/ou de um município piloto, com autoridades locais, onde é aplicado o teste de viabilização do trabalho em questão.

A participação engajada aqui é encarada de maneira livre, não sendo nada mais que estar executando a cidadania em cada membro do município, para que os avanços econômicos, sociais e políticos sejam equitativos, na efetivação do desenvolvimento local.

Os recursos naturais, que aparecem como variáveis para desenvolvimento local via turismo, passam pelo processo de valoração econômica que gera a manutenção e preservação da natureza local, assim como benefícios no *habitat* ambiental da circunvizinhança.

As estratégias de ação são levantadas frente às informações que são relevantes para a confecção deste trabalho, quais sejam: produção gerada, área utilizada para produção, nível de emprego, nível de renda, relevância do clima, queda pluviométrica, rede viária, feiras livres, história, usos e costumes, e outras variáveis importantes para explicação do trabalho.

Viagens ao entorno foram feitas para conhecer os recursos locais disponíveis, por meio dos dados referentes ao capital social da localidade, e coletar informações bibliográficas sobre cada município em termos de história e ação governamental, quer seja de forma oral, ou por meio de algum documento histórico importante, sobre os devidos tratamentos na implementação do processo de desenvolvimento local, via turismo cultural.

Constatada a falta de informações históricas, foram aplicados 75 questionários e feitas entrevistas junto às comunidades, no mês de novembro-dezembro de 2009, especificamente às famílias e produtores, para verificação da atuação da população na economia local, para observação aos entraves existentes no processo e procurar estratégias de atuação para o desenvolvimento local por meio das técnicas já comentadas.

As entrevistas foram estendidas às autoridades locais, estaduais e ONGs com o objetivo de saber: como elas estão trabalhando no momento, isto é, os programas existentes, como se implementaria a atividade turística para impulsionar o desenvolvimento local nos ambientes propostos. A recepção pela comunidade com discussão aberta em associações, sindicatos ou qualquer outro grupo representativo da sociedade local foi excelente.

As entrevistas foram aplicadas também aos trabalhadores locais, nessa mesma data, para a viabilidade da ideia, para uma dinamização de inserção dos recursos locais vistos de maneira turística, como fonte de desenvolvimento econômico e social, partindo da implantação orientada para uma participação engajada para uma melhora na qualidade de vida da população.

De maneira lógica, não se pode trabalhar um modelo de desenvolvimento local sem observar as leis e decretos-leis que dão base às atividades na dinâmica do local, como também a implantação do turismo cultural, que envolve programas governamentais, que não degradem o ambiente e provoquem exclusão social.

Em muitas localidades, observa-se que a participação governamental tem sido importante para impulsionar (*take off*) o processo de inserção social de trabalhadores locais e incentivar os turistas a uma maior presença nessas localidades por meio de programas específicos. Daí a compreensão sobre os efeitos efetivos desses programas na microrregião.

Para que as respostas às inquietações levantadas sejam fidedignas e eficientes para com o poder de previsão, foi feito um diagnóstico das condições do local, com o fim de que se consiga um resultado exequível no longo prazo, cujo desenvolvimento fará a inserção dos desempregados dentro desses programas de trabalho para a promoção de um desenvolvimento local devido ao turismo.

3.0.5 – Técnicas para aplicação de estratégias

Para trabalhar a questão das estratégias, foram considerados os seguintes aspectos essenciais: visão, missão e avaliação sobre o objeto que está sendo trabalhado. Daí, a escolha entre a melhor opção política (*trade off*) para por em prática e, assim, desenvolver o local.

Um desenvolvimento local é resultante de uma situação econômica e social melhorada para todos os envolvidos, nos diversos mercados existentes, dentro dos setores da economia; isto significa dizer, o setor primário, o setor secundário e o setor terciário, impulsionados pela indústria do turismo, pois as condições de vida da população que participa deste processo devem obter uma agregação de ganhos econômicos e sociais vantajosos (CASTRO & LESSA, 1973).

A implantação de um programa de turismo cultural para um desenvolvimento local é uma iniciativa fundamental para uma alavancagem, ou decolagem (*take off*), para o crescimento em todos os setores do sistema econômico, pelo efeito sinérgico, que interliga

todos os setores da economia, tais como: a agricultura, agropecuária e mineração, indústria de transformação e beneficiamento e comércio e serviços para a sociedade, de maneira histórica.

O turismo cultural dentro dos princípios de eficiência incita os setores da economia a uma participação conjunta de seus atores sociais e agentes econômicos na direção de um bem-estar comum que a população necessita; cujos recursos locais que foram degradados passam a voltar à atividade econômica, de maneira que conserve o *habitat* natural da fauna e da flora, assim como a parte utilizada, que já foi gasta com o tempo, sem provocar degradação ao meio ambiente natural (PASSOS, 2002).

As variáveis essenciais na dinâmica do turismo cultural para um desenvolvimento local sustentável são: um aumento no nível de emprego, uma agregação no *quantum* de renda dos trabalhadores e no *quantum* de produção em todos os sentidos; e a melhoria no contexto logístico ou de infra-estrutura onde se pautam os hotéis, as pousadas, as residências para alugar, os táxis, e ganhos em outros pontos essenciais no suporte que deverá ser dado para os visitantes que querem um ambiente acolhedor (PORTUGUEZ, 1999).

A maneira como o turismo cultural deve ser impulsionado é por meio do incentivo às experiências que deram certo, advindas de outros lugares e a utilização de propaganda intensiva e extensiva pelos rádios, televisão, jornais, mosquitos, *outdoors*, internet, e outras maneiras de como mostrar ao consumidor deste produto onde ele está localizado e a importância de fazer turismo numa localidade, tal como o Cariri paraibano, que é de bastante contraste quando apresentada ao Nordeste e ao País.

A técnica de como organizar a economia, para que se consiga utilizar o turismo como um produto essencial para o local é por meio de uma convocação às comunidades locais, para participação ativa no levantamento da formação histórica microrregional dos recursos locais e dos povos, como também para servir de apreciação aos visitantes e aos acervos históricos que mostram a beleza de criatividade de uma época, além de muitos outros pontos, que são fundamentais, para que haja consistência do turismo no desenvolvimento do local.

Uma medição do turismo cultural para desenvolvimento local se verifica nos ganhos quantitativos e qualitativos, de maneira direta ou indireta, que podem surgir nessas variáveis; pela forma como os recebimentos são distribuídos à sociedade, de acordo com cada participação relativa, no processo circular de um desenrolar econômico e social (CAMPOS, 2004).

Mais uma questão fundamental é quanto à possibilidade da população economicamente ativa estar envolvida no processo de geração de emprego, renda e produção,

na dinâmica deste processo de atuação econômica e social prevalecente; visto que a forma de atuação econômica dos atores sociais se dá de maneira diferenciada e muito complexa.

A forma como é implementado o trabalho dos programas de turismo para desenvolvimento local é que proporciona as condições para que haja um desenvolvimento efetivo e sustentável para todos os participantes, bem como a inserção dos recursos locais que se encontram subutilizados, ou já esgotados por uso pelos antepassados, que não tinham consciência de tal processo (RUSCHMANN, 2001).

Quanto maior for a inserção dos subempregados e desempregados na economia, de forma participativa, isso é que gera desenvolvimento local, maior é o processo sustentável de distribuição de renda, e melhor é o bem-estar para a população microrregional, pois a consciência política de cada ator social faz com que os recursos naturais e financeiros sejam distribuídos de forma equitativa socialmente.

A necessidade de uma atuação dos habitantes das cidades do Cariri paraibano envolvidos no processo de ganho social que gera o desenvolvimento local, devido à falta de incentivo ao processo de imitação, é essencial em um envolvimento de conjunto, em que o *marketing* e a publicidade dão o impulso à transformação da localidade, rumo ao crescimento com desenvolvimento do entorno (FARIAS SEABRA, 2003).

O turismo cultural fomenta os pequenos negócios tanto formais como informais; possui a ação de abrilhantar a cidade, com uma nova forma de lazer e presença externa; e proporciona, a todos, uma saída prazerosa de conseguir inserir os recursos naturais na geração de emprego e renda para todos aqueles que estavam ou estão sem condições de ocupar um lugar no mercado de trabalho formal, ou de produção participativa.

A propósito, a captação das informações para construção de estratégias possui como princípio fundamental: delinear os caminhos mais viáveis para que se ponham em prática as técnicas de desenvolvimento local, de tal maneira que as perdas de qualidade no trabalho sejam mínimas, dentro de uma técnica cooperativa, de confiança, de mutualidade (DURSTON, 2000), de integração entre todos que perseguem determinados objetivos econômicos e sociais, conjugados com os recursos locais sistêmicos.

A formação de cenários é importante, pois serve para construção de estratégias de implementação de atividades turísticas que encantam, envolvendo a utilização de recursos naturais para um modelo de desenvolvimento econômico local e melhoria do nível de qualidade de vida da população envolvida em tal processo, já que o nível de bem-estar da localidade não tem acompanhado o progresso da humanidade, é preciso mudar esse *status quo* em prol de todo.

Os cenários contemplam a ideia de inovação, quando da implantação de programas de desenvolvimento local, que beneficiem o turismo, fazendo a interconexão entre os diversos setores econômicos e sociais para o aparecimento de novos produtos, novos empregos, pela formação de um novo mercado melhor organizado, cujo efeito sinérgico fará alavancar todos os participantes desse processo, desde o mais simples ao mais sofisticado empresário da economia.

3.1 DAS POTENCIALIDADES LOCAIS

Quanto à metodologia para as potencialidades locais, trabalhou-se com levantamento sobre a história do local, o capital social existente e acumulado, a identidade ou pertencimento dos que nasceram na microrregião, o acervo natural que caracteriza o entorno e, do visual fotográfico que embeleza o Cariri paraibano, onde as populações estão sempre em cooperação umas com as outras e, ao mesmo tempo, recebem informações externas para implementarem desenvolvimento local.

3.1.1 Do acervo histórico

Para análise deste trabalho foi feito um levantamento dos aspectos históricos da microrregião, incluindo o capital social disponível na localidade, cujas informações serão analisadas como variáveis econômicas e sociais para a geração de desenvolvimento local.

Todo o processo histórica foi conseguido nos relatos em livros, revistas, teses e artigos publicados sobre a microrregião, bem como discussões e debates com a população local, especificamente, os mais idosos, para que se configure ponto turístico interessante como dinâmica para desenvolvimento.

Buscou-se com a histórica envolvida, detectar os hábitos e costumes, a identidade ou pertencimento da população com respeito ao local, a cultura e o processo tecnológico que os primeiros habitantes do local legaram como forma de atividades de sobrevivência.

O importante é que uma compreensão da formação de uma localidade, quanto à história econômica e social da microrregião explica a sua evolução, quanto ao processo de desenvolvimento e melhoria no bem-estar da população que precisa se dinamizar para melhorar na qualidade de vida local.

3.1.2 Do atraso para o progresso

Neste ponto, procurou-se saber o porquê do atraso, o que há de positivo e negativo que devem ser investigados, objetivamente, quais as estratégias para se conseguir desenvolvimento do local e como envolver a população nesse processo de crescimento conjunto.

Para implementar essa atividade, foi aplicado um questionário a comerciantes, pequenos industriais e agricultores, para se ter uma idéia de como propor solução a esta questão, que muitas vezes envolve resistência da população às novidades que promovem desenvolvimento.

Outra forma de coletar informações foi a conversação com a população, especificamente, líderes comunitários e críticos, acerca da realidade local, para saber como a envolver a todos, de maneira política para que seja um desenvolvimento participativo (*empowerment*).

Assim, houve uma discussão aberta e franca sobre as condições que levaram a tal atraso e quais as formas de como implementar técnicas de desenvolvimento participativo, com descentralização, sem interferir nos afazeres da autoridade municipal que é o Prefeito de cada edilidade.

3.1.3 Da radiografia do local

Para trabalhar a radiografia do local, a primeira coisa que se fez foi um diagnóstico, que foi um levantamento da realidade do entorno, em termos de informações primárias, como também secundárias, disponíveis nos livros especializados, revistas, teses e arquivos particulares.

Neste sentido, procurou-se detectar as oportunidades e as ameaças existentes na microrregião, município a município, procurando verificar onde pode se trabalhar o processo de desenvolvimento local engajado (*empowerment*), considerando também os efeitos externos envolvidos (*spillovers*).

Com o diagnóstico pronto, teve-se uma visão aproximada da realidade microrregional que foi investigada para transformação, em termos da economia, da história, da geografia e da qualidade de vida da população, assim como do progresso tecnológico que dinamiza o local.

Nesta radiografia, foram visitados locais que vislumbravam oportunidades como ponto turístico importante na geração de emprego e renda do entorno, consequentemente, desenvolvimento participativo, ao congregar os diversos setores econômicos microrregionais.

3.1.4 Das possibilidades de emprego e renda

O método para este item partiu para um levantamento da possibilidade de conseguir aumentar emprego, ao discutir com alguns grupos sociais, maneiras de como inserir os desempregados do local, de tal maneira que a população se sinta segura com essa participação laboral na produção, nos serviços e no comércio.

Através de visitas, conversações e aplicação de questionários, procurou-se compreender que tipo de mão de obra seria necessário no entorno, para se conseguir um aumento no nível de emprego local, em uma distribuição laboral, que possa implementar a produção, os serviços e a comercialização de mercadorias locais.

Investigou-se a produção agropecuária, o setor de transformação industrial, o se serviços e a parte comercial para detectar formas de como aumentar o nível de renda local, consequentemente o nível de emprego, para promoção de desenvolvimento participativo.

Em suma, trabalhou-se maneiras de como melhor implementar emprego e renda para que a população pudesse ter uma melhora na qualidade de vida e forma conjunta com todas as estratificações sociais e com isto se ter um desenvolvimento local participativo e descentralizado, mas com atuação das autoridades municipais.

3.1.5 Da formação do Desenvolvimento local

Para investigar o desenvolvimento local no Cariri paraibano, foram coletadas informações sobre as variáveis econômicas, sociais, históricas e geográficas, que dessem conotações de progresso, de melhora local, que pudessem responder a um processo de desenvolvimento participativo.

Quanto à participação efetiva da população em tal processo, fez-se uma análise da participação política engajada da população, em termos de facção política propriamente dita, com visitas a sindicatos, de associações, de cooperativas e de reuniões de amigos de bairro.

Coletou-se informações quanto a atuação dos micros e pequenos empreendimentos (agrícola, industrial, comercial e de serviços), como fundamentais para caracterizar um

desenvolvimento local participativo em termos de emprego e geração de renda, assim como, em qualidade de vida para o povo.

A construção de cenários da microrregião foi montada como uma visão geral que caracteriza a formação de um desenvolvimento local participativo com todo o conjunto da sociedade, que está envolvida na qualidade de vida da população, quer seja rural ou urbana de um entorno.

Finalmente, procurou-se compreender o que entende por desenvolvimento local participativo e, dessa forma, indicar os caminhos para que se consiga uma atuação mais efetiva de todos os munícipes no processo de crescimento sustentável, sem relegar os efeitos externo que influem dentro de uma microrregião.

CAPÍTULO IV – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste item, analisam-se os resultados e as discussões obtidas em visitas ao Cariri paraibano, assim como, a aplicação de questionários que foram trabalhados em Monteiro e Cabaceiras, iniciando uma análise sobre as potencialidades locais, os programas que já existem no local e que geram emprego e renda; ao mesmo tempo, dinamizam o entorno em busca de melhora da qualidade de vida da população local.

4.0 POTENCIALIDADES LOCAIS

As potencialidades locais são constituídas de seus aspectos históricos, do capital social existente e acumulado, da identidade ou pertencimento dos que nasceram na microrregião, do acervo natural que caracteriza a localidade e do visual fotográfico que embeleza o Cariri paraibano, cujas populações estão sempre em cooperação umas para com as outras e, ao mesmo tempo, recebem informações externas para implementarem um desenvolvimento local.

4.0.1 Acervo histórico

Um desenvolvimento local via capital social se constrói com as informações sobre a formação histórica do entorno onde se vive, tal como o Cariri paraibano, por meio do levantamento das potencialidades econômicas, sociais e histórica. Desde o surgimento do primeiro assentamento, diz-se que São João do Cariri nasceu por conta de um sítio denominado São João, de propriedade do alferes Custódio Alves Martins, que tem origem de uma sesmaria reivindicada por doação, do Imperador, em 17 de dezembro de 1669 (Enciclopédia dos Municípios, 1973).

Dentro dessas perspectivas, observa-se que em 3 de abril de 1750, foi criada a freguesia, como era denominada à época, Nossa Senhora dos Milagres, que teve como sede um forte templo construído pelos jesuítas em momento histórico ainda não identificado plenamente pelos historiadores (Enciclopédia dos Municípios, 1973).

Já no ano de 1776, a freguesia foi elevada à categoria de Julgado, por meio de Alvará publicado em 17 de abril, recebendo o nome de Cariris Velhos, ou Cariri de Fora, segundo alguns autores, que proclamam estes dados como bastante relevantes para conhecimento da

formação histórica dessa localidade e relevância econômica e social (Enciclopédia dos Municípios, 1973).

O seu estágio de vila, data de 3 de abril de 1798, com um nome próprio para o lugar, São Pedro, em uma prestação de especial homenagem ao Príncipe Regente, devido à concessão da deliberação de doação regencial. O país necessitava de expansão de suas áreas habitáveis para exploração econômica, desenvolvimento nacional e local.

Em 5 de maio de 1803, foi instalada oficialmente a Vila Real de São João, da mesma forma, em homenagem à família real, cujo terreno foi doado pelo Sargento-mor José Francisco Alves Pequeno; todavia, a elevação à categoria de comarca adveio pela Lei Provincial nº 27, de 6 de julho de 1854, com supressão em 1930 e restaurada pelo Decreto nº 403, de 25 de julho de 1933, devido a trâmites legais.

Devido a questões políticas, a sede do Município Vila Real de São João foi transferida para a então Vila de Serra Branca; entretanto, pelo Ato das Disposições Transitórias, promulgado em 1947, volta à denominação anterior; porém, a 2 de abril de 1951 retorna a Serra Branca e em 1960 reassume a antiga sede (São João do Cariri).

Em termos de extensão, o Cariri paraibano foi a maior microrregião do Estado, com 3.594 km² sendo o seu maior município São João do Cariri. Tal microrregião é ainda composta por: São José dos Cordeiros (dista da sede a 51 km), Caraúbas (65 km), Congo (95 km), Coxixola (39 km), Gurjão (21 km), Santo André (41 km), Parari (20 km), Sucuru (31 km), Santa Luzia do Cariri (35 km) e Serra Branca (21 km).

Atualmente São João do Cariri conta com uma área de 1.061 km², ocupando o 69º lugar do Estado, tendo clima temperado, com máxima de 34°C e mínima de 17°C. O inverno se inicia em março e finda em maio que são os meses de atividade agrícola extensiva, com trabalho de forma intensiva, entretanto com uma tecnologia bastante precária e tradicional.

Quanto à geografia física, verifica-se que sua bacia hidrográfica é formada pelos rios Paraíba, que é o principal, seguindo-se de Taperoá, Santana e Santa Clara; dos riachos Girau, Gangorra, Piarcó, do Cachorro e do Estevão; e das lagoas Macambira, Juazeiro e Serrote Fino; os açudes são: Namorado, Cachoeira, Gravatá, Forquilha, Canindé, Ponta da Serra, Malhada da Roça, Contendas, Santana, Campos, Santa Mônica e Boa Vista. Como acidentes orográficos tem-se a serra dos Mares, Arara, Pedra de Fogo, Maracajá e Pedra D'Água, que podem ser melhor utilizados histórica, social e economicamente.

Com a finalidade de melhor gerenciamento do espaço geográfico da microrregião, emancipou-se o distrito Gurjão como o primeiro núcleo populacional que se formou em terras

de propriedade do Coronel Antônio José de Farias Gurjão, que iniciava uma fase de povoamento, tornando a economia e o local viáveis como município.

Já no ano de 1890, a cidade de Gurjão já se apresentava com seu aspecto de um pequeno povoado, com 10 ou 12 casas. Daí para frente, novos moradores foram chegando, implantando pequenos lotes, depois sítios e fazendas para desenvolvimento (organização econômica) das atividades comerciais e agro-pastoris condizentes com a localidade.

Em 1921, foi elevada à condição de distrito através da Lei Nº 540, de 18 de Novembro, do corrente ano, com o nome simplificado de Timbaúba, conhecido, assim, como Timbaúba dos Gurjão, cujo Decreto-lei Nº 520, de 31 de dezembro de 1943, mudou o topônimo para Gurjão, o que possui um valor econômico e social significativo.

A extensão do Município é de uma área de 701 km², ocupando o 189º lugar, em extensão territorial no Estado. O seu clima é temperado, com máxima de 35°C e mínima de 16°C; com inverno começando em março e tendo o seu término em junho, clima bastante aconchegante para os habitantes locais e os que chegam como visitantes, ou parentes que retornam ao seu torrão natal (firmação de identidade).

A geografia econômica do Município serve-se de alguns cursos d'água, destacando-se os rios Timbaúba, Soledade, Taperoá, Santo André e da Barra; depois, os riachos da Cobra, Zé da Silva, Icó e Salgadinho. Ainda salientam-se as lagoas Caiçara e Água Fria e os açudes Santa Mônica do Estado, Água Fria e Santo André. Como acidentes orográficos, apresentam-se as serras Rasa e Cristovão.

Outra cidade importante para o Cariri Paraibano é Cabaceiras. Conforme relatam os historiadores, foi pelos anos de 1700 que chegaram seus primeiros colonizadores, tendo como comandante o bandeirante baiano, Antônio de Oliveira, fundador da Vila de Boqueirão, que construiu, nessa localidade, o primeiro núcleo de residências de colonos. Dentro de pouco tempo a população do vilarejo aumentou rapidamente ao fomentar a economia e os hábitos e costumes locais e o incremento de capital social.

O significado do nome Cabaceiras vem de uma planta muito comum no local e na microrregião, bastante utilizada pelos agricultores e vaqueiros. A planta possui folhas grandes e produz fruto de forma oblonga, conhecido como cabaca. Quando seca, faz-se uma abertura na parte mais delgada em forma de buraco, transformando-a em um recipiente para conduzir água, usada pelos agricultores e pelos grupos de cangaceiros vigentes no Nordeste.

A cidade situa-se à margem esquerda do rio Paraíba, sendo considerado o município mais seco do estado, não faltando, porém, os ventos alísios que refrescam as noites dos poetas

e boêmios. Próximo à cidade localiza-se o rio Taperoá, importante afluente do rio Paraíba, que, juntamente com este último, alimenta o açude de Boqueirão.

Cabaceiras é um município histórico, por onde adentraram os desbravadores do Sertão. Em meados do século XVII, chegaram os primeiros colonos, tendo a frente o baiano Antonio de Oliveira Ledo, vindo com seus rebanhos pela margem do São Francisco. Fundou Boqueirão, como o primeiro núcleo de habitações do município. Pouco depois chegou Pascásio de Oliveira Ledo e instalou sua fazenda, a vila de Cabaceiras.

Em 1730 foi edificada uma capela no local onde cresceu o povoamento. Na revolta de Quebra-quilos, em 1874, queimaram-se os arquivos importantes, destruindo parte da memória da colonização do interior microrregional. Algumas habitações da cidade ainda conservam as características coloniais bem preservadas.

Até a década de 1950 a fauna silvestre ainda contava com animais, como onça, gato bravo, gato maracajá, guaxinim, raposa, veado e aves, como carcará, gavião, acauã, sariema, papagaio, codorniz, e alguns outros como fonte de subsistência (alimentação). Pois, hoje já não existe a maioria desses exemplares, a não ser algum caso raro.

O município de Cabaceiras está situado na mesorregião da Borborema e na microrregião do Cariri Oriental. Possui uma extensão territorial de aproximadamente 407 km², com uma população em torno de 5.039 habitantes em 2.008, sendo 2.892 na zona urbana e 2.147 na rural (IBGE, 2009), constituindo uma sociedade bastante comunicativa e socialmente animada, com significativo capital social.

Na grande extensão do Cariri paraibano, predominam os solos brunos não cálcicos, mas também são comuns os solos litólicos eutróficos, pouco desenvolvidos, rasos, ou muito rasos e afloramentos de rochas (gnaisse e granitos são os mais comuns), na forma de grandes lajedos ou blocos desagregados, próprios para turismo, que formam a paisagem típica da localidade, ao limitar o trato com a terra para produtos agrícolas comercializáveis.

Tal situação ocorre em relevo ondulado e suavemente ondulado, indicado para a agricultura e pecuária, comuns na microrregião caririseira. O clima é quente e seco, podendo atingir mais de 35°C em épocas de temperaturas mais altas como nos meses de setembro a novembro.

Outro município importante para caracterizar o Cariri paraibano é Boqueirão, cujo fundador foi Antônio de Oliveira, presumido irmão de Pascásio de Oliveira Lêdo e Custódio de Oliveira Lêdo, bandeirantes que ali chegaram procedentes da Bahia. Assim, data de 1670 a chegada de Antônio de Oliveira àquelas paragens, que possibilitou a origem das primeiras habitações no local e uma viabilidade econômica e social.

O arraial que ali foi fundado serviu pouco tempo, mas seguiu-se como base de operação para as entradas que demandavam o interior com o fim específico de conquistar a extensa microrregião do vasto Cariri e grande parte do sertão paraibano.

O nome de Boqueirão se originou de um grande corte que o rio Paraíba fez na serra de Carnoió. Foi a primeira localidade do interior que teve uma capela regular, com um missionário enviado especialmente de Pernambuco, estado que primeiro se comunicou com o florescente povoado.

Sua independência administrativa, com forte significado econômico, foi alcançada através da Lei No. 2.078, de 30 de abril de 1959, ao ocorrer a sua instalação oficial em 30 de novembro do mesmo ano, por desmembramento de Cabaceiras, formada por 5 distritos, à época: Alcantil, Bodocongó, Caturité, Riacho Santo Antônio e Barra de Santana.

O município de Boqueirão possui os seguintes limites: Cabaceiras (22 km), Barra de São Miguel (26 km), Taquaretinga do Norte, Pe (35 km), Umbuzeiro (88 km), Queimadas (30 km), Aroeiras (64 km) e Campina Grande (38 km). Fica distante da capital 161 quilômetros. Além do mais, está a uma altitude de 378 metros acima do nível do mar.

A extensão do município de Boqueirão possui uma área de 1.257 km², sendo o 3º colocado em tamanho em termos territoriais da Paraíba. O seu clima é quente e seco, com máximas de 37°C e mínimas de 16°C. O inverno tem seu início em março, terminando em julho para começo das atividades agrícolas da localidade.

Além do mais, é grande a extensão de sua bacia hidrográfica, destacando-se o açude Epitácio Pessoa, com capacidade de 475 milhões de metros cúbicos (2006), que abastece as cidades de Campina Grande, Queimadas, a própria Sede e algumas outras localidades próximas, que já entraram no processo de distribuição d'água deste açude, além de servir como ambiente turístico para a circunvizinhança.

Ainda nessa localidade, destacam-se os açudes Santo Antônio e Cruz do Riacho, bem como os rios Paraíba e Bodocongó; os riachos Santo Antônio, da Cruz, Relva, Irapuá Ramada e Bom Jesus; e, como acidentes orográficos, as serras Caturité (900 metros de altitude), Carnoió (840 metros), Bonita e Inácio Pereira, que propiciam campo ecoturístico de grande valor econômico.

No Cariri paraibano também está Sumé, com sua formação populacional. Foi iniciada em fins do Século XVIII (1762 d. C). Os novos habitantes vinham de Pernambuco e Paraíba, estabeleceram fazendas nos terrenos férteis da região para pecuária e produção agrícola. Assim, foi São Tomé fundado em 1903, por Manoel Augusto de Araújo, na confluência do rio Sucuri com o riacho São Tomé (Enciclopédia dos Municípios, 1973).

Em idioma indígena, o termo Sumé significa de maneira clara: *personagem misterioso que pratica o bem*, cuja determinação fez com que os habitantes de Sumé ou São Tomé conseguissem sua independência administrativa, quando figurava sob a tutela de Monteiro; contudo, durante muito tempo houve disputa entre os dois municípios, Sumé e Monteiro.

O município de Sumé está localizado no centro do estado da Paraíba, limitando-se ao Norte com São José dos Cordeiros (48 km); ao Sul, com Camalaú (30 km) e Monteiro (36); a Leste com Serra Branca (36 km) e Congo (50 km); e a Oeste, com Ouro Velho (48 km) e Prata (30 km), com uma área locacional de 864 km², que representa 1,53 % da área do estado. Dista 276 km de João Pessoa.

O principal rio do município, que alimenta a economia, é o Sucuru, que nasce na cordilheira do Cariri paraibano, a 5 km de distância da cidade de Ouro Velho. A sua passagem é a oeste/leste, sendo interrompida em seu curso normal pelo açude Sumé, a 2 km, aproximadamente, da zona urbana, Sede do município.

Como todo o Cariri paraibano, o município de Sumé está estabelecido no semi-árido (caatinga), com clima seco, caracterizado pela insuficiência das precipitações e temperaturas elevadas. A temperatura média é em torno de 24°C, com máxima em novembro e dezembro, e mínima, em julho e agosto, o que afeta a economia rural do Município.

Mais um município importante que dinamiza o Cariri paraibano é Monteiro, sendo um dos mais antigos do Estado, pois suas origens remontam a fins do século XVIII. Á época, duas grandes fazendas de gado (comandavam a economia e sociedade) existiam na microrregião, pertencentes a Custódio Alves Martins e João Pereira de Meio, onde hoje se assenta a cidade interiorana (Enciclopédia dos Municípios, 1973).

No ano de 1800, os proprietários da fazenda Periperi, Manoel Monteiro do Nascimento e sua mulher, fizeram a doação de meia légua de terras, em quadro, para a formação do patrimônio de uma capela em homenagem a São Sebastião, construída próxima a sua casa de moradia. Daí se ver a grande visão econômica que eles tinham.

O local era de ótima situação e logo atraiu a atenção de outras pessoas que para ali se transferiram. Em pouco tempo, apresentava-se com as características de uma próspera povoação que recebeu o nome primitivo de Lagoa de Periperi, que mudou, após algum tempo, para Alagoa de Monteiro, em homenagem ao seu fundador.

A elevação à condição de distrito ocorreu por força da Lei provincial nº 194, de 4 de setembro de 1865, e a elevação a município deu-se pela Lei nº 457, de 28 de junho de 1872, desmembrando-se de São João do Cariri, ao instalar-se oficialmente a 20 de janeiro do ano seguinte.

Em 1878 foi criada a comarca, supondo-se aumento da população. A Lei estadual nº 540, de 18 de novembro de 1921, concedeu-lhe foros de cidade. O decreto-lei estadual nº 1.164, de 15 de novembro de 1938, que estabeleceu o quadro territorial para o quinquênio 1939-43, simplificou seu topônimo para Monteiro.

O contorno do Município se dá por: Prata (30 km), Sumé (36 km), Camalaú (36 km), São Sebastião do Umbuzeiro (30 km) e Zabelê (25 km), com distância da capital de 300 quilômetros. A cidade está a uma altitude de 590 metros; possui uma área de 1.053 km² (72 lugar), com clima temperado, máximas de 30°C e mínimas de 18°C. O inverno começa em março, terminando em junho.

Quanto à geografia econômica, observa-se que seu principal curso d'água é o rio Paraíba, que nasce no município ao pé da serra Jabitacá, seguindo-se em importância o rio do Meio. Destaques ainda para os riachos Catolé, Tingu e Serrote e os açudes Serrote (6.500.000 m³), Municipal, e São José (construído na época do Império) – existindo ainda mais de duzentos pequenos açudes no interior do município. Também como elementos geográficos, as serras Jabitacá, Mulungu e Cruzeiro.

Importante ainda é Taperoá, que tem seus inícios como ex-povoado Batalhão (hoje Taperoá), que teve sua origem nas fazendas de gado implantadas por Francisco Tavares de Melo, pelo capitão Gonçalo Pais, pelo ajudante Gomes Pinto e pelo alferes Manuel de Farias Castro. O topônimo de Batalhão deve-se aos ferozes combates que ali se travaram entre as forças governistas e os rebeldes da Confederação do Equador, em 1824.

No que se refere à fundação do município, ocorreu em torno da fazenda de Manuel de Farias Castro, que, por volta de 1865, onde começaram a ser edificadas novas moradias, dando início, assim, realmente, à povoação e estimulando a vitalidade econômica. Além da família de Manuel de Farias Castro, uma outra, a dos Costa Vilar, também muito contribuiu para a fundação da cidade.

Em seu aspecto legal a Lei provincial nº 829, de 6 de outubro de 1886, criou o distrito e o município de Batalhão, com território desmembrado de São João do Cariri. A comarca de Taperoá foi criada em 1890 e extinta em 1892, pela Lei estadual nº 8. Sua restauração deu-se pelo Decreto-lei estadual nº 39, de 10 de abril de 1940. Em 1905, por força de Lei municipal de 23 de Novembro, muda-se para Taperoá. Pelo Decreto-lei estadual nº 520, de 31 de dezembro de 1943, voltou a Batalhão, permanecendo até 1949, quando, pela Lei estadual nº 318, de 7 de janeiro retorna a Taperoá.

Ao se tratar dos limites de Taperoá, tem-se: Salgadinho (30 km), Passagem (36 km), Teixeira (54 km), Destêrro (33 km), Livramento (30 km), São José dos Cordeiros (24 km), Gurjão (45 km) e Juazeirinho (42 km). Dista da capital 241 quilômetros. Sua altitude é de 500 metros acima do nível do mar. Tal município ocupa, no Estado, o 19º lugar, com uma área de 680 km², clima temperado, sendo máximas de 32°C e mínimas de 20°C. O inverno começa em fevereiro e termina em maio.

Entre elementos geográficos que servem ao econômico, tem-se o rio Taperoá, que é o principal curso d'água, seguindo-se os riachos: Salgado, Carneiro, Quixaba, Cosmo e Pinto. Lagoas: das Marrecas, Salgada, da Onça, do Meio, Escuro, Cavalo, Capim e açudes: do Estado, Lagoa do Meio, Cosmo, Pinto, Jatobá, Jatobá da Serra e Lagoa das Marrecas, Serras: Sistema da Borborema, destacando-se as elevações D'Água, Serra do Pico, Olho D'Água e Jatobá da Serra.

Assim, fica delineado o Cariri paraibano, sendo evidente a existência de grandes potenciais disponíveis para que se possam fomentar cenários para estratégias de desenvolvimento local, especificamente ao se trabalhar com uma participação engajada dos habitantes locais frente ao turismo cultural, que deve atuar com monitoramento efetivo, sobre as atividades políticas, econômicas e sociais na localidade, assim como beneficiar-se das vantagens comparativas do entorno.

4.0.2 Um atraso para o progresso

Para conseguir um desenvolvimento local, faz-se necessário entender como se deu o processo de formação do entorno. A história da localidade tem indicado um atraso, dentro de um ponto de vista tanto social, como econômico e ambiental; do mesmo modo, o usufruto dos recursos naturais da localidade, que caracteriza o *modus vivendi* de um povo, bem como os ciclos próprios do local, que impulsionam o progresso do entorno e proporcionam melhoria na qualidade de vida no local, acontece de forma lenta.

O Cariri paraibano teve sua origem da forma mais natural possível, em uma época em que as viagens eram desgastantes, longas e bastante cansativas; passavam-se semanas e até meses em viagens para chegar às feiras de gado, ou comprar produtos outros para a manutenção da família, ou abastecimento de algum comércio local, onde não havia os produtos que a sociedade local necessitava para sobrevivência familiar, em seu cotidiano (Depoimento *in loco*, 2009).

Ainda reportando a tal formação, dos tempos remotos, ou mais recente, dependendo do local, as viagens eram feitas a pé, a cavalo, ou por meio de outro tipo de locomoção, para as compras de produtos que não eram produzidos no local; produtos que exigiam alguma tecnologia, nova à época, que o povo da localidade ainda não conhecia e o mundo desenvolvido já possuía um certo domínio, aparecendo as externalidades para o local.

Já em meados do século XX, pouquíssimas famílias possuíam automóveis particulares, sendo o público maior transferido via caminhão coberto com lonas e algumas tábuas transversais para acomodação, os bem conhecidos “pau de arara”, que transportavam os habitantes para longas distâncias (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília), se quisessem encurtar o tempo para chegar logo ao destino pretendido. Também tal transporte significa atraso.

Os produtos comuns no local eram os das plantações agrícolas, tipo: feijão, milho, fava, mandioca, incluindo uma criação de galinhas, porcos, bodes, assim como o cultivo de uma horta e fruteiras que circundavam as residências. Muitas vezes as plantações ficavam ou ficam à margem de um açude, ou de algum rio, que deixa (va) escorrer suas águas permanentes nas valas que propiciam (vam) as vazões naturais ao cultivo de tais produtos (Entrevista a agricultor).

Alguns outros mantimentos que o local não produzia, eram conseguidas pelos comerciantes da cidade para abastecimento de seu negócio, em outros lugares, como acontece até hoje. Às vezes, pequenos empreendimentos, ou médios distribuidores iam às famosas feiras, muito distantes, para comprar produtos especiais, sendo necessários dias para efetuar tal comércio das mercadorias que a população precisava; daí, a movimentação do setor comercial da localidade (HUBERMAN, 1978).

As longas distâncias forçavam alguns pernoites, para que os comerciantes pudessem descansar em algumas pousadas, quando do traslado aos pontos de negociação dos produtos desejados, no caso, os mercados. Isto deu início a assentamentos para a ampliação de muitos povoados nordestinos, especificamente paraibanos, que depois se tornaram cidades que constituem as microrregiões do interior da região nordestina.

Alguns comerciantes foram se estabelecendo nestes povoados, ao se formar seu novo ambiente familiar, com oportunidade mais satisfatória no momento, que em qualquer outro conhecido. O trabalho que se efetivava na agricultura, na pecuária e/ou na mineração era fonte de prosperidade para muitos, que não tinham ainda uma renda suficiente para um bem-estar digno para sua família, quando este ambiente oferecia oportunidade para melhorar a sobrevivência (MARIZ, 1939).

A chegada de famílias ou pessoa de maneira isolada incentivou a que irmãos, parentes e amigos também se estabelecessem nestes novos ambientes, que proporcionavam tranquilidade e futuro. Esse processo não foi acompanhado por uma organização e estruturação estratégica no local, que não era a preocupação do momento, nem tão pouco no que respeita às condições de preservação e manutenção da natureza que, lentamente, ia sendo degradada pelos novos habitantes que chegavam.

Foram surgindo os povoados; as indústrias de fundo de quintal; a feira livre na localidade ainda pequena; as padarias; as mercearias (bodegas); as farmácias (drogarias); e outros serviços importantes, que avançaram nas terras do interior do Estado, especificamente no Cariri paraibano, devastando as matas, ou florestas, extinguindo os pequenos animais, abrindo estradas e cavando açudes, sendo o início das desertificações, não tendo os habitantes a mínima preocupação com o que pudesse acontecer no futuro (PEREIRA, 2008).

No trato com a agricultura, quanto aos fundadores da microrregião, o primeiro passo foi o desmatamento (brocar a mata, ou fazer as famosas queimadas) para a plantação de milho, feijão, fava, uma horta próxima à residência e o corte de lenha para fazer o fogo, para cozer a alimentação; por não existir fogão a gás, nem tão pouco elétrico, não houve a preocupação em restituir, à mata, aquilo que foi retirado para suprir as necessidades pessoais e até mesmo familiares.

Já quanto ao processo de transformação industrial, mesmo que embrionário, implantavam-se as padarias, com a necessitava-se de lenha para aquecer os fornos, ainda rudimentares, e bastante criativos. A fonte de abastecimento foram as matas aparentemente abundantes. Nesse sentido, os governos não estavam voltados para as dificuldades que em um futuro próximo fossem surgir, não somente para a localidade, como para a humanidade.

As padarias não são as únicas causadoras de tais problemas ambientais, que estavam emergindo, mas também as cocadeiras, as doceiras, as passadeiras, com o seu ferro de engomar a carvão, assim como os marceneiros no fabrico de móveis para uso doméstico. A floresta para tal uso era muito pequena, mas se intensificava o desmatamento, sem a devida reposição para manutenção que o ambiente reclamava.

Adveio, em seguida, o setor de serviços propriamente dito, que aparecia com um trabalho a ser executado na viabilização da agricultura comercial, da pequena indústria, assim como de alguns serviços outros, que a comunidade necessitava em seu dia a dia, tais como: a barbearia, os correios, os concertos a carros avariados, a eletrificação que surgiu ao longo da história, a venda no balcão das mercearias (bodegas), os professores, mesmo os particulares, e muitas outras formas de serviços comunitários.

Essa era a idiossincrasia dos habitantes que chegavam e habitavam o local caririseiro, onde as necessidades eram supridas pelas vastas disponibilidades de recursos ambientais locais e humanos no entorno, com baixo custo de aquisição e oportunidades de uso em sua abundância relativa. A população não estava no nível de evitar a degradação que ela própria praticava.

As matas do Cariri paraibano eram exuberantes, no inverno, com árvores frondosas, bonitas e viçosas como que louvando a natureza pelos seus encantos e perfumes que exalavam de seus ventres viçosos. Sugeriam belas poesias e romances inspirados por aqueles que relatavam a criação, com seus mitos e lendas que encantavam e causavam perturbações e medos às crianças, fomentando as crenças em muitos adultos, que cultivam por longos tempos de suas vidas.

Os rios, açudes e lagos dessa microrregião armazenavam pouca água que dessedentava os seres vivos que precisavam desse líquido tão precioso e sustentava a vida das plantações agrícolas, da criação pecuária, de miúncas (animais de pequeno porte) e, até mesmo, na implementação de pequenas indústrias. Este líquido tão importante estava presente, como ainda está, para a manufatura dos produtos ali gerados.

Com este capital natural existente, a pecuária vivia o seu momento de abundância em sua alimentação, ao mesmo tempo em que pisoteava a terra, compactando-a para prejuízos em futuros não muito distantes, por conta da invasão da população que crescia e cresce de forma assustadora, sem planejamento e sem orientação mínima na distribuição e uso locacional para os que demandavam moradia para as suas famílias.

O uso intensivo e extensivo das terras semi-áridas (caatinga) pela pecuária foi e é um dos elementos fundamentais de pauperização e desertificação (atraso) do imenso Cariri paraibano e a isto se agrega o fato da abertura de estradas e mais estradas, para passagem de automóveis e caminhões necessários para transportar as pessoas, como também para escoamento da produção gerada no interior das fazendas, que exportavam, para as feiras, os produtos gerados em suas entranhas (PRODEMA, 2000).

Não se deve esquecer que, mesmo com a compactação da terra pela pecuária, obedecia-se a algum descanso, que a terra precisava para sua recuperação e retorno ao plantio da agricultura em ano próximo. Essa forma de tratamento para com a terra nos tempos modernos já não existe com frequência, devido à necessidade de produção em alta escala que as cidades e os povoados precisam para o auto-consumo cotidiano (DARRE, 1996).

O tempo passou e as árvores frondosas endêmicas do Cariri paraibano foram eliminadas impiedosamente do cenário florestal e com elas foram-se as lendas e histórias que

não se contam mais. Tudo isto em obediência a um progresso que não veio, ou de uma acomodação das populações que surgem com a sua necessidade de espaço, para habitação e para seu trabalho efetivo, não produzindo a terra como antigamente, por conta da falta de descanso e da sua degradação.

O Cariri paraibano possui algo mais, pois é composto por alta porcentagem de pedregulhos (semi-aridez), médios e grandes lajedos, montanhas íngremes, que dificultam a agricultura e a pecuária, mas proporcionam outras condições de valorização econômica e social do local, com capacidade para revitalizar algumas espécies nativas já extintas pela intervenção do homem, de maneira descontrolada e inconsciente, cujo resultado hoje se sente (Visita *in loco*, 2009).

A chegada das secas devastava a população imprevidente, matava de sede e fome aqueles que não se estruturavam para atravessar os momentos difíceis de escassez de água e de produção e ao mesmo tempo, de outros apetrechos de manutenção da vida. Por isso, a emigração era constante, em todo o Nordeste, para a construção civil e fazendas do Centro Sul do país, onde a seca não tinha chegado de maneira tão feroz. (MANUEL CORREIA, 1998).

As informações que se tem sobre as secas no Nordeste são de verdadeiras catástrofes anunciadas, especificamente em comunidades pobres. Isto afetava severamente a população mais agrícola, que não tinha como se orientar para ultrapassar essa fase, por meio da armazenagem de mantimentos e cisterna abastecida, para esses momentos difíceis. A falta maltratava de maneira inconsequente os que mais utilizavam os recursos naturais e fraquejavam diante de estiagens prolongadas (CASTILLO, 2007).

Daí, as frequentes mortandades que aconteceram nos diversos cantos do nordeste, especificamente nas regiões semi-áridas (caatinga), ou claramente áridas do interior nordestino, com as constantes fugas do homem do campo para as cidades mais próximas, ou distantes, ou para a capital do estado, exercer sua atividade de ajudante sem qualificação, aos que possuíam alguma posse e tinham condições de dividi-la com os que agora chegam à cidade grande (JOSUÉ DE CASTRO, 2003).

Com a grande migração forçada, o latifúndio foi se apoderando das terras que não tinham donos legais e iniciou seu processo de investimentos em produção agrícola em larga escala, assim como aumentou o seu rebanho de pecuária mais lucrativa para o seu processo de acumulação financeira e expansão de suas terras. A chuva já tinha chegado nesses lugares e começou a proporcionar bons frutos aos que puderam enfrentar a seca que, de tempo em tempo, abate o interior do Estado.

Com os desmatamentos para construção de residências na cidade ou no campo; aparece a utilização de madeiras para queima em fornos de olarias (caieiras para tijolos e telhas), para uso em padarias dos mais diversos níveis de escala de produção, e para a confecção de móveis modernos em marcenarias. Isto acelerou o processo de desmatamento que, cada vez mais, foi se estendendo, tornando as terras do Cariri paraibano mais improdutivas (baixa produtividade), cujo progresso não venceu ainda os males das extensas estiagens nordestinas.

No início do século XXI, a fauna e a flora estão em plena extinção; as florestas são parcas, mesmo as asseguradas por Lei e monitorada pelo INCRA, assim como são mínimas as endêmicas como existiam antes, tais como os cactos (facheiro, cardeiro etc) que estão desaparecendo, e o local está perdendo a sua forma de ser mais pura: o seu clima noturno bastante agradável; a alegria nos momentos de chuvas torrenciais e as festas entre amigos e parentes, com a colheita da produção agrícola, que a todo ano deveria se repetir e já não apresenta a elegância de outrora. Isto pode ser convertido em momento turístico.

Ao longo dos anos, tem-se observado que os municípios do Cariri paraibano não têm progredido (atraso). Em outras palavras, não têm se desenvolvido, tanto quanto ao aspecto econômico, como no social, pois, quando se olha para o aspecto ambiental, nota-se que houve uma degradação no que respeita à fauna e à flora e, ao mesmo tempo, quanto à geografia da localidade, com os impactos ambientais provocados pelo homem. Portanto, o atraso econômico e social é evidente.

4.0.3 Uma radiografia para mudança

Uma radiografia do Cariri Paraibano mostra alguns pontos que servem para um desenvolvimento local pela valorização das potencialidades do entorno via turismo, em termos de valor agregado, que indica o nível de vida da população, o grau de progresso da economia em todos os níveis e categorias sociais na extensão da microrregião. Isto está representado especificamente por municípios importantes como: Monteiro e Cabaceiras, como os mais significantes para as duas microrregiões do interior do Estado.

A caracterização do Cariri paraibano inicia-se pelos limites de tal microrregião onde predomina a bacia hidrográfica do Rio Paraíba, objetivamente com a Sub-bacia do Rio Taperoá, que possui uma extensão de 20.071,83 Km², a compreender entre as latitudes 6°51'31" e 8°26'21" Sul e as longitudes 34°48'35" e 37°2'15" a Oeste de *Greenwich*, de acordo com a AESA (Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba, 2008).

O significado econômico dessa Bacia é que ela é a segunda maior do Estado da Paraíba com uma abrangência de 38% do território estadual e abriga, em sua extensão, uma população de 1.828.178 habitantes, em 2008, cujo tamanho compreende um índice de 52% da população total do estado, como explica a AESA (Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba, 2008).

Nos quadrantes do Cariri paraibano, o Rio Paraíba nasce na Serra Jabitacá, no Município de Monteiro, que possui a mais alta vertente originária do Pico da Bolandeira, a 1.079 metros de altitude, e beneficia grande parte da economia da microrregião, a começar pela agricultura e pecuária e em menor escala a micro e/ou pequena indústria que ficam às suas margens, como explica a Enciclopédia dos Municípios Paraibanos.

No campo agrícola, a produção microrregional serve de subsistência para o agricultor e sua família. Uma pequena parte vai ao mercado para conseguir dinheiro para suprir alguma necessidade extra-agricultura, conseqüentemente, uma produção em pequena escala e de qualidade incompatível para com um mercado competitivo.

No que se refere à pecuária, essa atividade é um pouco mais expressiva, dadas as condições vocacionais da localização; assim como a própria origem do soerguimento da microrregião, que foi um campo importante para a criação de gado e seus derivados, pelos seus primeiros habitantes.

No comércio funcionam as relações de troca dos produtos locais e importados, com o fim de satisfazer as necessidades tanto de compradores como de vendedores ativos na microrregião. A produção interna possui pouca participação no mercado local, onde prevalece a importação bastante forte das cidades como Campina Grande, Arco Verde, em Pernambuco e algumas cidades circunvizinhas.

Considerando-se um potencial importante para desenvolvimento do Cariri Paraibano, pode-se ter como referência a cidade de Monteiro, com a caprinocultura e ovinocultura, cujo grau de importância está entre um dos mais altos do nordeste e seus rebanhos também são um dos maiores da região nordestina, além de ter animais com alta qualidade genética e criadores renomados nacionalmente, todos criadores de animais PO (puro de origem).

Tal como em outros municípios da microrregião, o desenvolvimento local em Monteiro aparece com as usinas de beneficiamento de leite, com os mesmos intuitos que as outras localidades, que já utilizam tal prática como dinamizadora da economia do entorno, para a geração de emprego e renda para o município e circunvizinhança. Com isso, é gerado um bom nível de produção e de emprego no local.

Em complemento, neste município também existem as incubadoras, que também estão em outras cidades, com o intuito de alavancar o desenvolvimento local com a incorporação dos desempregados e subempregados da localidade, assim como de inserir os produtores locais nos mercados de todo o estado paraibano e circunvizinhança, com boa aceitação pelos agentes econômicos da localidade. Tal papel pode ser executado pelo turismo.

Outro ponto essencial para desenvolvimento local em Monteiro é a participação da Associação dos Artesãos de Monteiro (ASSOAM), com bastante criatividade artesanal, ao resgatar trabalhos do mundo europeu, de séculos passados, legados dos antepassados aos seus filhos, netos e bisnetos, como forma de sobrevivência, cujo mercado melhora com o turismo.

O município de Monteiro brinde aos visitantes com as mais deslumbrantes paisagens, os lajedos altos para rapel, escaladas e passeios por trilhas difíceis, bem como locas ou cavernas que existem no interior do município. Isto aciona os pequenos negócios propiciando uma inserção da economia e sociedade para desenvolvimento local; aí estão: o povoado Catarina a 13 km, Zabé da loca a 18 km, distante da sede da cidade e as rendeiras da Associação dos Artesãos de Monteiro (ASSOAM) com grande atuação no local.

Monteiro, nos finais de semana, em meses de alta estação como o caso do São João e São Pedro, recebe uma média de 85 mil visitantes e alguns outros eventos menores que congrega aproximadamente 60 mil pessoas, como as vaquejadas e as apresentações na Semana Santa, com uma média de 35 mil visitantes, melhorando a auto-estima da população, para a busca de um desenvolvimento local pelo turismo.

Cabaceiras, assim como em outros municípios, convive também com uma Caatinga arbustiva, típica das regiões mais áridas do nordeste, com seus cactos, arbustos e árvores típicas, como o xique-xique, coroa de frade, juazeiro, umbuzeiro, jurema, e alguns outros tipos que podem ser convertidos em desenvolvimento local. Em algum tempo do passado, os cactos não tinham expressão econômica, mas hoje já começam a ter valor comercial.

Em tal município também existem as usinas de beneficiamento de leite, como já explicado, que possuem os mesmos propósitos dos outros municípios. Isto significa dizer dinamizar a sociedade e economia locais para incorporar aqueles que se encontram fora do mercado de trabalho municipal e estadual, com grande sucesso em termos de ganhos sociais, tendo, portanto, desenvolvimento local.

Outra potencialidade fundamental para desenvolvimento local é a inserção da mão-de-obra local abundante de maneira promissora, pois Cabaceiras possui instalada a ARTEZA, cooperativa de artesãos, que facilita a compra de matérias-primas para produção e venda de

seu produto final, cujos resultados são genuinamente produto da criatividade local das jovens e dos jovens artesãos do entorno.

Essa cooperativa caracteriza o orgulho do Cabaceirense, em conjunto com outras da microrregião que dinamizam o local, acompanhada por algumas outras menores, tais como as das rendeiras e as que utilizam catemba de coco, barro, tecidos, que impulsionam uma forma cooperada de fomentar emprego, com 1.600 filiados e renda média para a população de R\$ 720,00 per capita, especificamente com o envolvimento das mulheres do entorno.

Ainda quanto à economia de Cabaceiras, assim como a de Gurjão, cidade próxima a 55 km, existe a festa do Bode Rei, cuja economia local é bastante aquecida pelo fluxo médio de 55 mil turistas, que convergem para a localidade, numa ação direta envolvendo os pequenos negócios que surgem e os que já estão estabelecidos com sua atividade cotidiana.

A economia do turismo toma corpo na dinâmica da economia da localidade, onde a oferta de lazer e festividades aquece o pequeno comerciante e o pujante mercado ofertador e consumidor de produtos do entorno, como o agropecuário, o das pequenas transformações e beneficiamento e o de comércio e serviços, como dinamizadores econômico e social, cujo desenvolvimento local pode ser fomentado.

Um outro elemento importante em Cabaceiras é o sítio Pai Mateus, com as suas pedras gigantes em formatos excêntricos e místicos para os apreciadores de novidades. Nele estima-se 75 mil visitantes por ano; conseqüentemente, uma estada no Hotel Fazenda do local, que é muito visitado pelos turísticos que demandam gastronomia típica da localidade, lazer e descanso.

De acordo com a Secretaria do turismo local, de Cabaceiras, muitos outros empreendimentos são efetivados na cidade, cujo objetivo é iniciar em alguns momentos e incentivar em outros o turismo local, tais como: as festas de São João e São Pedro, a festa do Padroeiro, as caminhadas, prática de enduros com bicicletas, com Jeeps, com motocross, com jumentos; assim como o futebol de final de semana, com exposição da história do futebol local.

Outro ponto importante é o Projeto Cooperar, de Boqueirão, que contempla 241 famílias, assim distribuídas: agroindústria de Derivados de Cactus, no Sítio Moita; apoio ao artesanato no Sítio Tabuado; sistema de abastecimento d'água singelo no Sítio Tanques / Tanque Comprido; sistema de abastecimento d'água singelo nos sítios Olho d'água e Roberto; sistema de abastecimento d'água singelo, no Sítio Mineiro; e apoio a caprinocultura nos Sítios Carcará / Urubu, com bons resultados, segundo alguns habitantes do local (Plano Diretor do Município, 2005).

Ainda neste município está em execução o Projeto de Incubadoras, que dá origem, orienta e põe em execução atividades que se propõem a trabalhar as matérias-primas locais e, conseqüentemente, propicia emprego e renda para os habitantes locais e da circunvizinhança, com alguns resultados bastante promissores, já demonstrando eficiência.

Como disponibilidade para desenvolvimento local, verifica-se no município de Boqueirão o Pacto do Novo Cariri, que possui como meta uma dinamização na fabricação de produtos que dinamizam a pequena e média empresa local, assim como direcionam o Projeto para a produção de doces, de licor, de materiais de limpeza e algumas outras atividades que devem surgir da criatividade do pequeno ou micro empresário, cujos pequenos resultados já se mostram importantes.

Não se deve esquecer a grande importância que possui o açude Eptácio Pessoa ao distribuir água para diversos municípios, inclusive Campina Grande, e também serve de lazer nos finais de semana para a juventude da microrregião e adjacências (média de 550 visitantes por final de semana). o que também dinamiza a economia do local, com a produção de peixes e de tomates, com grande significado para o local e o estado paraibano.

Além do mais, em Boqueirão existe uma produção de redes para descanso (dormir) em escala, mesmo tendo boa parte de arte individual, cujo montante de produção é de 150 mil peças por ano e emprega grande número de pessoas, com uma renda de, no mínimo, dois salários mínimos. Existem também os agregados, que não possuem vinculação direta com os produtores, significando ganhos empresariais, sendo o turismo alavancador deste setor.

O município de Gurjão, quanto a sua economia, é composto basicamente por atividades de pecuária, agricultura e pequeno comércio. A pecuária figura como a principal atividade econômica da extensão territorial. Destaca-se a criação de gado para corte e leiteiro e a caprino-ovinocultura, essa última apresentando um forte crescimento e se consolidando como vocação natural da localidade (Depoimento de comerciante, 2008).

A pecuária, através da ovinocaprino-cultura, dinamiza o local tanto pela produção e comercialização, como pelo turismo que é acionado pela Festa do Bode na Rua, com intensa participação dos movimentos organizados. O evento acontece uma vez ao ano e tem a presença de uma média de 45 mil visitantes nessa temporada e, com isto, os pequenos negócios da circunvizinhança fluem para participar de tais vantagens comparativas locais e os *spillovers* (externalidades) formados.

Este município contempla uma usina de beneficiamento de leite, que tem como objetivo aproveitar a produção da bacia leiteira da localidade para um melhoramento do

produto e distribuição no comércio local; assim como, para outros municípios do entorno, atendendo às escolas municipais e estaduais.

Barra de Santana, por ser um município tipicamente rural, tem sua economia centrada também na criação de caprinos e bovinos (principalmente na produção de leite). Como o clima do município é caracterizado por chuvas irregulares, a cultura do milho e do feijão (tradicionalmente cultivados no Cariri paraibano) pode ser considerada de pouca relevância comercial, mas utilizada para consumo das famílias.

Na pecuária, torna-se mais comercial, possuindo uma atividade importante do município, que é a produção do queijos de manteiga e de qualho, que vem crescendo bastante, caracterizando o território como a produção do melhor queijo da microrregião, em conjunto com Barra de São Miguel e Alcantil, que vendem no local para os municípios vizinhos e até mesmo para a Capital.

No que respeita à cidade de Serra branca, a sua economia possui como fundamental basicamente a agricultura de subsistência e um fraco comércio. As principais culturas são milho e feijão. Na pecuária predomina a criação de caprinos e ovinos. O clima é do tipo semi-árido com chuvas ocasionais entre dezembro e março.

O turismo também aparece neste Município, visto que inscrições rupestres são vistas com frequência em muitos lajedos, que se encontram na extensão da localidade, não preenchida pela agricultura comercial, nem pela pecuária e tão pouco com a indústria de transformação, sem valor para o local, por ser micro e pequeno empreendimento.

Na microrregião como um todo, a história do local é patente e há uma experiência acumulada de grande valor, que desperta a curiosidade de grandes cientistas que acorrem ao local, pois tais visitas melhoram o entorno, dinamizam e impulsionam formas de desenvolvimento local, com a participação efetiva da população (*empowerment*) nas prioridades que crescem e contribuem para o progresso.

A microrregião do Cariri paraibano possui todo um acervo de recursos naturais ou ambientais, humanos, culturais e históricos, que já são acionados para ganhos econômicos e sociais; assim como o envolvimento da população economicamente ativa (*empowerment*), desempregada ou subempregada também participa desse processo de desenvolvimento local, com implantação de programas que deram certo em outros lugares (*spillovers*).

Essa nova forma de conseguir um desenvolvimento local participativo, com poucos custos de transação, é o turismo que deve iniciar com uma organização pequena, mas com espaço para crescer de forma equilibrada pela deliberação de todos num planejamento que organize as prioridades desde os emergentes, aos necessários e exequíveis.

4.0.4 Possibilidades de emprego e renda

Um desenvolvimento local é dinamizado pela melhoria no emprego e renda, mas isto não tem ocorrido no Cariri paraibano devido às condições de atraso do local. Não se tinha formas para dinamizar o entorno e a pobreza aumentava; os recursos naturais, usufruto da população, necessitavam de ser revitalizados, para desenvolvimento microrregional, em um clima estratégico que envolva a população economicamente ativa.

Durante a formação do Cariri semi-árido, mais diretamente da Caatinga, ou mata branca, levantam-se diversas propostas para este entorno sofrido e com muitas dificuldades, para seu soerguimento, sua vitalidade e sua sustentabilidade. A prioridade não se encontra na pauta do dia, que consiste nas vias normais dos setores econômicos tradicionais, mas na promoção de desenvolvimento do local, com o uso das disponibilidades de matérias-primas e de mão-de-obra desocupada, ou subocupada existente.

No que diz respeito ao desenvolvimento econômico e social local, existem diversas alternativas para que essa localidade possa se dinamizar, tais como: melhorar a produção de agricultura e pecuária do local com investimentos gradativos aos pequenos e médios empreendedores, acionar micros, pequenas e médias indústrias para utilização dos insumos locais e dinamizar o turismo com vistas à agregação dos produtos gerados pelos recursos locais (ARROYO, 2007).

No Cariri paraibano, há uma disponibilidade de inscrições ou pinturas rupestres, muitas serras (montes, *inselberg*) que são usadas como trilhas, muitas áreas que servem para lazer, como piqueniques, caminhadas, devido ao clima e ao ar puro, fatos históricos interessantes para os pesquisadores e curiosos, fauna e flora diferentes do resto do país, que são utilizadas por turistas e que são organizadas economicamente, gerando emprego e renda para a localidade.

A formulação de estratégias (BUARQUE, 1999) é fundamental na estruturação das condições de inserção dos recursos escassos do Cariri paraibano, na possibilidade de geração de empregos e renda para uma população economicamente ativa, que se encontra desempregada ou subempregada, passando por dificuldades em sua sobrevivência, e vive na dependência direta de ajudas governamentais, como feiras doadas pela prefeitura, estado, agora a bolsa família do governo federal e aposentadoria no campo pelo FUNRURAL.

Em economias frágeis, faz-se necessária a participação do Estado com as suas políticas emergenciais, de orientação à participação da população no processo produtivo, de

maneira eficiente e até mesmo com investimento para uma dinamização efetiva do local. Entretanto, o fator participativo dos habitantes envolvidos é de suma importância, para que todos se sintam responsáveis pelo progresso do entorno econômico e social que começa a ser construído por todos (ARROYO, 2007).

O fator participativo engajado ou *empowerment* faz com que todos estejam ativos e vigilantes à atuação dos envolvidos na demanda por desenvolvimento local, cuja sustentabilidade vai depender da forma como se sintam incorporados e do aparecimento dos resultados que todos almejam em suas técnicas de dinamização dos recursos locais, que sejam sempre progressivas e importantes para o conjunto da sociedade (DURSTON, 2003).

Os trabalhos que inserem uma sinergia de todos, em suas atividades de progresso das comunidades, já contam com exemplos em diversas partes do país, com resultados bem sucedidos, em que o capital social, que envolve a solidariedade, a confiança e a cooperação, é imprescindível para que regiões de grande dimensão precisem de uma fiscalização, ou monitoramento mais direto, quanto à eficiência em tal processo para desenvolvimento local (DURSTON, 2003).

Os nativos possuem muito conhecimento de trabalho e de vida, tanto com respeito ao seu aprendizado, em seu dia a dia, como no que respeita às histórias e experiências passadas e repassadas pelos seus antepassados, que labutaram intransigentemente pela sobrevivência de seus familiares, dedicando todo o seu tempo na labuta com a terra, que guarda sentimentos e emoções milenares.

Os recursos locais eram muito mais intensivos e endêmicos. O tempo e a não conscientização do ser humano se encarregaram de degradar e adulterar o ecossistema dessa microrregião. Mas, há possibilidade de utilizar esse capital social acumulado neste entorno, para propiciar um desenvolvimento advindo das belezas naturais da localidade via turismo (ARROYO, 2007 e CAVESTANY, 2000).

Para tanto, deve-se estruturar de maneira organizada a história do local e do povo, com os devidos respeitos à fauna e à flora, às lendas locais, aos aspectos geográficos, à antecedência política, à criação de aprendizado para todos. Nesse sentido, a estruturação dos recursos locais existentes é grande importância para o local, visando o que os visitantes desejam conhecer como inusitado no entorno, dentro de uma percepção econômica.

A importância se dá também na gastronomia própria no local, turisticamente viável, com comidas típicas, trajes apropriados, *modus vivendi* característicos, que devem ser recompostos para reconhecimento histórico de um ambiente, que participou das origens do estado e que ainda se encontra atrasado. Porém, com este acervo disponível, consegue-se um

desenvolvimento local participativo com os filhos do local e os que migraram para conhecer e conservar a identidade da localidade.

Programas turísticos para inserção das paisagens ambientais, da fauna e flora do local, geram emprego e renda, que devem ser consideradas fundamentais para a população, dando grande importância às plantas típicas, o mandacaru (xique-xique), facheiro, a coroa de frade, a umburana, o cardeiro, o umbuzeiro, e muitos outros elementos da flora local que podem ser vistos em seu *habitat* natural, com a sua beleza exuberante, economicamente viável; daí a recomposição do entorno de forma natural.

Além da flora, a fauna também exerce um fascínio a todos que passam pelo Cariri paraibano, tais como: os visitantes, transeuntes, ou pesquisadores, visto que muitos animais possuem um encanto especial que devem ser observados e fotografados, tanto para uma catalogação de espécie rara em estudo, como para apreciação de quem gosta de ver a natureza em sua forma mais natural possível.

No que respeita aos animais muito comuns na microrregião, tem-se o caprino (bode), ovino (ovelha), o peba, a rolinha, o porco, o cavalo, os bois, as cobras especiais, tipo jararaca, coral, preta; além de teju açu, camaleão (em extinção), e muitas outras formas de animais que vivem nas parcas matas dessa localidade e que são desconhecidos por muitas pessoas até mesmo do local. É preciso que nos finais de semana todos os restaurantes ofereçam essa farta alimentação ao público.

Alguns municípios comportam lajedos enormes, que são usados para piqueniques e caminhadas de finais de semana, pela juventude da localidade, cuja paisagem caracteriza um belo visual para pessoas que desconhecem pedras de tamanhos tão desproporcionais e que podem também servir para rapel, ou escalagem em esportes radicais, pelo seu lado mais íngreme. Isso já possui um forte começo, pois grupos de jovens em até 45 pessoas cada praticam essas atividades.

Em média 25% dos visitantes agregados aos jovens locais demandam montanhismo, prática de esportes radicais ou não, implementando-se um turismo, com a utilização de escalagem de montanhas ou montes, o que propicia uma forma nova de dinamizar um ressurgimento da flora do próprio local, exótica ou não, de tal maneira que a microrregião já começa um processo de reflorestamento participativo do entorno.

Dentro dessa ótica, o uso dos recursos locais de forma conservativa dentro das normas de preservação pode proporcionar uma visão econômica e social acerca do semiárido ou caatinga no Cariri paraibano, com uma melhora crescente no nível de emprego e renda da

localidade. Isto já se constata no local, no mercado informal, em pequenos negócios, em artesanato de diversas formas e também em comestíveis a pronto consumo.

Um desenvolvimento participativo, sobretudo engajado, é necessário para uma melhoria do local quanto ao bem-estar, ou qualidade de vida para todos, que estão envolvidos, na inserção dos recursos locais para o progresso do entorno, justamente por conta dos eventos que aparecem no âmbito municipal (CAVESTANY, 2000).

O Cariri paraibano possui uma estrutura de vida própria, que deve ser aproveitada, em prol do desenvolvimento da localidade, entretanto, a tecnologia avançou no mundo, atropelando o modo de vida e tecnologia local (aprender pela experiência), sem reposição ambiental. As experiências do homem do campo são fartas, precisam ser resgatadas para que o progresso avance de acordo com as condições locais, com respeito às tradições que não criam obstáculos ao desenvolvimento das práticas locais, acompanhadas com o conhecimento científico que caminha em paralelo.

Em síntese, uma reorientação acerca da gestão no Cariri paraibano, dentro dos critérios de eficiência, conduz a uma integração de todos da localidade, rumo ao desenvolvimento, para que os filhos da localidade tenham mais emprego, renda e produção condignos. Assim, deve haver uma imigração dos que agora querem se reintegrar ao seu *habitat* natural, que guardam lembranças e saudades.

4.0.5 Formação do Desenvolvimento local

A formação do desenvolvimento local parte das fortalezas internas que indicam as potencialidades do entorno microrregional, ou as economias que estão disponíveis na localidade. O turismo se apresenta como uma forma viável em implementação de renda e incremento do nível de emprego em toda a extensão do Cariri paraibano, visto os ganhos advindos da mão-de-obra, das matérias-primas e artesanatos existentes em toda a circunvizinhança (Discussão *in loco*, 2008).

Não existe a obrigatoriedade de que se inicie qualquer processo de desenvolvimento local com mega eventos, para gerar altos níveis de renda e emprego para toda a microrregião. Entretanto, constata-se que os eventos simples de cidades pequenas, com participação engajada, de todos os que habitam a localidade, deixam mais benefícios para a população, com firmeza e gradativamente alimentando um desenvolvimento social (ARROYO, 2007 e CAVESTANY, 2000).

Como um primeiro exemplo de tais benefícios sociais, cita-se Monteiro, pois a cidade é bastante visitada para apreciar o artesanato de renda renascença, que é vendida em toda a microrregião, assim como no exterior, ocupando um grupo grande de rendeiras no município, de vendedores desse produto e outros comerciantes que movimentam o comércio local, especificamente com a demanda de matéria-prima que é utilizada em tal trabalho coletivo.

Nos finais de semana a economia e a sociedade se movimenta com os amantes de esportes radicais, quando jovens partem para a serra do Peru para praticar o rapel. Outros fazem caminhadas em trilhas sinuosas, dadas as suas altas serras ou montanhas e grandes lajedos, que fascinam a demanda por este tipo de atividade esportiva ou conhecimento, importante como determinante turístico, cujo pequeno negócio tem a sua presença e ganhos como dizem alguns populares.

No Município, também existem os sítios arqueológicos que aguçam a curiosidade de pessoas que querem entender como viviam os antepassados do local, e aquelas que almejam estudar os escritos ou figuras que estão marcadas em pedras expostas ou em cavernas. O Cariri paraibano está repleto de tais inscrições rupestres que contam a história desse povo em seu *modus vivendi* em termos de hábitos e costumes locais (Visita ao local, 2009).

Os visitantes não perdem tempo em dar uma passadinha em Zabé da loca, que se notabilizou com a sua flautinha, de maneira autodidata, embelezando a música do Nordeste inteiro e até mesmo do exterior. As apresentações e as visitas feitas a este local chamam a atenção dos pequenos negociantes para montagem de sua barraca e, porém, conseguem alguma renda, o que constitui benefício social e desenvolvimento local de baixo para cima.

Em conversa com Secretários de Turismo, eles disseram que os eventos de finais de ano, como a festa da Padroeira, acolhem uma média de 80 mil transeuntes na cidade ou no município, visitando os parentes da cidade ou como curiosos, que gostam de ver a tradição (hábitos e costumes) da localidade; e aí também está presente a geração de emprego e de renda, de curto prazo, mas que beneficia a localidade que está em evidência para a melhoria do local.

Em verdade, nos finais de semana, ou em tempos de festas na cidade, tipo da Padroeira de final de ano, ou Santo Antonio, São João e São Pedro, os visitantes acorrem a estes recintos para conhecerem estes ambientes festivos. O pequeno comércio sempre é acionado para suprir a presença dos turistas que buscam lazer e obter informações acerca do local e mais uma vez os ganhos surgem para melhorar a qualidade de vida do local (CAVESTANY, 2000).

Um exemplo que fica evidenciado de desenvolvimento local é a cidade de Cabaceiras, que possui um potencial turístico fabuloso, economicamente viável, que ainda é pouco explorado pelas comunidades, ou agentes econômicos, e atores sociais. Com a participação das autoridades locais, especificamente do Prefeito e da Câmara de Vereadores, ao proporcionarem a logística necessária ao processo de desenvolvimento, o município apresenta uma melhor qualidade de vida a seu povo, como dizem alguns populares.

Alguns eventos já possuem bons resultados econômicos e sociais em Cabaceiras: tipo visita ao Lajedo de Pai Mateus, e ao seu Hotel Fazenda; a Festa do Bode Rei; Sítio arqueológico; a cidade cenográfica; e alguns outros pontos interessantes que geram grandes benefícios, maiores do que os custos sociais para a municipalidade, com presença forte dos pequenos negócios locais, ao mesmo tempo que chamam a atenção de turistas ou de visitantes que almejam conhecê-la.

Com isso, já existe um processo de circulação de recursos financeiros na cidade, tanto da circunvizinhança como de pessoas que vêm de outros lugares mais distantes; daí, aparecerem os vendedores em seus diversos tipos de negócio, uma demanda por hospedagem, uma busca por produtos do entorno, quais sejam agrícolas, ou industriais, ou de serviços, bem como de artesanato próprio da microrregião e até de visitas para conhecimento das coisas locais.

Da mesma forma, os bares da cidade se movimentam bastante com a presença desses visitantes, na ocupação de carros de aluguel, micro-ônibus, mototáxi e alguns outros serviços que sejam necessários para tal demanda turística, como as feiras de artesanato que acontecem em todos os eventos da cidade e das circunvizinhanças, como explicaram 74% dos entrevistados no município em 2009.

Outra cidade, de tamanha importância, é o município de Boqueirão, com seus pontos turísticos, que, da mesma forma, podem ser catalogados para desenvolvimento local, como é o caso do açude Eptácio Pessoa, cuja sangria sempre é visitada pela população de Campina Grande, de Pocinhos, de Cabaceiras, de Queimadas, numa movimentação frenética dos pequenos negócios na localidade.

Nessa cidade, já é de conhecimento nacional a fabricação de redes para dormir ou descansar, especificamente do tipo artesanal, ou feito à mão, com uma grande produção de peças de redes e lençóis. Consequentemente, há um grande número de empregados locais e vizinhos, neste processo de produção, que aciona a economia da cidade e da circunvizinhança, na geração de benefícios socializados.

Em Boqueirão, como em outros municípios do Cariri paraibano existem os famosos lajedos gigantes na sua topografia encantadora, seguindo, do mesmo modo, a formação geológica das outras cidades microrregionais. Boqueirão possui um acervo turístico muito importante e está inserido na economia como dinâmica para outros setores na geração de emprego e renda, frente a presença de visitantes (Visita in loco, 2009).

Para um turismo economicamente viável, na cidade de São João do Cariri existem muitas curiosidades importantes, inicialmente com os sítios arqueológicos (inscrições rupestres), depois com os casarões antigos que descrevem a história do local; ao mesmo tempo, a maneira de vida em que as pessoas nativas trazem dos antigos, tais como a sua hospitalidade e os hábitos e costumes que caracterizam esse povo interiorano da Paraíba.

Em igual importância, pode-se considerar um último município, como cidade significativa neste processo, que é Taperoá, cujo Cariri paraibano é mostrado nas filmagens dos livros de Ariano Suassuna, com a sua cidade cenográfica, bem como o local onde viveu o maestro Capiba (Severiano da Fonseca) e a sua família, no brilhantismo das festas dançantes na cidade; do mesmo modo, encontra-se lá farta confecção de artesanato, tal como a cidade é e deve ser conhecida (Visita em loco, 2009).

O importante nessa microrregião é um fato interessante, que é o bom volume da produção de mel (IBGE, 2009), constituindo um produto de vasto mercado no país e no exterior, de preço está bastante valorizado. Tal produção pode ser incentivada por meio do forte investimento na qualidade do produto deste produto de significante rentabilidade para a economia doméstica, com destaque para as cidades de São João do Cariri, Barra de São Miguel e Caturité, o que irá estimular o aumento de emprego e produção, que geram desenvolvimento local.

No que tange às indústrias de transformação, há micro e pequenas (Monteiro, Sumé, Boqueirão, Taperoá e Serra Branca) e comércio (Monteiro, Sumé, Boqueirão, Serra Branca e Taperoá), com a maior participação para os municípios que estão entre parênteses. Quanto ao nível de emprego como assalariado são expressivos Monteiro e Sumé, na indústria, e no comércio, há um número de grande significância para o desenvolvimento local.

Em todos os municípios subdesenvolvidos, ou atrasados, aparecem os serviços caracterizados de pouca qualificação ou aprendido com a experiência, como: padarias, famosas costureiras particulares, as marcenarias, as oficinas mecânicas de auto, as barbearias, os trabalhos em mercearias e algumas poucas atividades que se apresentam para suprimentos esporádicos da mão-de-obra local e, na maioria das vezes, para sobrevivência da população, cujo programa turístico propicia um desenvolvimento local.

O que dinamiza a economia da microrregião atrasada e implementa um desenvolvimento local são as receitas do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), que são recursos advindos de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS). Todavia, uma atualização baseada na Lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional e no Decreto-Lei Nº 1.881/81), que fez com que o retorno aos municípios fosse menor, criou dificuldade à gestão municipal para o progresso (Recebedoria de Renda do Estado, 2008).

No que se trata do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, referido na alínea 'a', a matéria foi disciplinada inicialmente pela Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, alterada pelo Decreto-Lei nº 1.881, de 27 de agosto de 1981, e complementada pela LC nº 62/89, alterada por outra Lei Complementar nº 71, de 3 de setembro de 1992, e pela Lei Complementar nº 74, de 30 de abril de 1993, observando, hodiernamente, o disposto na Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, com a redação dada pela Lei Complementar nº 106, de 26 de março de 2001. Constitui-se em fontes de renda que os Municípios pobres lançam mão para atividade interna.

A dinamização ao desenvolvimento local microrregional é propiciado pelo FPM, pela Bolsa Família, pelas Pensões do INSS e os salários pagos aos trabalhadores rurais e/ou urbanos, que são os rendimentos que proporcionam qualidade de vida para a população e faz surgir algum progresso que a sociedade moderna disponibiliza, especificamente quanto a moradia, nível saúde e de alimentação, para reposição do capital social, e/ou humano.

Outro determinante importante para desenvolvimento local é quanto aos valores agregados dos produtos gerados internamente no Cariri paraibano. Isto quer justificar que a qualidade dos produtos locais auxilia em preços melhores no mercado, devido a alguma eficiência no processo de transformação e comercialização, assim como nas técnicas de beneficiamento que favorecem a economia local em seu crescimento e bem estar para os habitantes do entorno (BUARQUE, 1999).

Em considerando a questão do ensino em todos os níveis, alguns empresários de visão já implantam seus estabelecimentos de ensino privado na microrregião. Monteiro, Boqueirão, Sumé, Taperoá, Serra Branca e Ouro Velho já possuem escolas do Ensino Fundamental privadas. Já no nível médio, só existem escolas em Monteiro e Sumé. No âmbito da pré-escola, verifica-se em Monteiro, Boqueirão, São José dos Cordeiros, Sumé, Taperoá e Ouro Velho e isto é fonte de desenvolvimento local (IBGE, Cidade@, 2009).

Em suma, um dos meios de se processar um desenvolvimento local são os Programas sociais implantados e em execução que se encontram no local, como forte fator de inserção

social e melhoria na qualidade de vida (bem-estar) da população do entorno ainda em atraso, mas com potencial de progresso. Nesse clima, é que se gera a valorização do local, em termos de história, de geografia, de idiossincrasia, de identidade (pertencimento), como significante variável em desenvolvimento local, com participação efetiva dos munícipes, para unificação em busca de um sentimento comum.

4.1 PROGRAMAS NO LOCAL

Um desenvolvimento local necessita das iniciativas locais, com *empowerment* e *spillover*, para que se processe a construção dos fatores que constroem tal dinâmica, frente às potencialidades locais, com a incorporação do capital social para turismo. Daí, a abertura de nichos para efetivação dos benefícios sociais, saindo o local do atraso para o progresso, que é o que todos esperam.

4.1.1 As iniciativas locais

Explica-se os efeitos de programas na geração de desenvolvimento local pelas potencialidades locais, com inserção do capital social, via turismo, com *empowerment* e *spillovers*, nas iniciativas locais, devido à utilização dos recursos escassos da sociedade, de maneira descentralizada de partidos políticos formais e com monitoramento constante nas ações que melhorem o nível de renda e de vida na microrregião.

Uma colocação importante é quanto à posição geográfica desse entorno, visto que, em sua extensão, 20.071,83 Km² predomina a bacia hidrográfica do Rio Paraíba, com a Sub-bacia do Rio Taperoá, situada entre as latitudes 6°51'31" e 8°26'21" Sul e as longitudes 34°48'35" e 37°2'15", a Oeste de *Greenwich* (AESA: Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba, 2008), pois, isso propiciou as primeiras atividades econômicas nessa área.

A importância dessa Bacia é que ela é a segunda maior do Estado da Paraíba com uma abrangência de 38% do território estadual e abriga em sua extensão uma população de 1.828.178 habitantes (informação para o ano de 2008). O tamanho compreende um índice de 52% da sua população total, que necessita de água para a dinamização da economia e sobrevivência das comunidades locais (AESA: Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba, 2008).

As iniciativas locais, que são promovidas pelo Estado, ou aquelas de âmbito privado estão embasadas amplamente pelo art. 170, da Carta Magna Pátria de 1988. Do mesmo modo,

o nome comercial constitui direito de personalidade: pelo Art. 5º, inciso X e XXIX da Constituição Federal desse ano e Lei nº 8.934/94, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências. Esse contexto assegura aos empresários do local, a sua criatividade para que, de forma coletiva, promovam um desenvolvimento local.

De significativa importância para desenvolvimento local é o Estatuto das Cidades que está alicerçado na Lei Nº 10.257, de 10 de Julho de 2001, regulamentado pelos Arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais de política urbana e dá outras providências. A maior importância está no Capítulo I, nas diretrizes gerais, em seu parágrafo único; e, Art. 2º, parágrafos II e III, que orientam os Municípios para desenvolverem-se.

Com relação ao turismo para desenvolvimento local, verificam-se as Leis que criam Áreas Especiais e Locais de interesse turístico, tais como: a Lei Nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que acrescenta inciso ao artigo 2º da Lei 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei 4.717, de 29 de junho de 1965. Inclusive, o Decreto-Lei Nº 1.439, de 30 de dezembro de 1975, que dispõe sobre concessão de incentivos fiscais e outros estímulos à atividade turística, altera disposições dos Decretos-Leis Nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974 e 1.338, de 28 de julho do mesmo ano.

Em 2008, cria-se a Lei Geral do Turismo, de nº 11.771, em 17 de setembro, assim define atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao turismo; revoga a Lei Nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, sobre atividades e serviços turísticos e condições para o seu funcionamento e fiscalização; o Decreto-Lei Nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, relacionado ao exercício e à exploração de atividades e serviços turísticos; e dispositivos da Lei Nº 8.181, de 28 de março de 1991, que renomeia a EMBRATUR (Ministério do Turismo, 2009).

No Cariri ocidental, para a dinâmica de desenvolvimento local, toma-se como representativo (carro chefe) o município de Monteiro, pois ele se destaca pelo seu acervo histórico, pelo gado leiteiro, pela caprinocultura e ovinocultura, cujo grau de crescimento é um dos melhores na microrregião caririseira e seus rebanhos disponíveis são um dos maiores da região nordestina, além de ter animais com alta qualidade genética e criadores renomados nacionalmente, todos com animais PO (puro de origem).

Ao mesmo tempo, na cidade de Monteiro, sediam-se, como em algumas outras, as usinas de beneficiamento de leite, com as mesmas finalidades e metas propostas no Projeto de Caprinovinocultura e que tem dinamizado a economia do entorno com a geração de emprego

e renda com um bom percentual para o território, proporcionando suporte aos outros municípios circunvizinhos.

Ao dar sequência a este processo de desenvolvimento local, Monteiro possui incubadoras que também existem em outras localidades ao redor, com grande sucesso, no intuito de conseguir melhorar a qualidade de vida local, com incorporação dos desempregados e subempregados do entorno. Assim, insere as mercadorias dos produtores locais no mercado efetivo do estado paraibano e em toda a microrregião caririseira.

A cidade de Monteiro é farta em termos de artesanato, atividade na qual existem muitos trabalhadores, com bastante criatividade, resgatando trabalhos do mundo europeu antigo e que chegaram aqui em séculos passados. Os antecedentes legaram aos filhos, netos e bisnetos essa forma de cultura e sobrevivência, contribuindo para a ativação da economia local, o que constitui um capital social.

Quanto ao aspecto essencialmente turístico, o município de Monteiro brinda aos visitantes com bonitas paisagens, lajedos gigantes para a prática de rapel, escaladas e passeios por trilhas (na serra do peru, a 14 km da sede), bem como em locas ou cavernas, como a de Zabé da loca, no sítio Catarina, a 18 km da sede, muito importante no interior do município. Isso aciona os pequenos negócios que propiciam um desenvolvimento local participativo como fundamental.

As autoridades locais e a população organizada trabalham toda uma tradição, como capital social, que é cultuada no município, a exemplo de: Festa da Padroeira (com visita média de 8.500 pessoas por noite), apresentações culturais tradicionais (média de 850 pessoas por apresentação), apresentações em Semana Santa, com uma presença na cidade de, em média, 6.500 pessoas por dia; cavalgada em finais de semana, assim como, *bicicross*, *motocross*, enduro em *Jeeps* e mais alguns eventos importantes que geram renda para pequenos negócios já comprovada.

Outra cidade importante para o desenvolvimento microrregional é o município de Cabaceiras, como representação do Cariri oriental, que também convive com uma *caatinga* arbustiva, típica das regiões mais áridas do nordeste, com seus cactos, arbustos e árvores típicas como o Xique-xique, Coroa de Frade, Juazeiro, Umbuzeiro, Jurema e outros. Em alguns anos do passado, os cactos não tinham expressão econômica, mas tinha histórica, que hoje já começa a ter valor comercial em seu processo gastronômico.

No município de Cabaceiras também existem as usinas de beneficiamento de leite, que possuem os mesmos propósitos dos outros municípios, que é dinamizar a economia local para incorporar aqueles que se encontram fora do mercado de trabalho municipal e estadual;

inclusive, servindo à própria população do entorno, em termos de alimentação escolar e alguns derivados importantes para o povo local.

O município de Cabaceiras também sedia algumas incubadoras que auxiliam, como impulso inicial, com a coordenação do SEBRAE e Parque Tecnológico, o desenvolvimento local da economia da localidade, na geração de emprego e renda municipais e o progresso das comunidades envolvidas. Frente a isto, foram gerados 50 empregos no ano de 2008, com renda média de um a dois salários mínimos, para cada trabalhador agraciado, e alguns pequenos negócios também surgiram ocasionalmente.

Em Cabaceiras existe a Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro (ARTEZA), onde se comercializam os diversos produtos artesanais de grande importância para o município, estando empregados 350 pessoas direta e indiretamente, com faturamento de 2 a 3 salários mínimos cada; mas, todos estão ligados ao processo de transformação da instituição, em sua dinâmica de crescimento e sustentabilidade, não somente quanto ao ambiente, mas também, quanto à qualidade de vida da população.

Ainda em Cabaceiras, a Roliúde nordestina, a iniciativa da “Festa do Bode Rei” é um dos pontos que alavancam o desenvolvimento local, visto que proporciona emprego na ordem de 15% da população, bem como proporciona satisfação para a população quanto à identidade dos filhos do local e divulgação de sua cultura, como explicam alguns questionados sobre o prazer com a festa que já se tornou tradição e serve de espelho para outras localidades do entorno. A circulação de visitantes nesse povoado aos 60.000 turistas, em 2009, de acordo com Relatório da Secretaria de Cultura local.

Na dinâmica para geração de desenvolvimento da economia da localidade, aquece-se de forma vibrante o turismo, por meio do qual a oferta de lazer, encontro para negócios e festividades incorpora o pequeno empreendedor, para um pujante mercado abastecedor e consumidor deste entorno. As visitas são de 8.000 a 10.000 pessoas semanais, que chegam à localidade e fazem circular recursos que servem para a dinamização do local.

O turismo aparece com uma procura muito significativa, nas visitas ao sítio Pai Mateus, que dista da sede 24 km, pois além dos lajedos gigantes e potentes, lá está o Hotel Fazenda, não somente para descanso ou lazer, mas para outros tipos de atividades que o turista pretenda realizar com a sua família.

Nesse processo de promoção de desenvolvimento local, outra significativa iniciativa efetiva está em Boqueirão, com o Projeto Cooperar, que contempla 241 famílias, assim distribuídas: agroindústria de Derivados de Cactus, no sítio Moita; apoio ao artesanato, no sítio Tabuado; sistema de abastecimento d’água singelo no sítio Tanques/Tanque Comprido;

sistema de abastecimento d'água singelo, nos sítios Olho d'água e Roberto; sistema de abastecimento d'água singelo, no sítio Mineiro; e apoio à caprinocultura, nos sítios Carcará/Urubu (SEBRAE, Projeto Cooperar, 2008).

Nesse município, também está em execução o Projeto de Incubadora que dá origem, orienta e põe em execução atividades que incorporam as matérias-primas locais para o processo de transformação ou beneficiamento industrial, consequentemente propiciando emprego e renda para os habitantes locais e os da circunvizinhança, resultando em mais investimentos para o município e melhor qualidade de vida para o entorno.

O município de Boqueirão se beneficia também do Pacto do Novo Cariri, que possui como meta principal a fabricação de produtos que dinamizam a pequena e média empresas locais. O Projeto é direcionado ainda para a produção de doces, de licor, de materiais de limpeza e algumas outras atividades que deverão surgir da criatividade do pequeno empreendedor, possuindo cidades interioranas já certa habilidade nesse processo.

Não se deve esquecer a grande importância que possui o açude Epitácio Pessoa para turismo de final de semana e distribuição de água para diversos municípios caririseiros, inclusive Campina Grande. Também serve de lazer, para a juventude da microrregião e adjacências, dinamizando inda a economia do local, com significativa eficiência, no caso, para a agropecuária e pequena agroindústria no local.

Um outro município participativo do desenvolvimento local é Gurjão, onde a economia é composta basicamente por atividades de pecuária, agricultura e pequeno comércio. A pecuária figura como a principal atividade econômica municipal, com destaque para a criação de gado leiteiro e a caprino-ovinocultura. Essa última apresentando um forte crescimento e se consolidando como vocação natural para o progresso local (Discussão *in loco*, 2008).

Esse município alberga uma usina de beneficiamento de leite, que aproveita a produção da bacia leiteira da localidade para um melhoramento do produto e distribuição ao comércio local, assim como, para outros municípios do entorno, que no momento atendem às escolas municipais e estaduais. A usina beneficia 30.000 l/dia, atendendo a 5.000 famílias do entorno, de tal maneira que ainda participa do processo de fabricação de produtos que o têm como matéria-prima.

No que diz respeito aos aspectos econômico e turístico, essa localidade executa a “Festa do Bode na Rua”, que dinamiza a economia local, mesmo que seja com pequenos e médios negócios, fazendo circular renda no município e proporcionando empregos adicionais à população local e a da circunvizinhança. No ano 2008, circularam na cidade mais 5.500

visitantes/final de semana, com um aumento de emprego temporário de 10% frente ao ano passado; um ganho social inestimável para a população, segundo conversa com lideranças.

Nesse circuito de promoção de desenvolvimento, destacam-se os municípios de Barra de Santana, Barra de São Miguel e Caturité. Por serem tipicamente rurais, a sua economia centra-se na criação de caprinos e bovinos (principalmente para produção de leite), com uma produção de queijo, em uma média semanal de 8.500 quilos. Como o clima nesses arredores é caracterizado pelas chuvas irregulares, a cultura do milho e feijão é considerada de pouca relevância comercial, utilizada para consumo familiar, mas sem condições de competição no comércio.

Já em Serra branca, o setor turístico aparece de forma embrionária, visto que inscrições rupestres são vistas em lajedos que se encontram na extensão da localidade com grande importância. A famosa serra branca (branca mesmo, literalmente) é muito apreciada pelos visitantes (em média, 350 pessoas visitam no final de semana); assim, visitam o Hotel Fazenda Refúgio da Serra, cuja proprietária disse que os benefícios são maiores que os custos. Esse campo dinamiza a agricultura e a pecuária, bem como a indústria de transformação, muito modesta, no local.

O desenvolvimento local aparece com a fartura agrícola que abrilhanta as festas de Santo Antônio, São João e São Pedro, predominantes em todo o mês de junho, numa revitalização incomum para os caririseiros da microrregião e, porque não dizer, de toda a região nordestina. Dessas festas, surge ocupação, produção, renda, compras intensivas para presentes; é uma alegria geral que reina, contando com a visita de mais de 30.000 pessoas por localidade, como diz uma liderança municipal.

Um fator importante nesse processo é que a prática religiosa do caririseiro faz com que as famílias envolvidas na produção agropecuária, ou pequenas indústrias de fundo de quintal, ou até mesmo o setor serviços, primem por uma vivência de cooperação, de confiança e de reciprocidade. Isso faz com que as famílias dessa localidade possam ter muita intimidade umas com as outras. Isto é um acervo social importantíssimo, que tal microrregião possui como tesouro econômico de grande significado.

As atividades industriais comuns no Cariri paraibano estão na área de panificação, alfaiataria (em extinção), artesanato (couro, tecido, barro, catemba de coco, ou outras formas mais), olaria (tijolos e telhas), construção civil e outras poucas formas de atividade de fundo de quintal, que se trabalham dentro do princípio mecânico do aprender fazendo (*learning by doing*), cujo envolvimento com a atividade, incorpora poucas novidades técnicas e armazena somente os conhecimentos práticos.

O setor de serviços, que comporta objetivamente o comércio e os serviços propriamente ditos, é composto por feira livre num dos dias da semana; de mercearias (bodega) que vendem, em sua maioria, produtos de outros lugares ou outras praças; além do mais, outros serviços são de barbearias, oficinas mecânicas, marcenarias, matadouros públicos, profissionais liberais (contador, professor particular, etc.) e outras poucas atividades desenvolvidas no local.

Assim, nessa microrregião, existe toda uma história de formação e de *modus vivendi* do povo local; bem como experiências acumuladas que influenciam, com os devidos incentivos e subsídios, as iniciativas empresariais, como forma de geração de desenvolvimento local, de tal maneira que se conte com uma participação efetiva nas atividades prioritárias, que dinamizam a economia para um desenvolvimento efetivo.

4.1.2 Fatores que constroem desenvolvimento

Para a construção de um desenvolvimento local, trabalha-se o que existe no entorno, que possa tornar-se economicamente viável, para melhoria das condições de vida (bem-estar) da população, com uso do capital via turismo. Entretanto, esse processo tem bons resultados quando melhor aplicado de baixo para cima (*bottom up*); com utilização do *empowerment* nas comunidades locais e inserção de *spillovers* (DURSTON, 2003), como variável de agregação econômica ao local.

Em virtude das condições da microrregião caririseira paraibana, que possui um grande atraso histórico ou população de baixa renda, existem programas governamentais ou particulares (sociedade civil e empresarial) que procuram dinamizar (*take of*) o local como o Bolsa Família (Quadro 4.1), que gera demanda efetiva e incentiva a produção interna, mesmo que seja de produtos para sobrevivência, mas, garante aos habitantes, um nível adequado de circulação de recursos para o fluxo dos pequenos negócios do Cariri paraibano.

Ao analisar o Bolsa Família frente à população da microrregião, como indica o quadro 4.1, observa-se que essa participação é fundamental: ao beneficiar o povo local, em decorrência da inserção dos que não têm renda, o programa estimula o surgimento de novos pequenos negócios que impulsionam o entorno. Daí, uma melhoria na qualidade de vida da população local e conseqüentemente em seu bem-estar.

Quadro 4.1 - Quantidade de famílias que recebem bolsa família (2008 e 2009) e sua relação com a população (2007) local no Cariri paraibano, por município.

Cariri paraibano	12-2008	2007	BF/POP08	02-2009	BF/POP09
Alcantil	711	5068	14,03	715	14,11
Barra de Santana	1035	8619	12,01	1016	11,79
Barra de São Miguel	783	5435	14,41	745	13,71
Boqueirão	2194	15877	13,82	2162	13,62
Cabaceiras	555	4907	11,31	544	11,09
Caraúbas	506	3824	13,23	507	13,26
Caturité	565	4467	12,65	575	12,87
Guirã	421	2985	14,10	407	13,63
Riacho de Sto Antônio	171	1524	11,22	166	10,89
Santo André	380	2641	14,39	395	14,94
São Domingos do Cariri	264	2265	11,66	260	11,48
São João do Cariri	584	4438	13,16	568	12,80
Amparo	332	2007	16,54	331	16,49
Assunção	440	3336	13,19	438	13,13
Camalaú	1005	5761	17,44	1001	17,38
Congo	710	4770	14,88	708	14,84
Coxixola	226	1705	13,26	224	13,14
Livramento	1167	7105	16,43	1164	16,38
Monteiro	4329	29980	14,44	4285	14,29
Ouro Velho	414	2974	13,92	416	13,99
Parari	205	1245	16,47	198	15,90
Prata	549	3896	14,09	557	14,30
São João do Tigre.	747	4578	16,32	735	16,06
São José dos Cordeiros	647	3973	16,28	699	17,59
São Seb.do Umbuzeiro	460	3061	15,03	464	15,16
Serra Branca	1731	12413	13,95	1740	14,02
Sumé	2710	16456	16,47	2681	16,29
Taperoá	2022	14715	13,74	1959	13,31
Zabelê.	294	2024	14,53	294	14,53

Fonte: Programa Bolsa Família. Consulta Benefícios - por município. Caixa Econômica Federal. 2009.

No quadro 4.2, estão as taxas de crescimento do Bolsa Família, por município, em todo o Cariri paraibano, para os anos de 2008 e 2009, nos meses de janeiro, fevereiro e março, quando se verifica uma inclusão social importante nessa radiografia investigada, por conta das transferências federais efetuadas. As retrações (valores negativos) no recebimento desse benefício financeiro significam melhora no nível de renda do local, cujas famílias já sentem os benefícios em sua situação com diminuição no nível de pobreza.

Quadro 4.2 - Taxas de crescimento do Bolsa Família no Cariri paraibano, por município, no ano de 2008 e 2009.

Cariri Oriental	01/02-2008	02/03-2008	12_08/01_09	01-02/2009
Alcantil	0,14	0,00	0,28	0,28
Barra de Santana	2,39	-2,79	-2,71	0,89
Barra de São Miguel	-0,12	-1,11	-1,02	3,87
Boqueirão	0,09	-1,74	-2,19	0,75
Cabaceiras	5,28	-1,90	-3,06	1,12
Caraúbas	0,00	1,17	0,40	-0,20
Caturité	0,00	-1,03	-3,01	4,93
Gurjão	0,00	0,23	-0,95	-2,40
Riacho de Santo Antônio	0,00	0,56	-4,09	1,22
Santo André	3,88	0,00	-8,16	13,18
São Domingos do Cariri	0,00	0,00	-1,52	0,00
São João do Cariri	3,32	-0,51	-4,79	2,16
Amparo	0,00	-0,60	0,30	-0,60
Assunção	-0,22	-0,45	-0,23	-0,23
Camalaú	-0,63	-0,84	-0,60	0,20
Congo	-0,14	-1,92	0,00	-0,28
Coxixola	0,00	0,40	-0,44	-0,44
Livramento	0,00	-0,57	-1,29	1,04
Monteiro	0,07	-0,53	-1,22	0,21
Ouro Velho	3,80	-7,09	-4,35	5,05
Parari	0,00	1,02	-2,93	-0,50
Prata	-0,18	-1,24	-2,19	3,72
São João do Tigre.	2,55	0,25	-3,61	2,08
São José dos Cordeiros	1,78	-0,87	0,03	7,70
São Sebastião do Umbuzeiro	3,11	2,26	1,30	-0,43
Serra Branca	0,22	-0,55	-1,04	1,58
Sumé	-0,43	-2,83	-0,63	-0,45
Taperoá	0,68	0,48	-4,55	1,50
Zabelê.	0,35	0,00	0,00	0,00

Fonte: Programa Bolsa Família. Caixa Econômica Federal. 2008.

Mais uma participação governamental importante para desenvolvimento local é referente à aposentadoria no campo, ou os chamados pensionistas, que constituem uma implementação de renda para diminuir o nível de pobreza no campo. Muitas vezes, as famílias beneficiadas moram na cidade; é um agregado de renda que faz com que se crie inclusão social efetiva e a economia possa ter mais fluidez dentro do espaço municipal, que tem alto índice de pobreza, o que cria uma melhoria na demanda interna.

Já o quadro 4.3 explica as participações relativas da concessão de benefícios pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), frente ao Produto Interno Bruto (PIB) da microrregião. Entretanto, alguns municípios que não divulgaram informações ficaram com uma lacuna, quando possuem, na verdade, altos níveis de insignificância para os benefícios pagos por esse órgão, que contribui para o desenvolvimento local, em razão dessa inserção de recursos monetários.

Quadro 4.3 - Índices de participação dos benefícios concedidos pelo INSS frente ao PIB municipal, para o Cariri paraibano, a preços correntes, para os anos de 2003, 2006, 2007 e 2008.

Cidades	2003	2006	2007	2008
Alcantil	0,11	0,43	0,32	0,25
B de Santana	0,06	0,10	0,06	0,02
B S Miguel	0,17	0,49	0,35	0,28
Boqueirão	0,28	1,03	0,73	0,60
Cabaceiras	0,27	0,97	0,67	0,58
Caraúbas	0,23	0,73	0,50	0,40
Caturité	0,04	0,09	0,03	0,03
Gurjão	-	0,34	0,25	0,21
R S Antônio	-	0,00	0,00	0,00
Santo André	0,28	0,64	0,37	0,04
S Dgos Cariri	0,08	0,24	0,18	0,12
S J do Cariri	0,14	0,19	0,11	0,10
Amparo	0,06	0,25	0,18	0,15
Assunção	-	-	-	-
Camalaú	0,21	0,63	0,47	0,39
Congo	0,22	0,45	0,34	0,26
Coxixola	0,07	0,33	0,21	0,18
Livramento	0,20	0,31	0,18	0,16
Monteiro	0,31	0,87	0,44	0,54
Ouro Velho	-	0,53	0,42	0,31
Parari	0,21	0,51	0,32	0,23
Prata	0,21	0,60	0,43	0,35
S J do Tigre	0,18	0,61	0,47	0,37
S J Cordeiros	0,26	0,31	0,23	0,21
S S Umbuzeiro	0,22	0,67	0,49	0,40
Serra Branca	0,43	0,89	0,69	0,56
Sumé	0,30	0,81	0,55	0,48
Taperoá	0,27	0,95	0,63	0,57
Zabelê	0,14	0,38	0,27	0,19

Fonte: Informações do MPAS/DATAPREV, 2009.

Com relação à taxa de crescimento entre os benefícios concedidos pelo INSS e a sua arrecadação efetiva por município no Cariri paraibano, observam-se dois pontos fundamentais: no primeiro, aparece um diferencial positivo entre benefícios e arrecadação; e no segundo, indica-se uma entrada de moeda sem a contrapartida de produção; consequentemente, circulação de renda que também impulsiona a demanda efetiva, importante para a melhoria na qualidade de vida local, como denota o quadro 4.4 a seguir.

Quadro 4.4 - Taxas de crescimento a preços correntes, da diferença entre benefícios e arrecadação pelo INSS para os municípios, no Cariri paraibano, para o período 1999 a 2008.

Municípios	1999-00	2000-03	2003-06	2006-07	2007-08
Alcantil	0,21	0,69	0,48	0,07	0,09
B. de Santana	-	2,94	-0,63	-1,85	7,52
B. S. Miguel	0,11	0,15	0,39	0,07	0,07
Boqueirão	-	-	0,39	0,08	0,09
Cabaceiras	0,06	0,58	0,59	0,14	0,02
Caraúbas	0,34	0,39	0,32	0,01	0,06
Caturité	-	-2,07	-4,83	1,38	0,35
Gurjão	-1,95	-2,28	-0,49	0,18	0,08
R. S. Antônio	-	-	-	0,00	-0,02
Santo André	1,00	1,14	-0,13	-0,18	-1,27
S. D. d Cariri	1,90	0,88	0,16	-0,25	-0,20
S. J. Cariri	0,22	-0,47	-1,27	2,32	0,20
Amparo	-	-	2,38	-0,27	0,47
Assunção	-	-	-	-	-
Camalaú	0,17	0,70	0,36	0,12	0,14
Congo	0,18	0,58	0,36	-0,02	0,07
Co xixola	-1,79	6,47	0,46	-0,22	0,10
Livramento	0,10	0,10	-0,19	-0,21	0,37
Monteiro	-	-	0,51	0,12	0,11
Ouro Velho	0,17	-	-	-0,03	0,10
Parari	7,11	0,80	0,46	-0,32	-0,11
Prata	0,19	0,51	0,51	0,02	0,04
S. J. do Tigre	0,09	0,48	0,47	0,09	0,05
S J Cordeiros	-0,07	0,09	-0,56	-0,11	0,47
S S Umbuzeiro	0,19	0,05	0,24	0,11	0,08
Serra Branca	-	-	0,34	0,16	0,12
Sumé	-	-	0,53	0,12	0,07
Taperoá	0,18	0,65	0,43	0,09	0,14
Zabelê	-	-	0,24	0,14	-0,07

Fonte: MPAS/DATAPREV. 20/07/2009.

Diante das fortalezas locais que caracterizam as potencialidades do entorno microrregional, ou as economias internas que são geradas, ou vantagens comparativas, o turismo pode se apresentar como uma incorporação economicamente viável; como uma geração de renda e incremento de emprego em toda a extensão da microrregião do Cariri paraibano, visto que a disponibilidade de mão-de-obra local é patente para tal fato (Discussão *in loco*, 2008).

O turismo afeta a economia em todos os seus setores. Nesse sentido, a cidade de Monteiro é um primeiro representativo, pois esse local é bastante visitado pelos apreciadores de artesanato de renda, tipo Florença, que é vendido na microrregião; produto também vendido no exterior, ocupando um grupo de rendeiras tradicionais, de vendedores desse produto, e de outros comerciantes que movimentam o mercado local, especificamente em busca de matérias-primas que são utilizadas na dinâmica desse trabalho.

Nos finais de semana existe a presença dos amantes de esportes radicais, quando o município é visitado por jovens que partem para a serra do Peru, a 14 km da sede, para a prática de rapel. Outros fazem caminhadas fraternas, com a prática de trilhas, dadas as suas altas serras e grandes lajedos, que fascinam a demanda por esse tipo de atividade esportiva. Outros vão ao sítio Catarina visitar Zabé da loca com seu pífano, a 18 km da sede municipal.

No Município, também existem vastos sítios arqueológicos que aguçam a curiosidade de pessoas que querem ver e conhecer tal fato e imagens; e aqueles outros curiosos que almejam estudar os escritos ou figuras que estão marcadas em pedras milenares ou em cavernas. O Cariri paraibano está repleto de tais inscrições que contam a história dos antepassados, bem como alimentam aquelas do imaginário popular.

Nos finais de semana, ou em tempos de festas na cidade, tal como: a da Padroeira, ou de Santo Antonio, São João e São Pedro, os visitantes acorrem para conhecer esses ambientes festivos, e, ao mesmo tempo, participarem efetivamente com acréscimo de renda, pois o pequeno comércio sempre é acionado para suprir a presença dos turistas que buscam lazer e conhecer novidades impressionantes.

Programas que dinamizam o desenvolvimento local apresentam um potencial turístico fabuloso, existente também em Cabaceiras, que começa a ser explorado pelas comunidades, agentes econômicos, atores sociais, com a interveniência das autoridades, especificamente o Prefeito, a Câmara de Vereadores e as diversas lideranças da localidade, ao proporcionarem a logística necessária ao processo de desenvolvimento local, devido aos eventos promovidos no âmbito do município.

No arranco (*take off*) para desenvolvimento local, verificam-se programas que têm atuação efetiva da população e presença maciça de visitantes para o Lajedo de Pai Mateus; a Festa do Bode Rei; o sítio arqueológico; a cidade cenográfica; e alguns outros pontos interessantes que geram grandes benefícios para a microrregião e chamam a atenção de turistas que acorrem em grande número para conhecê-los e participar.

Já existe uma circulação de recursos financeiros na cidade, tanto advindo da circunvizinhança, como de pessoas que vêm de outros lugares mais distantes para visitar o local. Por consequência, parecem os vendedores dos diversos tipos de produtos, com uma demanda por hospedagem, mesmo que modesta; uma busca por produtos artesanais, que aciona a agricultura, a indústria e outros tipos de atividades.

A cidade se movimenta bastante com a presença desses visitantes, com os bares (gastronomia) à disposição; com a ocupação de carros de aluguel, micro-ônibus, mototáxi e alguns outros serviços necessários, como as feiras de artesanato, que acontecem em todos os

eventos da cidade, cujo ano de 2008 teve um crescimento bastante expressivo em todas essas demandas existentes. Consequentemente houve uma melhoria na qualidade de vida local (Constatação *in loco*, 2009).

No raio de extensão desses programas, existem universidades e escolas que ofertam tecnologias novas, ou orientam as já existentes, para uma dinamização mais efetiva do local, para conseguir melhoria na qualidade de vida da população; pela inserção social dos excluídos do mercado de trabalho, mesmo que inicialmente, começando como aprendizes e, em seguida, sendo profissionais de sucesso.

Os meios de comunicação, em sua disponibilidade, ajudam no processo de desenvolvimento local, ao trazer as novidades que aparecem em outros lugares do mundo e que estão circulando no país; pois, as televisões, as rádios, os jornais e as revistas formam opinião, que aparecem em forma de *spillovers* ou externalidades, que Duesenberry (1948) denominou de “efeito demonstração”, por ser informação externa sem a devida contrapartida em pagamento ao inventor.

A estratificação social, nessa microrregião, retrata que os programas de desenvolvimento local favorecem a ganhos salariais para a população, pois, mesmo que os municípios tenham uma forte baixa renda, no caso, um salário mínimo, no geral, o nível de renda da população é importante, a fim de que os eventos que dinamizam a cidade possam ter sucesso, com benefícios sociais e privados bem maiores do que os custos sociais que estão envolvidos.

Mesmo de forma embrionária, um desenvolvimento local, tem melhorado a economia local (o caso de Cabaceiras e de Monteiro) e a sociedade tem retomado sua identidade com o local e as tradições, como está no sentimento dos cidadãos do entorno, em termos de hábitos e costumes, de sentimento familiar e de amor à terra, que habitaram ou habitam até os momentos finais de uma existência física (Depoimento de um popular).

Em uma análise sucinta sobre a microrregião, observa-se que a sócio-economia desse local apresenta uma baixa qualidade de vida da população, onde o fundamental da economia está pautado, como carro chefe, na agropecuária, decomposta objetivamente em agricultura de subsistência, para a população em geral e pecuária de corte (caprinocultura), para alguns que possuem alguma condição de conseguir recursos para investimentos.

4.2.3 Nichos para o progresso

Os caminhos para conseguir um desenvolvimento local passam inicialmente pelo aumento no grau de qualidade de vida da população, especificamente no que diz respeito à saúde, educação, alimentação, moradia e lazer; todavia, a saúde e a educação, por serem os motores de economia do bem-estar, o Estado atua com sua redistribuição e/ou transferência de renda, frente a essas variáveis que indicam a condição em que vive a população.

Uma grande ineficiência existe no setor primário, quanto à forma como se trabalha na agricultura, tendo como consequência uma distribuição das culturas permanentes e temporárias, com baixo índice de crescimento e forte decréscimo, como mostram os quadros 4.5 a 4. 8, para os anos de 2000 a 2006. Isso indica que há campo para políticas agrícolas, como alavancagem ao desenvolvimento local, visto que não existe cooperativismo, nem associativismo entre os pequenos e pequenos/médios ruralistas e isto é uma força prejudicial ao crescimento com progresso.

Quadro 4.5 - Taxa de crescimento das culturas permanentes no Cariri Oriental de 2000 a 2006.

Culturas:	2001-00	2002-01	2003-02	2004-03	2005-04	2006-05
Abacate	1,00	0,00	0,00	-0,50	-0,23	0,00
Algodão arbóreo	-1,00	-	0,57	-0,04	-0,48	-0,18
Banana	2,02	-0,08	1,33	-0,50	0,41	0,72
Castanha de caju	-0,75	0,00	1,18	-0,24	12,73	-0,24
Côco da Baía	0,06	-0,09	5,18	-0,05	0,06	0,00
Goiaba	1,36	0,03	0,21	0,00	-0,04	0,32
Laranja	2,00	-0,33	0,50	-0,11	1,41	0,00
Limão	0,00	0,00	0,50	0,00	-1,00	0,08
Manga	0,68	-0,07	0,18	-0,12	-0,18	-0,30
Maracujá	-0,65	0,00	1,57	0,11	-0,23	1,87
Sisal ou Agave	0,00	0,33	2,50	0,00	-0,48	-0,21
Tangerina	-	0,50	-	-1,00	0,41	-
Total	0,63	0,01	1,44	-0,28	12,73	0,33

Fonte: IBGE, Produção Municipal, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006.

Quadro 4.6 - Taxa de crescimento das culturas permanentes no Cariri Ocidental de 2000 a 2006.

Culturas:	2001-00	2002-01	2003-02	2004-03	2005-04	2006-05
Algodão arbóreo	0,00	0,00	2,48	1,29	-0,99	-0,99
Banana	0,00	0,00	2,30	-0,05	0,41	0,41
Castanha de caju	0,00	0,00	1,12	-0,22	0,09	0,09
Côco-da-baía	0,00	0,00	4,63	-0,08	0,19	0,19
Goiaba	0,00	0,00	0,78	-0,12	-0,02	-0,02
Mamão	0,00	0,00	-0,50	0,00	0,00	0,00
Manga	0,00	0,00	-0,04	-0,03	0,10	0,10
Maracujá	0,00	0,00	-1,00	-	-	-
Sisal ou agave (fibra)	0,00	0,00	0,89	0,17	0,02	0,02
Total	0,00	0,00	1,90	0,20	0,03	0,03

Fonte: IBGE, Produção Municipal, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006.

Quadro 4.7 - Taxa de crescimento das culturas temporárias no Cariri Oriental de 2000 a 2006.

Culturas:	2001-00	2002-01	2003-02	2004-03	2005-04	2006-05
Algodão Herbáceo	5,25	0,04	0,00	2,08	0,69	-0,23
Alho	-0,41	0,03	0,00	-0,62	-0,17	-0,48
Batata-doce	-0,38	0,35	0,00	1,43	3,56	0,41
Cebola	-0,80	1,33	0,00	0,14	0,88	12,73
Fava	-0,43	6,38	0,00	-0,46	1,51	0,06
Feijão	-0,82	3,96	0,00	0,26	0,31	-0,04
Milho	-0,91	8,84	0,00	0,42	3,11	1,41
Tomate	0,09	5,84	0,00	-0,45	2,47	-1,00
Total	-0,62	4,45	0,00	-0,19	1,83	-0,18

Fonte: IBGE, Produção Municipal, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006.

Quadro 4.8 - Taxa de crescimento das culturas temporárias no Cariri Ocidental de 2000 a 2006.

Culturas:	2001-00	2002-01	2003-02	2004-03	2005-04	2006-05
Algodão herbáceo	-0,60	-0,66	0,37	0,43	35,00	-0,83
Batata – doce	0,83	0,05	-0,33	0,94	-1,00	-
Cebola	-0,89	4,50	2,18	-0,77	10,25	-0,80
Fava (em grão)	-1,00	1,25	3,61	0,01	0,21	0,45
Feijão (em grão)	0,72	11,13	-0,34	-0,10	2,34	0,39
Mamona	-	-	-1,00	-	-	-0,97
Mandioca	-0,37	0,03	1,30	-1,00	1,00	0,04
Melão	-1,00	-	-1,00	-	-	-
Milho (em grão)	-0,99	81,00	-0,34	-0,39	9,05	1,01
Tomate	-0,37	6,23	-0,50	-0,35	-1,00	-
Total	-0,80	7,30	-0,48	-0,23	2,11	2,11

Fonte: IBGE, Produção Municipal, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006.

No quadro 4.5, evidencia-se que, somente no período de 2005-04, é que não se obteve um resultado positivo, com destaque especial para o crescimento da produção de goiaba, cultura permanente do Cariri oriental. Os outros anos foram de decréscimo, em virtude da falta de chuvas e carência de investimentos no campo, para um aumento na qualidade das culturas microrregionais.

Já no quadro 4.6, em sequência, estão os resultados das taxas de crescimento de tais culturas para o Cariri ocidental, para o mesmo período em discussão, isto é, 2000 a 2006. Esses tipos de cultura tiveram taxas de crescimento confusas, mesmo que os anos de 2003 a 2006 fossem positivos, mas decrescentes ao longo dos anos em análise, com destaque para o sisal.

Já quanto às taxas de crescimento das culturas temporárias (aquelas que aparecem uma vez ao ano); no Cariri oriental, no período considerado, verificou-se que, nessa trajetória de 2000 a 2006, os resultados são díspares, com alguns crescimentos internos bastante modestos, com alguns outros anos contraditórios, como está no quadro 4.7 correspondente.

Em observando o quadro 4.8 seguinte, pode-se constatar para as mesmas culturas, no Cariri ocidental, que, nesse mesmo período de tempo, somente a cultura da fava é que obteve taxas de crescimento positivas nos últimos seis anos, cujo contexto geral apresenta-se bastante díspar, com resultados positivos e negativos. O processo de participação ativa da população rural envolvida na dinâmica de associativismo e cooperativismo modificaria o local para um desenvolvimento efetivo.

Com a pecuária, que se encontra no quadro 4.9 a seguir, observa-se no ano de 2008, uma certa homogeneidade na produção total, com destaque para bovinos (Monteiro, Boqueirão, Sumé e Taperoá); suínos (Monteiro, Sumé, Taperoá e Caturité); ovinos (Serra Branca, Monteiro, Taperoá, Camalaú e Sumé); vacas leiteiras (Alcantil, Caturité, Monteiro, Boqueirão e Barra de Santana); caprinos (Monteiro, Serra Branca, Camalaú, Sumé e Taperoá); galos (Monteiro, Ouro Velho, Taperoá, Prata, Camalaú); e, Galinhas (Monteiro, Camalaú, Sumé, Barra de Santana, Taperoá e Barra de São Miguel).

Quadro 4.9 – Percentagem da pecuária no Cariri paraibano. Efetivos em rebanhos (cabeças) e leite (mil litros) para o ano de 2008.

Municípios	Bovinos	Suínos	Vacas leiteira	Caprinos	Galos	Ovinos	Galinhas
Alcantil	5,15	2,74	13,19	0,72	2,24	0,73	2,17
Barra de Santana	5,94	3,26	6,92	0,35	2,12	1,24	5,19
B. de São Miguel	1,98	3,14	2,44	4,06	2,49	3,36	4,25
Boqueirão	7,92	4,00	6,92	3,13	1,75	2,19	3,40
Cabaceiras	2,93	2,77	3,46	4,74	0,67	4,75	2,27
Caraúbas	2,53	2,89	1,43	3,44	1,75	3,65	4,72
Caturité	2,77	4,92	11,53	0,50	1,37	1,31	2,55
Gurjão	3,64	2,89	5,31	4,60	0,66	3,21	2,08
R Santo Antônio	1,50	1,95	1,84	1,00	0,87	1,61	1,13
Santo André	2,77	2,22	2,65	2,66	0,48	2,41	1,98
S D. do Cariri	1,58	1,91	1,48	2,66	1,12	3,51	2,83
São J. do Cariri	4,99	3,08	4,79	3,00	1,15	3,51	3,00
Amparo	1,35	0,80	0,92	3,13	1,00	4,02	2,64
Assunção	0,91	1,54	1,35	0,73	0,26	0,15	0,93
Camalaú	2,85	3,29	1,41	5,78	6,24	6,21	11,33
Congo	1,98	4,19	2,07	2,66	1,95	3,80	3,40
Co xixola	2,53	1,31	2,07	2,81	1,13	5,41	1,75
Livramento	2,14	1,81	1,12	2,25	0,60	0,99	1,84
Monteiro	15,27	10,46	6,92	10,94	23,69	8,04	11,33
Ouro Velho	2,77	2,25	1,57	0,59	21,70	0,73	3,12
Parari	1,01	2,15	1,20	2,60	1,50	1,46	1,79
Prata	2,52	2,65	2,15	2,46	6,72	4,08	3,30
São J. do Tigre.	2,38	4,92	1,48	5,07	1,05	3,07	2,46
S J. Cordeiros	1,92	4,33	2,73	1,63	1,45	1,66	1,77
S S Umbuzeiro	2,93	4,62	1,80	5,00	0,77	4,09	2,36
Serra Branca	2,30	2,31	1,97	8,60	1,57	10,88	2,64
Sumé	5,77	10,01	4,56	5,66	5,63	4,34	7,21
Taperoá	6,02	4,96	3,79	5,64	7,31	6,25	4,56
Zabelê.	1,66	2,62	0,92	3,60	0,75	3,36	1,98

Fonte: IBGE. www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm/1. 2009.

Um ponto importante, que não aparece neste quadro é que existe, ainda embrionária, uma produção de mel na microrregião, constituindo um produto de vasto mercado no país e no exterior, cujo preço está convidativo a investimentos. Quando esse produto, que possui alta rentabilidade para a economia doméstica, aparece com destaque nas cidades de São João do Cariri, Barra de São Miguel e Caturité, com crescimento de emprego e produção, e consequentemente uma melhoria na qualidade de vida da população local.

Quanto à participação das indústrias de transformação e beneficiamento, insignificantes na microrregião, são evidentes as cidades de Monteiro, Sumé, Boqueirão, Taperoá e Serra Branca; e o setor de comércio, por sua vez, é expressivo nesses mesmos municípios, que assumem a maior atuação. O quanto ao nível de empregados como assalariados, destacam-se Monteiro e Sumé, na indústria de transformação e no comércio, apresentando alguns números consistentes.

No que se refere ao quadro 4.10, não se configuram: a construção civil, extrativas e pesca, com resultados insignificantes, mas aparecendo os municípios de Monteiro e Sumé com relativa importância nesse processo, visto que a cidade de Monteiro emprega como assalariados 40% desse tipo de mão-de-obra, nesse setor, sendo 60% de membros da família e parentes, ao contrário de Sumé, que somente emprega tais membros, pois a possibilidade de dinamizar esses setores é muito forte.

Quadro 4.10 - Atividade mobiliária, transportes e serviços coletivos para o ano de 2008, por município no Cariri paraibano.

Municípios	At Mob	POc - As.	At Fra	PO - As	Transp	PO - As	S C	PO - As
Alcantil	-	-	-	-	01	-	04	04 - 00
B Santana	04	02 - 00	-	-	01	-	24	00 - 00
B S Miguel	01	-	-	-	01	-	07	03 - 00
Boqueirão	10	21 - 01	03	09 - 08	06	41 - 34	53	34 - 22
Cabaceiras	04	08 - 02	01	-	-	-	18	09 - 01
Caraúbas	01	-	01	-	01	-	05	03 - 00
Caturité	01	-	-	-	01	-	10	-
Gurjão	01	-	01	-	02	-	05	-
RSAntônio	-	-	-	-	-	-	10	-
Sant André	01	-	-	-	-	-	11	05 - 00
S D Cariri	-	-	-	-	-	-	02	-
S J Cariri	04	287 - 286	01	-	02	-	13	01 - 00
Amparo	01	-	01	-	-	-	10	-
Assunção	01	-	00	-	00	00 - 00	14	10 - 00
Camalaú	00	-	01	-	-	-	26	11 - 00
Congo	00	00 - 00	00	-	00	00 - 00	17	61 - 00
Coxixola	01	-	01	-	-	-	12	05 - 00
Livramento	01	-	00	-	01	-	24	05 - 04
Monteiro	22	44 - 13	01	-	12	19 - 08	152	80 - 47
Ouro Velho	00	00 - 00	02	-	02	00 - 00	07	06 - 00
Parari	00	00 - 00	01	-	-	-	05	-
Prata	02	-	00	-	01	-	18	17 - 00
S J do Tigre	01	-	02	-	01	-	22	12 - 00
SJ Cordeiros	00	00 - 00	00	-	01	-	03	-
SS Umbuzeiro	01	-	01	-	01	-	12	04 - 00
Serra Branca	11	18 - 06	06	07 - 07	03	04 - 03	56	24 - 15
Sumé	25	37 - 09	06	05 - 05	06	10 - 04	81	58 - 34
Taperoá	06	08 - 02	01	-	04	06 - 04	15	18 - 03
Zabelê	10	03 - 00	01	-	-	-	-	-

Fontes: Dados básicos- IBGE e IPEA. OBS.: Para detalhes da construção dos dados ver TD com Metodologia de Estimação.

Obs.: (AT - Atividade Mobiliária; PO / A - Pessoal Ocupado / Assalariado); (At Fra - Atividade Financeira); (Tra - Transporte); (SC - Serviços Coletivos). 2008.

No quadro 4.10 pode-se ver atividade mobiliária (AT) com maior participação de São João do Cariri, Monteiro e Sumé, em termos de inserção de mão-de-obra; já nas atividades financeiras (At Fra), verificam-se Boqueirão, Serra Branca e Sumé; para transportes (Tra), Boqueirão, Monteiro, Serra Branca, Sumé e Taperoá; e serviços coletivos (SC): Congo, Monteiro, Sumé e Boqueirão como significantes.

No quadro 4.11, constata-se que existe alguma degradação dos recursos naturais em termos de venda de lenha, isto quer dizer, demolição de florestas ou matas, as poucas que existem. Os municípios de Taperoá, Boqueirão, Barra de São Miguel, Gurjão, Congo e Serra Branca são os mais significativos na comercialização de lenha, para as mais diversas finalidades industriais e domésticas, gerando uma preocupação quanto aos desmatamentos sem controle, das poucas florestas que existem (PEREIRA, 2008).

Quadro 4.11 - Carvão vegetal. Lenha e madeira em toda e valor da produção, por município do Cariri paraibano, para o ano de 2008.

Cariri Paraibano	Carvão Vegetal (ton)	V. Produção	Lenha (metro ³)	V. Produção
Alcantil	01	-	1.600	6.000,00
B Santana	08	2.000,00	3.200	14.000,00
B S. Miguel	10	3.000,00	10.000	45.000,00
Boqueirão	12	2.000,00	12.000	48.000,00
Cabaceiras	03	1.000,00	4.000	16.000,00
Caraúbas	15	3.000,00	700	3.000,00
Caturité	04	1.000,00	500	2.000,00
Gurjão	01	-	7.000	28.000,00
RS Antônio	02	-	700	3.000,00
Sant André	04	1.000,00	2.200	9.000,00
S D d Cariri	05	1.000,00	3.600	14.000,00
SJ do Cariri	22	4.000,00	4.000	16.000,00
Amparo	02	-	2.200	9.000,00
Assunção	02	1.000,00	4.682	28.000,00
Camalaú	17	3.000,00	2.000	8.000,00
Congo	80	16.000,00	6.500	27.000,00
Co xixo la	07	1.000,00	2.900	12.000,00
Livramento	02	1.000,00	3.946	24.000,00
Monteiro	73	18.000,00	850	4.000,00
Ouro Velho	14	3.000,00	5.000	23.000,00
Parari	04	1.000,00	3.800	17.000,00
Prata	09	2.000,00	500	2.000,00
S J do Tigre	65	16.000,00	3.200	14.000,00
SJCordeiros	01	-	2.900	12.000,00
SSUmbuzeiro	30	8.000,00	5.000	23.000,00
Ser. Branca	15	5.000,00	6.000	24.000,00
Sumé	17	4.000,00	3.000	12.000,00
Taperoá	04	2.000,00	28.113	169.000,00
Zabelê	16	3.000,00	3.500	14.000,00

Fontes: IBGE e IPEA. Dados básicos. OBS.: Para detalhes da construção dos dados ver TD com Metodologia de Estimção. 2009.

Ainda mais, observa-se que, no que diz respeito à queima de lenha para carvão vegetal, envolvem-se os municípios de Congo, Monteiro, São João do Tigre e São Sebastião de Umbuzeiro. Pelas informações levantadas, os valores pagos pelo uso de tais recursos naturais são bastante insignificantes; além do mais, verificou-se a inexistência de política de reposição do material extraído da combalida mata dessa microrregião, implicando em prejuízo direto para a fauna e a flora, que deve ser combatido.

Mesmo com as adversidades que existem no Cariri paraibano, nota-se que existem grandes possibilidades para que se possa melhorar o quadro de produção agrícola e pecuária, desde que haja estratégia política de valorização do local, em termos de implementação de valor agregado dos produtos naturais locais, para melhoria na qualidade de vida dos agricultores.

Vale salientar que políticas governamentais e não-governamentais, efetivamente com a participação engajada (*empowerment*) da população local, quanto ao incrementar um modo de produção compartilhado, gera um desenvolvimento local que pode proporcionar uma nova fase na maneira de produzir nessa área bastante seca, semiárida, de *caatinga*, e conseguir um mercado sustentado e mais significativo, para os que vivem no campo, com uma implantação do turismo.

Outro ponto importante a se colocar é quanto aos produtores rurais, assim como os de transformação, pois eles constituem micros e pequenos ou médios/pequenos agricultores, em sua maioria; todavia, os que trabalham na indústria são micro ou pequenos empresários, especificamente, os advindos das experiências por alguns anos de trabalhos em outras regiões (como aprendizes), ou curiosos que aprendem, copiando o que os outros fazem, o conhecido “efeito demonstração, ou imitação”, como dizem 62% dos entrevistados (Quadro 5.1).

Mais um ponto importante, especificamente para municípios pequenos, que dinamiza fortemente o desenvolvimento econômico e social é o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), como transferência de recursos para implementação das despesas locais, cujo índice indica a cota de participação municipal. Uma queda no FPM faz com que o retorno seja menor, criando dificuldade à gestão local, que já sofre com a falta de investimentos privados no entorno, para dinamizar a economia, como demonstra o quadro 4.12.

QUADRO 4.12 - Coeficiente de Participação dos Municípios do Interior paraibano em 2008.

Faixa de habitantes	Coeficientes
Até 10.188	0,6
De 10.189 a 13.584	0,8
De 13.585 a 16.980	1,0
De 16.981 a 23.772	1,2
De 23.773 a 30.564	1,4
De 30.565 a 37.356	1,4
De 37.357 a 44.148	1,8
De 44.149 a 50.950	2,0
De 50.951 a 61.128	2,2
De 61.129 a 71.316	2,4
De 71.317 a 81.504	2,6
De 81.505 a 91.692	2,8
De 91.693 a 101.880	3,0
De 101.881 a 115.464	3,2
De 115.465 a 129.048	3,4
De 129.049 a 142.632	3,6
De 142.633 a 156.216	3,8
Além de 156.217	4,0

Fonte: Secretaria de Estado da Paraíba. Gerência Regional do 3º Núcleo. FPM. FAMUP. 2008.

Ao se fazer um retrospecto histórico dos coeficientes de participação de cada município no bolo global de arrecadação, o quadro 4.13, a seguir, apresenta as mudanças ocorridas nos anos de 1997, 1999 e 2005 nesses índices. Estes coeficientes indicam, para alguns municípios, ganhos e, em alguns outros momentos, perdas, que não proporcionam condições ao seu desenvolvimento local preciso.

Quadro 4.13 - Informações sobre índice de FPM em 1977, 1999 e 2005.

Paraibano. Cidades:	FPM 1997	FPM 1999	FPM 2005
Alcantil	0,6	0,65	0,6
Barra de Santana	0,6	n/d	0,6
Barra de São Miguel	0,6	1,31	0,6
Boqueirão	1,8	3,81	1,0
Cabaceiras	0,6	1,88	0,6
Caraúbas	0,6	1,13	0,6
Caturité	0,6	n/d	0,6
Gurjão	0,6	1,32	0,6
Riacho de Santo Antônio	0,6	n/d	0,6
Santo André	0,6	0,40	0,6
São Domingos do Cariri	0,6	0,06	0,6
São João do Cariri	0,8	1,21	0,6
Amparo	0,6	n/d	0,6
Assunção	0,6	n/d	0,6
Camalaú	0,6	1,31	0,6
Congo	0,6	1,23	0,6
Coxixola	0,6	0,04	0,6
Livramento	0,8	1,41	0,6
Monteiro	1,6	3,63	1,4
Ouro Velho	0,6	0,68	0,6
Parari	0,6	0,13	0,6
Prata	0,6	0,90	0,6
São João do Tigre	0,6	0,90	0,6
São José dos Cordeiros	0,6	1,59	0,6
S. Sebas. do Umbuzeiro	0,6	1,24	0,6
Serra Branca	1,2	3,00	0,8
Sumé	1,4	2,24	1,0
Taperoá	1,2	2,39	0,8
Zabelê	0,6	n/d	0,6

Fonte: Secretaria de Estado da Paraíba. Gerência Regional do 3º Núcleo. FPM. FAMUP. 2008.

Para a geração de desenvolvimento é importante conhecer o nível salarial da população, tal como está no quadro 4.14, a seguir, com dados de 2008, apresentando as quantidades de trabalhadores acima de 10 anos de idade, com rendimentos nominais mensais frente ao produto interno bruto (PIB). Verifica-se também que o número de trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos (SM) é significativo, cuja situação deve ser direcionada para melhoria na qualidade de vida, em que a propensão marginal a poupar é quase inexistente, sem condições de implementação de investimentos privados para um crescimento econômico do local.

Quadro 4.14 – Participação relativa das pessoas residentes com 10 anos ou mais de idade, com rendimento nominal mensal em salário mínimo (SM), por município, frente ao Produto Interno Bruto, para o Cariri paraibano, para o ano de 2008.

Municípios	0 - 1SM	1-2 SM	2-3SM	3-5 SM	5-10 SM	10-20 SM	+20 SM
Alcantil	65,05	21,68	4,21	4,16	1,05	-	-
B. de Santana	70,96	16,77	3,86	3,48	0,77	0,31	-
B. S. Miguel	62,36	26,01	3,50	1,31	1,49	0,89	0,61
Boqueirão	62,13	22,83	4,01	4,31	2,56	0,31	-
Cabaceiras	59,89	22,77	4,91	4,91	2,77	0,69	0,21
Caraúbas	68,41	18,29	5,24	2,24	1,16	0,61	0,20
Caturité	63,77	21,89	4,22	4,67	1,61	-	-
Gurjão	68,63	17,39	3,52	3,66	1,83	1,13	-
R. S. Antônio	65,42	18,28	6,44	6,02	0,00	-	-
Santo André	64,91	21,92	4,12	2,88	1,17	0,54	0,62
S. D. d Cariri	51,75	27,35	9,21	3,23	3,33	1,27	-
S. J. do Cariri	58,68	26,03	4,52	4,25	1,34	1,34	-
Amparo	70,37	18,92	3,25	2,41	0,72	-	0,48
Assunção	67,24	18,03	4,41	4,12	1,67	-	0,69
Camalaú	71,72	19,04	2,24	2,17	0,74	0,25	-
Congo	67,45	19,83	3,67	4,66	0,54	-	-
Coxixola	67,66	17,69	6,08	2,97	1,76	-	-
Livramento	73,67	13,71	4,70	2,35	1,73	-	-
Monteiro	61,71	19,83	6,24	4,18	2,69	0,98	0,52
Ouro Velho	62,58	22,95	4,34	4,73	0,78	0,78	-
Parari	64,45	21,97	4,60	4,34	0,79	-	-
Prata	66,70	19,83	4,29	3,51	0,33	1,30	0,20
S. J. do Tigre	75,95	16,03	2,28	0,66	0,38	0,33	0,52
S J Cordeiros	71,90	16,20	3,30	3,09	1,65	-	-
S S Umbuzeiro	70,65	15,87	4,47	3,40	1,57	0,19	-
Serra Branca	63,42	19,89	5,18	3,86	2,33	1,28	0,19
Sumé	68,41	15,86	4,42	3,71	2,50	0,97	0,28
Taperoaá	71,28	14,44	4,89	3,54	1,73	0,18	0,10
Zabelê	65,75	21,65	3,02	4,53	1,21	-	-
Total	0,6586	0,1937	0,0462	3,65	0,0185	0,61	0,20

Fonte: IBGE. Federação de Associações de Municípios da Paraíba (FAMUP). 2008.

As informações mostram que o município de Congo possui 99,43% dos trabalhadores recebendo até dois salários mínimos (2SM); São João do Tigre, 91,98%; Camalaú, 90,76%; Amparo, 89,29%; e Barra de São Miguel, 88,37% dos assalariados. Entretanto, acima de 10 salários mínimos (10SM) aparecem números significativos: Prata com 1,50%; Barra de São Miguel e Monteiro com 1,49%; Serra Branca com 1,47% e Santo André com 1,17% dos assalariados. Isto evidencia o atraso (pobreza) local, na qual a população vive com baixo nível salarial; daí a necessidade de Bolsa Família e pensão do FUNRURAL para os excluídos.

Em uma comparação com o salário mínimo (SM) Nacional, verifica-se que esse quantum era de R\$ 415,00 (LEI N° 11.709 - DOU 20.06.2008) em 2008; em 2010, tal salário é R\$ 510,00 (MP 924/2009), com melhoria importante na qualidade de vida da população, mas incompatível para implementação de investimentos, para geração de desenvolvimento efetivo com recursos privados dos agentes econômicos.

Frente a isso, observa-se que um salário mínimo, para família com 4 ou 5 dependentes, já proporciona certas condições para que se possa arcar com gastos em educação de qualidade, um regular nível de saúde, habitação dentro das normas do habitar bem, transportes disponíveis, alimentação equilibrada, vestimentas modernas, lazer para manutenção da criatividade, acumulação da força de trabalho e para a sua reprodução, o que dinamiza o local.

Mais um ponto importante é quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) no Cariri paraibano, como indica o quadro 4.15, a seguir, para os anos de 2002 a 2008. O quadro mostra uma taxa de crescimento favorável, em valores correntes, para a maioria dos municípios. Os que mais cresceram foram: Parari (66,47); Congo (65,77); Caturité (64,50); Amparo (64,32), e Riacho de Santo Antônio (63,78). Entretanto, os que menos cresceram foram: Sumé (42,50); Taperoá (44,56); Monteiro (46,39); São Sebastião do Umbuzeiro (46,75) e Livramento (47,28), no período investigado.

Quadro 4.15 – Taxa de crescimento do PIB do Cariri paraibano, por município, de 2002 a 2008 a preços correntes.

Cariri paraibano	2002_03	2003_04	2004_05	2005_06	2006_07	2007_08	2002_08
Alcantil	27,24	1,37	13,38	9,33	4,57	5,28	49,05
Barra Santana	4,05	28,28	10,74	15,63	3,55	6,27	53,15
B São Miguel	27,50	10,88	9,84	10,54	3,91	5,92	52,90
Boqueirão	41,42	-13,09	11,57	11,38	7,93	1,82	53,07
Cabaceiras	33,36	-03,94	8,83	12,45	13,09	-4,01	50,03
Caraúbas	21,69	5,11	15,02	15,76	5,60	4,24	51,91
Caturité	24,95	29,43	24,48	1,81	13,02	-3,92	64,50
Gurjão	-	-	0,96	12,97	9,47	0,15	51,20
R. Sto Antônio	37,26	7,16	4,32	28,10	-4,17	13,22	63,78
Santo André	22,10	3,03	9,60	17,36	4,20	5,64	48,99
São Dgos Cariri	27,43	-9,12	12,66	20,53	-7,89	16,21	50,31
São J do Cariri	16,32	15,95	7,83	13,06	4,15	5,69	49,05
Amparo	44,33	-5,22	21,24	14,44	4,90	4,94	64,32
Assunção	10,66	10,71	14,77	17,81	18,43	-10,82	49,49
Camalaú	30,28	-0,71	12,45	16,91	6,38	3,44	53,82
Congo	26,09	31,16	3,54	22,83	2,33	7,45	65,77
Coxixola	34,49	-20,28	9,72	18,56	6,38	3,44	47,63
Livramento	3,73	19,72	9,07	17,01	5,41	4,44	47,28
Monteiro	6,15	16,70	9,50	16,17	36,26	-41,83	46,39
Ouro Velho	7,87	25,63	14,76	14,78	-4,69	13,65	55,00
Parari	31,75	29,06	11,74	13,21	-0,62	10,16	66,47
Prata	20,28	5,50	11,33	22,84	7,93	1,82	53,41
São J do Tigre	29,26	0,38	13,19	11,84	4,04	5,80	51,25
São J Cordeiros	12,17	9,99	14,47	14,26	9,50	0,11	47,59
S.S. Umbuzeiro	22,98	3,06	11,09	11,26	6,39	3,43	46,75
Serra Branca	12,46	31,02	12,97	12,48	4,51	5,34	58,43
Sumé	-3,85	16,31	13,05	15,83	13,88	-4,96	42,50
Taperoá	26,85	-5,61	10,46	11,33	14,70	-5,97	44,56
Zabelê	24,95	6,35	13,80	13,70	1,04	8,65	52,73

Fonte: Federação de Associações de Municípios da Paraíba (FAMUP). PIB de 2002 a 2008 e população em 2009.

Para se conseguir um desenvolvimento, também a densidade demográfica é um fator importante, visto que o Cariri está dentro de parâmetros de um povoamento normal, salvo algumas exceções, como indica o quadro 4.16, a seguir, ao demonstrar que a população por município variou pouco, com algumas quedas devido à migração populacional. As maiores densidades estão em Caturité (37,86), Boqueirão (37,36), Monteiro (30,41) e Livramento (25,11); as menores estão com São João do Tigre (5,61), São Sebastião do Umbuzeiro (6,64) e São João do Cariri (6,32).

Quadro 4.16 - Informações sobre densidade populacional do Cariri paraibano, para os anos de 2000, 2003, 2005, 2006 e 2007.

Cariri paraibano:	2000	2003	2005	2006	2007
Alcantil	16,26	17,18	17,70	17,95	16,62
Barra de Santana	22,52	22,75	22,87	22,93	23,36
Barra de São Miguel	8,68	8,76	8,80	8,82	9,13
Boqueirão	37,33	45,30	37,34	37,34	37,36
Cabaceiras	10,73	10,68	10,65	10,63	12,27
Caraúbas	7,63	7,92	8,45	8,54	8,57
Caturité	35,45	36,78	37,53	37,91	37,86
Gurjão	8,13	-	7,59	7,49	8,70
Riacho de Santo Antônio	14,66	15,09	15,33	15,45	16,75
Santo André	12,44	12,12	11,93	11,84	11,74
São Domingos do Cariri	9,86	10,49	10,85	11,02	10,20
São João do Cariri	6,70	6,84	6,68	6,72	6,32
Amparo	15,46	16,32	16,80	17,03	16,45
Assunção	23,49	24,99	25,83	26,25	26,48
Camalaú	9,15	9,13	9,11	9,11	9,55
Congo	16,8	17,14	17,33	17,43	17,41
Coxixola	11,95	12,65	13,04	14,45	14,33
Livramento	26,87	27,69	25,92	26,13	25,11
Monteiro	28,08	28,34	28,48	28,56	30,41
Ouro Velho	21,88	21,88	21,87	21,87	23,05
Parari	11,23	11,35	11,42	11,46	9,73
Prata	17,84	18,08	18,21	18,28	20,29
São João do Tigre	5,49	5,66	5,75	5,80	5,61
São José dos Cordeiros	9,89	9,28	8,93	8,75	9,50
S. Sebas. do Umbuzeiro	6,28	6,40	6,47	6,51	6,64
Serra Branca	16,63	16,58	16,54	16,33	16,82
Sumé	17,94	17,67	17,52	17,44	19,64
Taperoá	20,78	21,20	21,09	20,97	22,99
Zabelê	17,00	17,57	17,90	18,06	18,57

Fonte: Federação de Associações de Municípios da Paraíba (FAMUP). PIB de 2002 a 2008 e população em 2008.

Com a implantação de programas para dinamizar o desenvolvimento local, a população é orientada a se fixar no campo. Sua identidade, hábitos, costumes e sua história são considerados importantes, assim como o retorno dos que se foram ao seu *habitat* é essencial, por conta da melhoria nas condições de vida no local e a inserção social daqueles que se envolvem com o processo de desenvolvimento local pelo turismo.

Um fator fundamental ao desenvolvimento local é a agregação de valores aos produtos do entorno, que demonstra o nível de ganhos da sociedade em termos da produção local, em salários e/ou outro tipo de rendimento. No quadro 4.17, a seguir, observam-se os valores agregados para os produtos gerados no município, o que significa dizer incrementar valores aos produtos do local, que melhoram os seus preços.

A participação do valor agregado no setor agropecuário municipal frente ao produto interno bruto, para o ano de 2005, tem o maior número em Congo (38,46%); depois vêm Parari (26,57%), Alcantil (23,13%), Coxixola (22,72%) e Zabelê (22,19%); quanto à indústria, a maior ficou em Caturité (34,85%), seguindo de Boqueirão (26,21%), Cabaceiras (11,61%),

Prata (11,01%) e Monteiro (10,06%); e, finalmente, quanto ao setor de serviços, o maior foi em São João do Tigre (94,94%), seguindo de Sumé (77,27%), Amparo (76,17%) e Taperoá (76,15%), caracterizando-se como preponderantes, cuja maior participação da produção é externa.

Em uma análise mais acurada acerca do valor agregado, frente ao PIB, obviamente evidencia-se que, no setor agropecuário, quem possui a menor participação é o município de Livramento com (7,17%); em sequência, estão Monteiro com (9,79%), Sumé (9,82%), Boqueirão (12,76%) e São José dos Cordeiros (13,09%); no setor industrial, a menor participação é de Livramento (2,73%), depois vêm Parari (5,09%), Alcantil (5,91%), São José dos Cordeiros (6,08%) e Barra de Santana (6,11%). E, com relação aos serviços, constatou-se que a menor participação é Livramento (20,93%), seguindo de Caturité (42,69%), Congo (53,24%), Boqueirão (55,33%) e Cabaceiras (63,05%), como demonstra o quadro 4.17, abaixo.

Quadro 4.17 – Contabilização do Valor Agregado do Cariri paraibano, frente ao PIB, por Município, para o ano de 2005 e 2007.

Municípios	Agropecuário 2005	Industrial 2005	Serviços 2005	Agropecuária 2007	Industrial 2007	Serviços 2007
Alcantil	23,13	5,91	69,08	19,43	6,98	71,77
B.de Santana	22,17	6,11	69,94	18,60	8,52	71,01
B. S. Miguel	20,75	7,47	69,97	16,52	10,08	70,75
Boqueirão	12,76	26,21	55,33	11,02	23,97	58,31
Cabaceiras	21,96	11,61	63,05	17,25	14,00	65,20
Caraúbas	20,86	7,84	68,95	15,78	10,47	71,49
Caturité	16,22	34,85	42,69	14,20	33,12	46,95
Gurjão	22,18	6,93	68,22	17,76	10,55	68,97
R. S. Antônio	19,17	7,95	70,78	13,98	10,94	72,97
Santo André	20,49	7,58	69,60	15,69	7,67	74,33
S. D. d Cariri	18,70	8,08	71,13	15,87	11,67	69,94
S. J. do Cariri	21,24	7,47	68,36	17,81	10,98	68,07
Amparo	15,19	6,32	76,17	11,73	7,92	77,83
Assunção	18,35	6,74	72,16	13,39	8,93	74,54
Camalaú	21,57	6,89	69,24	15,82	11,29	70,44
Congo	38,46	6,15	53,24	28,58	9,80	58,67
Coxixola	22,72	8,66	66,36	14,94	10,89	71,84
Livramento	7,17	2,73	20,93	12,48	9,99	75,50
Monteiro	9,79	10,06	76,21	4,95	9,36	82,15
Ouro Velho	20,96	6,91	69,75	16,13	11,15	70,27
Parari	26,57	5,09	66,42	22,87	5,92	69,06
Prata	18,42	11,01	68,03	12,48	13,47	71,78
S. J. do Tigre	18,04	7,62	94,94	11,52	7,74	78,11
S J Cordeiros	13,09	6,08	66,40	10,56	10,30	77,15
S S Umbuzeiro	18,78	7,87	64,01	14,88	9,04	73,07
Serra Branca	17,65	7,27	70,67	14,49	11,48	70,13
Sumé	9,82	8,35	77,27	6,82	13,10	75,60
Taperoá	13,27	7,38	76,15	11,22	12,44	72,99
Zabelê	22,19	6,79	68,55	18,16	7,65	71,83

Fonte: Secretaria de Estado da Paraíba. Gerência Regional do 3º Núcleo. FPM. FAMUP. 2008.

Ainda quanto à agregação de valor, no Cariri paraibano, ainda é muito tênue, ao indicar uma dificuldade no que diz respeito a uma maior participação no mercado competitivo, com decrescimento do setor agropecuário e avanço do setor de serviços; todavia, faz-se necessária uma melhoria na qualidade do produto interno para se poder gerar um incremento em valorização da mercadoria e conseguir melhorar o desenvolvimento local para a população.

Além dessa caracterização, um elemento importante é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) que corrobora a participação de cada produto no mercado, consequentemente, no Produto Interno Bruto do local, como espelho direto do grau de qualidade de vida da população. Verifica-se no quadro 4.18, a seguir, um nível bastante baixo de participação dos municípios.

As maiores participações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) frente ao Produto Interno Bruto (PIB) estão com Alcantil, com índice acima de 6,05%, a partir de 2006; Caturité, acima de 2,00%; e, Monteiro, acima de 1,67%. No ano de 2008 aparece Assunção, com índice de 1,42%; Taperoá, com 1,18% e Ouro Velho, com 1,15%. Isto está indicando que municípios atrasados têm posições razoáveis frente às participações no Produto Interno Bruto, com exceção de Monteiro para o último ano.

Quanto às menores participações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) relativo ao Produto Interno Bruto (PIB) têm-se: São Domingos do Cariri, com índice de 0,002% em 2006; Barra de São Miguel, com 0,01%; Parari, com 0,01% e São José dos Cordeiros, com 0,02%, com poucos aumentos nestes índices. Barra de Santana, por exemplo, está com um índice de 0,01%, para o ano de 2007, como se pode ver no Quadro 4.18.

Quadro 4.18 – Participação relativa do ICMS no PIB do Cariri paraibano, por município, para os anos de 2006, 2007 e 2008.

Municípios	2006	2007	2008
Alcantil	6,05	6,36	7,99
Barra de Santana	0,03	0,01	0,02
Barra de S. Miguel	0,01	0,05	0,04
Boqueirão	0,26	0,33	0,39
Cabaceiras	0,29	0,45	0,55
Caraúbas	0,07	0,05	0,11
Caturité	2,00	2,18	2,43
Gurjão	0,17	0,19	0,22
R. S. Antônio	0,03	0,03	0,03
Santo André	0,37	0,10	0,34
S. D. d Cariri	0,002	0,04	0,05
S. J. do Cariri	0,35	0,26	0,47
Amparo	0,02	0,06	0,25
Assunção	0,78	0,88	1,42
Camalaú	0,61	0,53	0,66
Congo	0,23	0,41	0,55
Co xixola	0,08	0,06	0,08
Livramento	0,09	0,11	0,13
Monteiro	1,67	1,70	1,77
Ouro Velho	0,52	0,49	1,15
Parari	0,01	0,03	0,07
Prata	0,25	0,26	0,31
S. J. do Tigre	0,03	0,05	0,07
S J Cordeiros	0,02	0,02	0,03
S S Umbuzeiro	0,05	0,06	0,12
Serra Branca	0,64	0,70	0,76
Sumé	0,97	0,98	0,89
Taperoá	0,72	0,73	1,18
Zabelê	0,09	0,05	0,11
Total:	4,76	6,18	1,29

Fonte: Secretaria de Estado da Receita. Gerência Regional do 3º Núcleo/PB. 2009.

De uma forma geral, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), frente ao Produto Interno Bruto (PIB) na microrregião como um todo, possui um índice percentual muito pequeno, pode-se dizer insignificante, tal como para o ano de 2006, que foi de 4,76%; para 2007, de 6,18%; e 2008 que foi de 1,29%. Isto indica a frágil contribuição na renda do Estado, o que enfraquece também o retorno do Fundo de Participação Municipal (FPM).

Para desenvolvimento local, a formação educacional viabiliza o turismo e melhora a situação dos outros setores. Nesse sentido, com maiores participações, têm-se: Monteiro, Cabaceiras, Sumé, Taperoá, Boqueirão, em relação ao nível fundamental estadual. Quanto ao municipal, continuam esses mesmos municípios e agregam-se Livramento e Barra de Santana. Quanto ao ensino médio estadual, as maiores porcentagens estão com Boqueirão, Monteiro, Serra Branca, Sumé e Taperoá; em nível municipal, destacam-se Boqueirão, Barra de Santana, Taperoá, Barra de São Miguel e Amparo. Na pré-escola estadual só não houve

atuação em Alcantil, Boqueirão, Caturité, Gurjão, Santo André, Coxixola, Prata, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro e Zabelê. Os restantes possuem atuação plena, com destaque para Monteiro, de acordo o quadro 4.19, a seguir.

Considerando o número populacional, alguns empresários de visão já implantam seus estabelecimentos de ensino privado em alguns desses municípios, como é o caso de Monteiro, Boqueirão, Sumé, Taperoá, Serra Branca e Ouro Velho, que já possuem escolas privadas com Ensino Fundamental. Já em nível médio, só existem escolas em Monteiro e Sumé, e no âmbito da pré-escola, verifica-se em Monteiro, Boqueirão, São José dos Cordeiros, Sumé, Taperoá e Ouro Velho, como demonstra o quadro 4.19, a seguir.

Quadro 4.19 – Número de pessoas residentes que freqüentam a educação no município para ano de 2008.

Municípios	E P E	E P Mf	E Priv	E P Em	E P M	E Priv	P E E	P E M	P E P
Alcantil	263	1.009	0	194	0	0	0	248	0
B. de Santana	446	1.750	0	155	255	0	42	331	0
B. S. Miguel	263	875	0	0	172	0	40	159	0
Boqueirão	1.489	2.289	172	487	360	0	0	217	179
Cabaceiras	332	575	0	299	0	0	54	199	0
Caraúbas	373	454	0	126	0	0	0	133	0
Caturité	171	838	0	291	0	0	0	164	0
Gurjão	288	458	0	199	0	0	49	70	0
R. S. Antônio	219	305	0	88	0	0	16	81	0
Santo André	123	448	0	115	0	0	0	78	0
S. D. d Cariri	264	293	0	81	0	0	21	200	0
S. J. do Cariri	727	279	0	185	0	0	90	173	0
Amparo	61	436	0	0	154	0	114	06	0
Assunção	260	596	0	94	0	0	29	192	0
Camalaú	553	639	0	144	0	0	06	286	0
Congo	301	765	0	206	0	0	18	232	0
Coxixola	224	99	0	92	0	0	0	52	0
Livramento	462	1.379	0	258	0	0	104	280	0
Monteiro	2.469	2.845	464	952	0	104	296	841	276
Ouro Velho	292	271	21	98	56	0	14	67	23
Parari	145	178	0	52	0	0	03	65	0
Prata	214	368	0	172	0	0	0	241	0
S. J. do Tigre	149	788	0	111	0	0	03	282	0
S J Cordeiros	479	202	0	91	0	0	0	53	65
S S Umbuzeiro	284	376	0	92	0	0	0	87	0
Serra Branca	948	1.000	97	430	0	0	100	310	29
Sumé	1.610	1.282	144	643	0	57	66	347	62
Taperoá	1.482	1.996	133	376	199	0	201	303	54
Zabelê	153	166	0	135	0	0	0	97	0

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. Obs.: EPE – Escola Pública Estadual Fundamental; EPMf - Escola Pública Municipal Fundamental; E Priv – Escola Privada; E P Em – Escola Pública Estadual Médio; E P M - Escola Pública Municipal Médio; P E E – Pré-Escola Estadual; P E M – Pré-Escola Municipal; P E P – Pré-Escola Privada. 2008.

O ponto fraco na microrregião, é a não existência de ensino técnico para o trabalho prático. Tal fato justifica objetivamente a implementação do ensino para atuação efetiva no

campo da agricultura, pecuária, mineração, indústria de transformação e serviços/comércio, quando se poderia proporcionar uma excelência no ensino/aprendizagem para a produção local. Isto porque predomina neste local o trabalho com a agropecuária, cujo desenvolvimento local aparece de forma muito lenta, quase imperceptível para a população.

O espaço para desenvolvimento local pelo ângulo do turismo se apresenta como vanguarda, por conta das potencialidades disponíveis nos quadrantes da microrregião, em termos de uma produção que ainda não conseguiu mercado para se posicionar frente às opções a quem almeja uma demanda diferenciada. O setor de turismo, mesmo iniciante, apresenta-se bastante promissor pelo grande acervo que se encontra no portfólio da localidade, como mais forte opção de consumo para aqueles que gostam de viagem e buscam o diferente.

4.1.4 Em busca da qualidade de vida

Ainda em busca de um desenvolvimento local, verifica-se o nível em que se encontra tal localidade, em termos de qualidade de vida, de desenvolvimento humano, de distribuição espacial e de nível de pobreza local. Nesse debate, consideram-se os aspectos positivos da cooperação, da solidariedade e da confiança, que são os pontos-chaves para um desenvolvimento participativo, que está entranhado no seio de uma localidade, tal como explanam os defensores do capital social (DURSTON, 2003).

Em um desenvolvimento local advindo da sociedade como todo, em Monteiro, compreende-se a presença de 12 (doze) associações de produtores rurais, urbanos, assim como os moradores do município, associações essas que tiveram sua criação incentivada pela autoridade maior do município, com o qual mantêm uma relação de dependência, que se traduz em ajuda logística, financeira e administrativa. Assim, as atividades desenvolvidas pelas associações seguem a dinâmica das ações desenvolvidas em conjunto com as entidades locais.

Nesse contexto, vem se buscando o fortalecimento dessas organizações, no sentido de torná-las efetivamente autônomas e empreendedoras, para execução de iniciativas privadas, numa perspectiva de desenvolvimento no município. As associações atuam de forma pontual e ainda com objetivo determinado, isto é, entendem pouco o seu papel (como dizem alguns diretores); não possuem capacidade efetiva para gerir a organização e veem a entidade apenas como mais um canal de reivindicação para o atendimento das necessidades mais imediatas dos diretores, como dizem alguns entrevistados.

O município de Monteiro sedia organizações com atuação de âmbito regional, como a Associação dos Caprinocultores do Cariri Ocidental paraibano - AOCOP, a das Rendas do Cariri e a Sociedade dos Poetas, Escritores e Compositores do Cariri - SOPECA, demonstrando a importância dessas atividades para a economia da região. Ainda conta com Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Sindicato dos Funcionários Públicos do Cariri que, em razão das relações de trabalho impostas pelo contexto econômico atual, tem tido atuação pouco relevante (depoimento de um sócio).

Na mesma linha de atuação participativa da população, o município de Cabaceiras, outro referencial importante para o Cariri, conta com dez associações, que também se inserem na busca de uma incorporação ativa da sociedade local, para reivindicação e execução de algumas atividades que dinamizam o entorno, para desenvolvimento microrregional e qualidade de vida. Estão diretamente ligadas a esse tipo de atividade democrática de cidadania (CAVESTANY, 2000).

A população do município de Cabaceiras também possui programas para desenvolvimento local importantes, tal como: a Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro (ARTEZA), a caprinocultura, eventos particulares e alguns outros programas menores, mas com um potencial muito forte para promoção de desenvolvimento local via turismo, com a inserção dos recursos naturais e alguns outros importantes para a edibilidade.

Da mesma maneira que Monteiro, Cabaceiras também possui sindicatos rurais e urbanos, associações no campo e na cidade, assim como, cooperativas que tentam diminuir as diferenças entre os que possuem recursos financeiros a mais e os que não os possuem, pois nesse processo, todos devem ter oportunidades como cidadão na dinâmica de desenvolvimento local participativo (ARROYO, 2007; DURSTON, 2003).

A cidade de Cabaceiras alberga a Festa do Bode Rei, com a presença de uma média de 60.000 turistas passando pela cidade, o que faz fluir recursos monetários que dinamizam os pequenos negócios, com criatividade para novos empreendimentos em produção diversificada, para mostrar aos visitantes o *modus vivendi* do povo local e a gastronomia própria do Cariri paraibano (Observação *in loco*, 2009).

No que diz respeito à cultura, Cabaceiras oferece aos turistas uma cultura exuberante, desde grupos folclóricos até a festa da Padroeira, de São João e São Pedro e eventos culturais, que a iniciativa privada promove no âmbito da cidade. Tais eventos movimentam a localidade com os pequenos negócios e alguns outros mais importantes para aumento da produção e geração de renda para o local.

O povo de Monteiro e de Cabaceiras, no Cariri paraibano, possui toda uma amabilidade especial (capital social), ao se iniciar com uma aceitação interna de confiança, uns para com os outros trabalhadores, empresários e amigos. Por causa disso, muitas vezes, trabalham em parceria, com uma atividade que fica perto uma da outra, sem qualquer atrito comercial (depósito de um comerciante). Essa união pode demandar recursos monetários para uma dinamização dos pequenos negócios (ARROYO, 2007), quer seja agrícola, de transformação, ou até mesmo de serviços.

Nesse mesmo processo, o capital social está presente com a solidariedade que a população da localidade professa, na participação com o outro, como uma característica que determina a fraternidade como dinamizadora do progresso (entrevista a um cooperativado). Portanto, as disponibilidades locais, de movimentos de união, implementam os pequenos empreendimentos que se tornam bem sucedidos, como diz um entrevistado.

Além do mais, o trabalho de cooperação, como capital social, tem provado que a união faz a força e do mesmo modo “o povo unido jamais será vencido” como disse um entrevistado, copiando *Che Guevara*. Isso porque há convergência de pensamento e de trabalho, para um crescimento conjunto, especificamente, quando se fala de micro, pequenos e pequenos/médios estabelecimentos de trabalho, quais sejam: a agricultura, a indústria, ou o comércio/serviços de um entorno.

No capital social há o *empowerment* sempre atuando, visto que existem lideranças em seus diversos níveis que participam de estratégia social, como um processo seletivo consciente e intencionado, que possui como objetivo a justiça das oportunidades entre os atores sociais atuantes, como as cooperativas, os sindicatos, os vereadores, os prefeitos, os comerciantes e muitos outros que trabalham pelas comunidades (DURSTON, 2003). A meta central é a transformação dos setores sociais excluídos para atores ativos e o nivelamento para cima daqueles que foram fragilizados pelo sistema, como explica um comerciante.

Todas essas variáveis residem nas relações sociais e são apoiadas pelos elementos simbólicos e de valores em todas as culturas do local (CAVESTANY, 2000). Os precursores da transformação estão amplamente presentes, com matéria-prima da qual pode emergir, em condições propícias: as relações de parentescos, de vizinhanças e de identidade, que podem servir de base para a confiança, a cooperação e os sistemas simples de trocas não mercantis baseados no princípio de reciprocidade, muito fortes nessas localidades ainda atrasadas (DURSTON, 2003).

Os pesquisadores do capital social concordam em identificar os possíveis benefícios que aparecem com o fortalecimento da cidadania e a produção de bens públicos e economias

de transação. Os benefícios estão associados menos com os discursos e mais com as práticas em que vivem as comunidades locais. Neste estudo, interessam-se os relacionamentos econômicos, sem perder de vista que o ganho disto, em um mundo moderno, passa em grande parte pela força da cidadania frente ao Estado. Isto é visto no aspecto democrático da municipalidade, cuja população tem participação ativa (afirmação de um entrevistado).

No aspecto de uma dinâmica econômica e social, quanto à capacidade de empreendimento coletivo, verificam-se os contratos diádicos; os atores sociais convocam aliados a partir de uma matriz de parentesco e vizinhança, que é um sentimento muito forte nessa microrregião (observação *in loco*). Os grupos locais se multiplicam na formação de associações de trabalho, comunidades e sociedades locais que compõem a grandiosidade do capital social do entorno. Nessa transformação, os proprietários do capital social deixam de ser um indivíduo, para serem atores coletivos, ou para serem a sociedade em seu conjunto. Daí a importância da sua participação ativa (DURSTON, 2003).

Além dos diversos pontos fundamentais levantados, vale apenas considerar que a autogestão sustentável em um sistema cultural, bastante disponível na microrregião, é também um processo de desenvolvimento local forte, porque não está alheio ao melhoramento no bem-estar material. Isto é assim, porque a cultura não se limita ao ideológico simplesmente, senão que é um sistema humano total: um sistema sócio-econômico-cultural que se expressa em três planos essenciais: o simbólico-ideacional, o organizativo-institucional e o material-produtivo, dependentes entre si, de maneira sistêmica (CAVESTANY, 2000).

Tudo isso foi analisado para compreensão de um desenvolvimento local, com utilização das potencialidades do entorno e com capital social via turismo. Faz-se necessário ficarem claros ainda os índices que indicam, fundamentalmente, qual é o nível de qualidade de vida na localidade: o índice de desenvolvimento humano; a forma relativa de distribuição espacial dos rendimentos e o grau de pobreza microrregional, por município. Vale ressaltar que o local ainda é bastante atrasado e necessita de estratégias para um progresso efetivo.

A geração de um desenvolvimento local, pode se dizer, aparece, em uma primeira etapa, com uma melhoria no Índice de Qualidade de Vida da população, que significa um determinado nível de bem-estar, ou de satisfação de um *modus vivendi* de um povo. Tal que está diretamente ligado ao índice de esperança de vida ao nascer, ao índice de mortalidade infantil e ao índice de alfabetização do entorno, que ainda é baixo no local aqui investigado.

Quanto aos resultados obtidos pelos Índices para o Cariri paraibano, verifica-se no quadro 4.20, a seguir, que os menores Índices de Qualidade de Vida foram detectados em Boqueirão, com indicativos de 0,19; Monteiro, com 0,19; Sumé com 0,19 e Taperoá, com

0,19. Entretanto, os maiores índices ficam, com Coxixola 0,50; Parari com 0,50; Riacho de Santo Antônio, com 0,47; Santo André, com 0,47 e São Domingos do Cariri, com 0,47, pontuando, assim, os melhores lugares para se viver, mesmo não sendo ideais índices de qualidade de vida para a população.

Para o índice de Desenvolvimento Humano, em primeiro lugar se encontra Monteiro, com índice de 0,59; em segundo, Sumé, com 0,55. Com nível regular estão Boqueirão, com 0,55, Taperoá, com 0,53 e Serra Branca, com 0,53. Quanto aos menores são: Zabelê, com 0,30, São João do Tigre, com 0,35, Gurjão, com 0,32, Riacho de Santo Antônio, com 0,26, São Domingos do Cariri, com 0,40 e São João do Cariri, com 0,40. Esses dados indicam índices baixos de desenvolvimento humano, cujas informações devem ser melhoradas, com ampliação do mercado turístico. Aqui, são estimados os gastos com a população em termos de vivência, de mortalidade infantil e alfabetização, que indicam os ganhos ou perdas econômicas e o grau de desenvolvimento local.

Outra maneira de detectar quantitativamente o desenvolvimento local é a fórmula trabalhada por Villota (1981) em suas investigações acerca do entendimento sobre desenvolvimento e demonstradores de bem-estar de uma comunidade qualquer. Ele explica de maneira objetiva que a medição da qualidade de vida de uma população é de fundamental relevância, por indicar o nível de desenvolvimento de uma localidade em pauta.

Uma terceira vertente de análise de qualidade de vida é o índice que explica a distribuição espacial, de Sicsú e Crocco (2003), como mais um elemento de distribuição espacial que visualiza o desenvolvimento local, em seu trabalho sobre a teoria da localização espacial de agências bancárias em Niterói, no Rio de Janeiro. Nele, eles estruturaram tal índice que foi adaptado para este trabalho.

Esse índice adaptado para o Cariri paraibano e aplicado a todos os municípios, gerou um Índice de Distribuição Espacial (IDE), que foi calculado pela fórmula que está na metodologia deste estudo. Dessa forma, trabalhou-se a população de cada localidade da microrregião do Cariri paraibano e o número de assalariados no município frente ao total microrregional para o ano de 2008. Os resultados conseguidos produziram informações importantes.

Os resultados conseguidos, para o Cariri paraibano, foram os seguintes: observou-se que 55,17% dos municípios estão acima da unidade, mesmo com diferença excedente, não significante, isto quer dizer que há uma quantidade de assalariados em relação ao total da microrregião distribuída mais que proporcional ao tamanho da população local em relação à microrregional. Apenas 44,83% estão abaixo dessa medida. Assim, essas localidades podem

ser consideradas carentes de um melhor nível de assalariamento por habitantes. Isto cria dificuldades para desenvolvimento local. Apenas duas cidades indicam igualdade com a unidade, uma indiferença dessas cidades frente ao todo, sem influência no desenvolvimento local.

Com um pouco mais de detalhamento, verifica-se que o Índice de Distribuição Espacial, com índices menores que a unidade, ficaram com São Sebastião do Umbuzeiro, com índice de 0,79; Camalaú, com 0,80 e Gurjão, que ficou com 0,81. Tais números demonstram que necessita-se de política para um melhor nível dessa distribuição, isto é, os assalariados do local estão ganhando menos que a média microrregional. Os índices maiores que a unidade ficaram com: Assunção, com 1,38; São Domingos do Cariri, com 1,34 e Alcantil, com 1,26, o que significa dizer que o nível dessa distribuição está acima da média da microrregião.

O Índice de Pobreza de Fishlow (1977), explica que 41,38% dos municípios estão abaixo do índice da microrregião como um todo; e 58,62% estão acima dessa média calculada. Os maiores índices ficaram com Parari (0,90) [7,03% da renda dos que ganham acima de 2,0 salários mínimos devem ser repassados aos de renda inferior a esse mínimo], Alcantil (0,85), Caturité (0,80), Zabelê (0,80) e São João do Cariri (0,78); índices expressivos, quando se possui grande acervo de recursos naturais. Os menores índices estão com: Livramento (0,24), Sumé (0,32), Taperoá (0,32), São José dos Cordeiros (0,38) e Gurjão (0,38), sendo baixos índices de pobreza, conseqüentemente razoável posição em desenvolvimento local. Nesse intermédio estão 68,96% da microrregião, com um misto de desenvolvimento e pobreza.

Finalmente, o Índice de Desenvolvimento Turístico (IDT) na microrregião caririseira indicou um extenso campo para atuação eficiente. Isto porque o turismo ainda desponta na localidade, por falta de iniciativa privada e comercial. Os melhores índices estão com: Monteiro (0,37), Cabaceiras (0,38), Gurjão (0,36), Serra Branca (0,34) e Sumé (0,33); e os menores ficam com: Prata (0,20), São João do Tigre (0,21), Parari (0,22), São Sebastião do Umbuzeiro (0,22) e Santo André (0,22).

Quadro 4.20 – Índice de Qualidade de Vida (I. Q. V.), Índice de Desenvolvimento Humano (I. D. H.), Índice de Distribuição Espacial (I. D. E.), Índice de Pobreza de Fishlow e Índice de Desenvolvimento Turístico (IDT) municipal para o Cariri paraibano, em 2008.

Municípios	I. Qualidade de Vida	I. D. H.	I. D. E.	I. Pobreza	I. D. T
Alcantil	0,39	0,45	1,26	0,85	0,25
B. de Santana	0,31	0,49	1,23	0,44	0,26
B. S. Miguel	0,42	0,46	1,15	0,68	0,24
Boqueirão	0,19	0,55	1,08	0,72	0,35
Cabaceiras	0,40	0,45	1,13	0,62	0,38
Caraúbas	0,45	0,44	1,06	0,50	0,25
Caturité	0,39	0,45	1,14	0,80	0,26
Gurjão	0,46	0,32	0,81	0,38	0,36
R. S. Antônio	0,47	0,26	1,31	0,72	0,24
Santo André	0,47	0,42	0,96	0,55	0,22
S. D. d Cariri	0,47	0,40	1,34	0,65	0,27
S. J. do Cariri	0,44	0,40	1,10	0,78	0,30
Amparo	0,46	0,40	1,03	0,46	0,27
Assunção	0,39	0,41	1,38	0,42	0,25
Camalaú	0,37	0,48	0,80	0,55	0,23
Congo	0,42	0,46	0,95	0,74	0,24
Co xixola	0,50	0,39	0,91	0,58	0,26
Livramento	0,31	0,48	1,14	0,24	0,23
Monteiro	0,19	0,59	1,02	0,43	0,37
Ouro Velho	0,48	0,42	1,04	0,76	0,24
Parari	0,50	0,40	0,89	0,90	0,22
Prata	0,44	0,44	1,01	0,53	0,20
S. J. do Tigre	0,46	0,35	0,86	0,48	0,21
S J Cordeiros	0,40	0,46	0,84	0,38	0,23
S S Umbuzeiro	0,43	0,44	0,79	0,40	0,22
Serra Branca	0,28	0,53	0,93	0,74	0,34
Sumé	0,19	0,55	0,90	0,32	0,35
Taperoá	0,19	0,53	1,11	0,32	0,33
Zabelê	0,46	0,30	0,88	0,80	0,24

Fonte: Informações coletadas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). cidade@. 2008.

Diante desse quadro, podem-se extrair algumas considerações importantes, acerca do desenvolvimento local no Cariri paraibano, visto que o atraso, ou subdesenvolvimento ou grau de pobreza nessa microrregião é significativo; entretanto, com um vasto potencial turístico disponível, infere-se suficiência em se dinamizarem estratégias, para melhorias nas condições gerais da economia e das comunidades locais e para a obtenção de um desenvolvimento local mais igualitário.

4.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Com a existência de um leque vasto de opções para decisão que geram desenvolvimento local, sobretudo as mais prementes, ou as de curtíssimo prazo, é possível que se criem estratégias importantes, para viabilizar o processo de melhoria na qualidade da

vida da população da localidade, tal como no que respeita à economia, ao social, à história e ao ambiental.

4.2.1 Resultados econômicos

Melhoria do local se iniciam com estratégias em termos de economia de uma localidade, com a utilização do *empowerment* e recepção de *spillovers*, para dinamização de um desenvolvimento local. Utilizar as potencialidades do entorno, com capital social, via turismo, pautadas pelas informações coletadas no entorno, tais como: o diagnóstico efetivado (potencialidades), incluindo-se o capital social e os movimentos turísticos na microrregião, cujo ambiente é rico em história e comportamentos que estão sendo discutidos em detalhes.

As estratégias montadas para este caso trabalham as opções como fomentar os pequenos negócios para conseguir melhorar a qualidade de vida da população do local. Isto porque, ao longo dos anos, as variáveis econômicas isoladas não têm contribuído para que se possa impulsionar um desenvolvimento da microrregião pelo potencial local, com capital social via turismo, de maneira a interligar desde o setor agrícola, o de transformação, o de serviços e o do comércio, para incrementos de ganhos sociais à população do entorno.

No quadro 4.21, a seguir, observa-se na microrregião caririseira é comum o aprendizado profissional acontece na prática, o que significa dizer, aprender fazendo, como colocam 62% dos questionados sobre este fato; 30% disseram que não aprenderam a profissão na prática, por conta, talvez do desconhecimento do assunto.

Ainda nesse quadro, como explicação econômica, observa-se que as imitações trabalhadas na localidade decorrem de catálogos e mostruários que servem para apresentação aos clientes, pois 62% dos respondentes confirmaram essa questão e 12% negaram tal afirmação.

Além do mais, no aspecto cooperativo, ou associativo, os empreendedores acreditam na união entre empresários para que a dinâmica econômica no local seja mais desenvolvimentista, como explicam 34% dos questionados; 58%, de maneira mais pessimista, negaram que isso aconteça.

Um fato importante é que, no Cariri paraibano, a população prefere produtos ou mercadorias que venham de fora da cidade, ou da microrregião, mas que esteja na moda mostrada pela televisão. Isto é dito por 73% das pessoas que foram questionadas por este levantamento, enquanto 18% não compactuam com esta ideia.

Quadro 4.21 Resultados econômicos no desenvolvimento local

Discriminação:	Sim	Não
Aprendeu a profissão na prática	62 %	30 %
Catálogo e mostruário servem para cópia	62 %	12 %
Acreditam, nesta união entre empresários	34 %	58%
Preferência produtos externos	73 %	18 %
Influência de efeitos externos	72 %	13 %
Cópia ou imitação pelos empresários	73 %	22 %
Pequenos negócios ganham com as festas	68 %	25 %

Fonte: Dados captados pela aplicação de questionário em Monteiro e Cabaceiras, em 2009.

Nesta mesma lógica, verificou-se que 72% disseram que existe influência de efeitos externos na economia local; entretanto, 13% não aceitam que isto aconteça de maneira tão forte. Daí, explica-se o efeito demonstração, ou externalidade atuando no local.

Essas informações confirmam a existência do efeito demonstração, ou externalidade que aparece no local. Tal idéia também é confirmada pelos 73% que disseram copiar ou imitar produtos de fora pelos micros e pequenos empresários, enquanto apenas 22% disseram que são poucos os que agem dessa maneira.

Obviamente, como o turismo é uma congregação de pessoas que vêm visitar uma certa localidade, verificou-se que 57% dos questionados opinaram sobre a influência de tais visitas no desenvolvimento econômico e social do entorno, todavia, 23% não compactuam com a veracidade dessa informação.

Ao mesmo tempo, observou-se que o turismo dinamiza os pequenos negócios para 72% dos questionados; 14% não confirmam essa informação. Isto porque os micros e pequenos negócios vêm de cidades vizinhas, cujo efeito interno na localidade deva ser minimizado.

Com significativa clareza, a população questionada deixou evidente que os pequenos negócios ganham com as festas, ou eventos, como propalaram 68% dos que participaram da aplicação desse questionário e 25% não confirmam essa informação.

Em suma, confirma-se que a economia é dinamizada pelas potencialidades locais, incluindo o capital social processado pelo turismo, como elemento importante para o processo de desenvolvimento local, acionado pelo *empowerment* e *spillovers* dentro de uma abordagem sistêmica.

4.2.2 Os efeitos sociais

Com relação à estratégia advinda do social, deve-se mobilizar a população para que se consiga uma mudança, de maneira participativa engajada (*empowerment*) e presença de *spillover*, ou externalidades (efeito demonstração) que o local recebe de outras experiências para desenvolvimento local. Nesse sentido, destaca-se o *modus vivendi* de um povo que já tem acumulado, em seu acervo, as novidades modernas, pelos meios de comunicação (televisão, revistas, jornais e catálogos), que transbordam para toda a microrregião caririseira.

O comportamento social das comunidades vigentes é que indica a tendência de significativa parte da população e isso reflete em ganhos sociais que repercutem no agregativo ao desenvolvimento local, em promoções de festas ou eventos pomposos, ou até mesmo em levantamento de fatos históricos que nortearam o local e, porque não dizer, uma dinâmica da economia do entorno.

O sucesso de um evento público parte da participação da população na organização, mobilização e atuação na execução de tal atividade, como responderam 56% dos questionados; 43% acham que não existe participação popular nas festas promovidas pelo poder público, como demonstra o quadro 4.22, a seguir.

Todavia, uma população de uma localidade qualquer deve participar politicamente na cidade, porque isto melhora as condições locais e descentraliza o poder do Prefeito, como dizem 73% dos questionados sobre este assunto, enquanto apenas 18% negaram que isto aconteça.

O que não se pode deixar de lado é quanto a uma atuação dos filiados à sua Associação, no processo representativo de reivindicação social. Para tanto, o filiado deve ser conhecedor do Estatuto da Agremiação, pois foi detectado que apenas 28% o conhecem e 62% nunca o leram.

Quadro 4.22 Efeitos sociais no desenvolvimento local

Discriminação:	Sim	Não
Participação em eventos públicos	56 %	43 %
Atuação política melhora o local	73 %	18 %
Senhor conhece os Estatutos da Associação	28 %	62 %
População local ouvida quanto às benfeitorias	83 %	9 %
Associações facilitariam promoção de eventos	43 %	35 %
Visitas consegue dinheirinho para compras	82 %	12 %

Fonte: Dados captados pela aplicação de questionário em Monteiro e Cabaceiras, em 2009.

Nos municípios do Cariri paraibano, ainda perdura uma política centralizada, cujas necessidades locais o governante sonda e determina como resolvê-las. Nesse sentido, 83% da população local responderam que são ouvidas, normalmente, quanto às benfeitorias que o município necessita e 9% disseram que não são ouvidas. Nesse ponto, destaca-se o *empowerment*.

As organizações sociais de um município têm como finalidade contribuir para com a administração local, de uma forma direta ou indireta. Dai que se pensa que as Associações facilitariam a promoção de eventos no entorno, como dizem 43% dos questionados acerca do assunto; 35% responderam que isto não acontece no local.

Sem dúvidas, aparecem aqueles que gostam dos eventos e até dizem que, com tais visitas, consegue-se um dinheirinho para compras semanais, como responderam 82% da amostra da aplicação dos questionários; 12% dizem não ter benefício algum com as festas promovidas no âmbito do município e até reclamam dos impactos provocados.

Enfim, o social é uma variável forte para desenvolvimento local, visto que aciona a economia, confirma a história e indica a identidade ou pertencimento de um povo a uma localidade. Somente as relações sociais, ou relações de comportamento, impulsionam os quadrantes de um entorno para um progresso conjunto, mesmo que ainda com desigualdade social.

4.2.3 Influência da história

A história também tem a sua participação estratégica no desenvolvimento local, visto que retrata, no transcorrer do tempo, os pontos que contribuíram para o atraso no entorno. Daí, trabalhar-se a estratégia (BUARQUE, 1999) de que se deve inserir a formação e a evolução do povo do Cariri paraibano, que guarda acontecimentos importantes e que ainda não foram contados pela historiografia oficial, ao definir a geração de progresso econômico e social, via criação de emprego e renda.

Os aspectos históricos de uma sociedade indicam o surgimento do local, com suas características próprias; relata-se a postura dos antepassados e a forma de organização em que todos estiveram envolvidos para uma convivência, tanto econômica, como social e até mesmo ambiental. Os povos de cada época, inconscientes ou não, destruíram a fauna e a flora, sendo, portanto, necessário trabalhar para replantá-las, conservá-las e preservá-las considerando o

pouco que ainda existe dentro da história da natureza, especificamente no Cariri paraibano, castigado pelas secas e adversidades do local.

No Cariri existe um perfil significativo de antiguidade remota, investigado e trabalhado em sua participação econômica e social, no processo de remontagem da formação histórica da localidade. São casarões seculares, árvores milenares e outros aspectos de fundamental importância para o entorno, que a história ainda não catalogou, mas que está no imaginário (tradição oral) da população local, que guarda com satisfação de pertencimento, como explicam os que trabalham a questão da identidade com o local (investigação *in loco*).

Os aspectos históricos locais são importantes, porquanto os acontecimentos dentro de um município ou mesmo nos quadrantes de uma microrregião caracterizam a relevância que possui o local. Assim, 58% dos respondentes indicaram tal importância e 25% tiveram posição negativa frente à realidade em que vivem, como indica o quadro 4.23, a seguir.

Outro ponto histórico fundamental é quanto à identidade do vaqueiro, bastante cantado e decantado em toda a microrregião caririseira, pois 63% esperam que seja preservada a história do vaqueiro e 15% não acreditam que seja preservada tal identidade, por conta da modernidade se apresentar tão rápida.

Quadro 4.23 Influência da história no desenvolvimento local

Discriminação:	Sim	Não
Aspectos históricos são importantes	58 %	25 %
Identidade do vaqueiro preservada	63 %	15 %
Formação do local afetou o atraso	76%	14 %
Sítios arqueológicos pontos turísticos	63 %	12 %
Reconhecimento dos fatos para um turismo	76 %	15 %

Fonte: Dados captados pela aplicação de questionário em Monteiro e Cabaceiras, em 2009.

Em se tratando da formação do local, esse aspecto histórico afetou o atraso local, como dizem 76% da população que aceita a ideia de que o atraso foi reflexo direto da falta de tecnologia e desconhecimento do progresso. Entretanto, 14% dos questionados negaram que isso tivesse acontecido.

A formação histórica de uma localidade passa pelos sítios arqueológicos que devem servir como pontos turísticos. Nesse sentido, 63% responderam positivamente sobre essa afirmação e 12% disseram que não; porém, uma coisa é certa: os cientistas e a população

visitante têm interesse em conhecer as gravuras encontradas nos sítios arqueológicos do Cariri.

Finalmente, na microrregião existem acontecimentos que caracterizam o local, como a importância de pessoas ilustres, prédios seculares e outros pontos significantes, tendo tais elementos históricos uma importância para o turismo, como explicam 76% dos questionados; 15% negaram que isso aconteça.

Assim, pelas informações levantadas a estratégia de uso da história para desenvolvimento local fica via turismo tem a sua importância na geração de renda e circulação de produção do entorno, tal como o artesanato que também gera benefícios para a população.

4.2.4 Participação do turismo

Um último campo de trabalho que se apresenta para fomentar um desenvolvimento, no Cariri, é quanto à influência do turismo no desenvolvimento local, pois existe um portfólio de história e recursos naturais acumulados, importante para finalidades turísticas. Daí, a estratégia significativa de que se devem implementar programas que dinamizem os locais turísticos economicamente viáveis, com incorporação social, para a geração de progresso, conduzido pelo envolvimento dos setores agrícolas, de transformação, de comércio e de serviços, fundamentais para evolução do local.

O mais importante nessa estratégia é quanto à viabilidade dos recursos naturais que devem ser utilizados dentro de um mercado como elemento econômico e sem uma degradação pelos turistas. Assim, pode-se aplicá-los para dinamização de desenvolvimento local, devendo ser integrados ao aspecto econômico, social e histórico, para que a população possa se organizar em uma estrutura que proporcione melhorias nas condições de vida populacional, com conservação e manutenção dos pontos essenciais da natureza.

O importante é que o turismo reflete diretamente no desenvolvimento local, visto que, as pessoas procuram descanso, lazer, conhecimento de fatos históricos e geográficos, para sanar uma curiosidade e ter um certo aprendizado para a vida particular ou trabalhos escolares do dia a dia.

De acordo com o quadro 4.24, a seguir, verifica-se que existem debates para eventos turísticos na microrregião Cariri paraibano, devido à demanda popular existente, pois 34% dos questionados acham que isso é fato; entretanto, 56% negam que isso aconteça no entorno, ainda que a procura turística começa a ser expressiva.

Um fato significativo é que o turismo influencia nos setores econômicos, segundo 64% dos respondentes, visto que os micros e pequenos negócios são acionados com uma circulação importante para desenvolvimento; 23% não veem dessa forma, por motivos que não precisam ser mencionados.

Não dar para deixar de lado o fato de que o turismo influencia no desenvolvimento local, devido ao aumento da circulação de mercadorias e dos benefícios outros que surgem do turismo no entorno; 58% indicam tal influência, 37% disseram que ela não existe, pois o turismo não influencia no desenvolvimento local.

Quadro 2.24 Participação do turismo no desenvolvimento local

Discriminação:	Sim	Não
Existe debate para eventos turísticos	34 %	56 %
Turismo dinamiza os pequenos negócios	72 %	14 %
Turismo influencia no desenvolvimento	58 %	37 %
Criam-se eventos com utilização de cultura	58 %	33 %
Cultura do vaqueiro preservada – identidade	63 %	15 %
A cultura para desenvolvimento local	58 %	22 %

Fonte: Dados captados pela aplicação de questionário em Monteiro e Cabaceiras, em 2009.

O que se coloca facilmente é que, no Cariri paraibano, já existem grupos que trabalham criando eventos com utilização da cultura que os antigos deixaram como acervo e que estavam escondidas, portanto, 58% disseram do significado desses fatos para a população presente e 33% responderam que isso não acontece.

No Nordeste como um todo e no Cariri paraibano, a figura do vaqueiro foi e é fundamental para o homem do campo, tal como conduzir a boiada, procurá-lo no campo, levá-lo para comida e bebida. Nesse sentido, essa cultura deve ser preservada e cultivada como identidade para 63% dos que responderam o questionário, em oposição a 15% que afirmaram que não.

Enfim, ainda com relação à cultura verifica-se que a sua participação no desenvolvimento local é patente, ao considerar que 58% responderam que os fatos culturais deixam recursos para o local, propiciando melhoria da qualidade de vida da população, enquanto 22% dos respondentes não veem dessa forma.

Para finalizar essa questão quanto ao turismo como fator de desenvolvimento local, o importante é que o desenvolvimento aparece com uma possibilidade de aumentar a de

qualidade de vida da população, com o grau de satisfação (pertencimento) que as pessoas vivem diante das festividades que transcorrem no entorno, o que se tem comprovado no Cariri paraibano.

4.2.5 Efetivação do desenvolvimento local

Diante das estratégias levantadas, faz-se necessário compreender como obter um desenvolvimento local, isto significa dizer, agregar os parâmetros utilizados e indicar as possibilidades de conseguir melhorias para as comunidades do Cariri paraibano, tendo em vista o seu portfólio complexo e as condições suficientes para que a população local possa obter um melhor bem-estar econômico e social.

A efetivação de um desenvolvimento local se dá inicialmente pela participação objetiva de todos. Os produtores procuram imitar ou copiar o que aparece fora do local, como forma de participar do mercado, cujo capital social existente no entorno articulado para turismo gera desenvolvimento na localidade.

Os movimentos sociais, em termos de associações, cooperativas, ou sindicatos são de fundamental importância para o desenvolvimento, pois com a ação de uma associação mais ativa, combativa, ou “agressiva”, a localidade se progredirá mais, como dizem 54% dos questionados sobre o assunto; 32% não acreditam que isso aconteça, como apresenta no quadro 4.25.

Em pergunta formulada à população sobre o desenvolvimento local, 65% dos questionados afirmaram que tal processo proporciona vida digna para o povo do entorno e 15% disseram o contrário, visto que a descrença em atividade política ainda é muito forte, sem perspectivas de reversão.

Mais uma pergunta importante que foi feita, foi se ultimamente houve melhora no município. 63% dos questionados propalaram que sim e 20% afirmaram que não, o que revela mais uma vez falta de engajamento político no entorno, visto que em municípios pequenos só existem dois partidos políticos, devido à dominação familiar.

Por causa do bolsa família e da aposentadoria no campo, nas três últimas décadas, 56% dos questionados afirmaram que houve melhora na qualidade de vida da população e 25% negaram que isso possa ter acontecido. Mas, observa-se que houve algum ganhos social neste processo, conseqüentemente, um desenvolvimento local.

Quadro 4.25 Efetivação do desenvolvimento local

Discriminação:	Sim	Não
Associação mais ativa se progrediria mais	54 %	32 %
Desenvolvimento proporciona vida digna	65 %	15 %
Ultimamente houve melhora no município	63 %	20 %
Melhora na qualidade de vida	56 %	25 %
A cultura para desenvolvimento local	58 %	22 %
Cultura do vaqueiro preservada – identidade	63 %	15 %
Gostariam de ver local renovado e exuberante	83 %	8 %

Fonte: Dados captados pela aplicação de questionário em Monteiro e Cabaceiras, em 2009.

Para um desenvolvimento local, a cultura possui um significado significativo, em termos das tradições festivas, quanto à história do local, aos hábitos e costumes e à identidade com o local. Assim, 58% dos questionados disseram que há importância da cultura em programas de desenvolvimento, enquanto 22% disseram que não.

Um fato significativo para o nordestino, especificamente, para o Cariri paraibano é quanto à cultura do vaqueiro que deve ser preservada, como identidade do local. Nesse sentido, 63% dos questionados confirmaram a idéia e 15% não veem importância alguma a nessa preservação histórica, que aos pouco se esvai.

Destaca-se o fato de que a população do Cariri paraibano gostaria de ver o local renovado e exuberante, como disseram 83% dos questionados acerca desse assunto, o que diz respeito ao desenvolvimento local participativo; 8% disseram que não, disseram apenas que se vive muito bem.

Em suma, um desenvolvimento aparece com melhora na autoestima da população local, assim como na qualidade de vida do povo local, que advém de benefícios na educação, saúde, habitação, infraestrutura e lazer, que são formas de progresso conjunto entre todas as categorias sociais, dentro do ponto de vista econômico e social.

CONCLUSÕES

Diante das investigações teóricas e das informações levantadas, alguns pontos são essenciais para considerar como justificativas fundamentais para conclusões importantes na finalização deste trabalho, que deve servir como parâmetro de política de organização, estruturação, execução e monitoramento dos recursos econômicos escassos, sociais, históricos e ambientais da sociedade no Cariri paraibano.

Em primeiro lugar, durante os levantamentos executados, foram constatados alguns problemas e possibilidade de complementaridades na agropecuária, na indústria, no comércio e nos serviços, que apresentam bastantes espaços para serem melhorados em forma de rede. Nesse sentido, o turismo apresenta condições de impulsionar uma promoção do desenvolvimento local.

Tudo que foi coletado acerca do Cariri paraibano são dados significantes para indicar a existência de potencialidades locais, incluindo capital social, trabalhado via turismo, em muitas cidades da microrregião, especificamente, Monteiro, Cabaceiras, São João do Cariri: tais possibilidades também existem em outras cidade de pouca expressão, que têm o envolvimento da população, na dinâmica para melhoria nas condições de vida da população.

Um ponto importante é que se investigou, com significativo detalhamento e respaldo teórico, experiências que deram certo em outra microrregião, que serviram como externalidade ou *spillover* para o local e, por meio de respostas da população, pode se verificar que a recepção de informações externas possui bastante valor para as populações atrasadas, ou subdesenvolvidas.

Na localidade caririseira, constatou-se uma mediana participação da população nas políticas econômicas e sociais do entorno; ainda não é maior, em virtude do processo de centralização do poder. Nesse processo, a conscientização deve estar presente, justamente pelo envolvimento político engajado do conhecimento das formas de atuação na vida das comunidades que constituem a sociedade.

O fundamental é que a questão da administração de cada município dentro da microrregião, que ainda continua fortemente centralizada (mesmo com partidos diferentes – PSDB, PT, PMDB, PDT, alguns outros), deve se tornar mais aberta, ou descentralizada, para se congregarem ideias novas e de participação dos grupos organizados que dinamizem o entorno, com a ampliação das iniciativas privadas e com incentivo e/ou subsídio governamental ao desenvolvimento local.

Alguns municípios na microrregião já trabalham com a comunidade, mesmo dentro desse clima de centralização por força constitucional, pois existem prefeitos que aceitam organização de grupos de trabalho que dinamizem o local, com os grandes eventos, ou programas menores que envolvam os cidadãos, que demandem e promovam uma movimentação no entorno, de tal forma que seja um embrião de desenvolvimento local envolvendo as comunidades.

Um desenvolvimento local sustentável envolve a atuação da população, na lide social e econômica de uma localidade, que acontece pelo *empowerment*. A população normalmente cria grupos de trabalho, aciona a juventude, a igreja, os movimentos sindicais, a associação, a cooperativa, para reivindicar prioridades para a localidade e isto já existe em Monteiro, Cabaceiras, São João do Cariri, com significativo benefício social.

Nessas localidades, são fortemente patentes os *spillovers* ou externalidades recebidos de outras experiências, as de fora do local, com efeitos evidentes nos benefícios do entorno, devido a programas que são ou foram executados em outras localidades com grande sucesso; assim como, alguns outros produtos fabricados fora do estabelecimento local, externos à microrregião, já promovem ganhos sociais para o entorno.

Nas investigações promovidas na localidade, constatou-se que os recursos naturais não se encontram eficientemente inseridos na economia, no ponto de vista turístico, cujo envolvimento efetivo da população (*empowerment*) aciona melhoras nas formas de trabalho na microrregião, que gerem um bem-estar para todos indistintamente e um desenvolvimento local sustentável.

Na microrregião do Cariri paraibano, são fatos algumas iniciativas locais, que se mostram eficientes no processo de geração de desenvolvimento local, devido às potencialidades locais, com capital social, via turismo, tais como: o Programa de Caprinovinocutura, as Festas do Bode, a manufatura de queijos, doces, iogurts, o Pacto Novo Cariri pelas incubadoras e alguns outros projetos que têm gerado emprego e renda para a população.

O evidente é que constatou-se que o turismo é uma das mais promissoras variáveis para o desenvolvimento local na atualidade. Como consequência, gera melhorias nas condições locais, o que já é comprovado, mesmo que isso seja de maneira lenta. A oferta turística, em sua práxis, impulsiona os *spillovers* ou externalidades de programas externos ao local, incorporando a população ativa que esteja excluída da ação social local.

Na grande microrregião do Cariri paraibano, verificou-se que a cultura do local chama a atenção de muitos estudiosos e admiradores da idiossincrasia do entorno, a começar pela

formação histórica, depois a identidade (pertencimento) com o local, em seguida vêm as festividades e as formas de diversão trazidas dos antigos, que não devem se acabar. Nessa direção, grupos locais já se organizam para recuperá-las e dinamizá-las como forma de contribuição para o progresso do entorno.

Outro ponto importante constatado é quanto à formação histórica do local, que também aparece no cultural. São vivos elementos como: o vaqueiro, as inscrições rupestres, a fauna e a flora, diferente de muitos outros lugares do Nordeste brasileiro; tais elementos aparecem como um acervo que deve ser investigado para entendimento das origens do local e isto gera um turismo sustentável para curiosos e estudiosos acerca do assunto que dominou, por muito tempo, as terras do Cariri.

Inegavelmente, pode-se observar que o Cariri paraibano é uma localidade mística, em virtude dos lajedos gigantes, da própria atuação religiosa dos habitantes locais, do aconchego do entorno quanto aos que chegam ao local para visitar e não saem mais, adotando esse ambiente como se fosse sua terra natal.

No Cariri paraibano, fica claro que já se possui, hoje em dia, um apreciável índice de desertificação que não é procedente do turismo e que isto deve ser revertido em melhoria do ecossistema, de forma participativa para o bem comum. Entretanto, faz-se urgente a manutenção e conservação do meio ambiente, onde se vive, tanto para brindar aos visitantes passageiros, como para proporcionar melhor qualidade de vida para os filhos do local.

É preciso que as autoridades do Estado juntamente com as Prefeituras fomentem Plano Diretor, com estratégias exequíveis, para a microrregião e para o município, como um Plano de Governo ou um Dossiê de Ambiência, que contemple o turismo como dinamizador direto e indireto frente aos setores econômicos, tais como: a agropecuária, a indústria, o comércio e os serviços, com vistas ao processo de desenvolvimento local.

Sem dúvida, o que se faz necessária é uma política estratégica de investimentos em infraestrutura, de forma mais intensiva, assim como, incentivar e subsidiar o pequeno agricultor e o micro empresário como elementos chaves, na formação de emprego e produção; do mesmo modo, melhoria no nível de renda local, como acumulador de capital, que possui um efeito multiplicador importante na dinâmica do entorno.

Em resumo, o turismo exerce uma função estratégica importante no processo de desenvolvimento local, porque não dizer, no Cariri paraibano, visto que muitos setores da economia, das comunidades locais, assim como da geografia e da história podem alavancar, em rede, formas para sair do atraso. Tal processo impulsiona os fatores fundamentais desse

modelo, para um crescimento com desenvolvimento e bem-estar, para todos os membros da sociedade do entorno.

RECOMENDAÇÕES

De uma forma geral, podem-se fazer algumas recomendações quanto às informações coletadas e utilizadas nesta investigação, bem como processadas neste trabalho, em termos de compreensão do Cariri paraibano, tais como:

Grupos de trabalho qualificados em desenvolvimento local devem ser fomentados, especificamente de jovens, que priorizem uma estruturação da sociedade local, de forma convergente e ativamente engajada;

As associações ou sindicatos devem ser orientados em seus diversos campos de ação, para um novo desenho de viabilidade econômica de micros e pequenos empreendimentos locais, tanto no sentido agrícola como industrial;

Os grupos sociais em suas mais diversas estratificações devem ser fomentados para que possam dinamizar o setor turístico do entorno, como programas que envolvam a sociedade, mesmo de forma tímida;

Os acontecimentos históricos e as personalidades envolvidas, que contribuíram para a formação da sociedade local e suas atuações políticas na formação da identidade do local devem estar presentes para pesquisa e visitação turística;

Os aspectos geográficos da localidade na geração de economias internas e externas para uma melhora da qualidade de vida da população, de forma participativa e engajada são fundamentais para trabalhar a microrregião;

O local é importante para ser evidenciado na região, em termos de economia, história e capital social, quanto ao processo de contribuição na formação da identidade, da cultura e da maneira de ser do povo;

Os fatos históricos também são essenciais para o dinamismo do local, cuja sociedade deve reconhecer seus personagens na construção de um pertencimento do entorno, para uma boa qualidade de vida;

A produção industrial, agropecuária e artesanal deve ser incentivada, para melhorar a economia social e inserção no mercado efetivo em sua incorporação ao processo de competitividade econômica;

As diversas representações locais para a construção de um desenvolvimento local engajado devem se reunir, para deliberar os caminhos para uma melhora no bem-estar da população do entorno;

As autoridades constituídas devem descentralizar as atividades gerencias de atuação governamental, quando à dinâmica de desenvolvimento local, em termos de investimentos locais, nas diversas formas de economia e do social;

As feiras comerciais para exposição e venda de produtos locais de qualidade devem ser implementadas, de maneira sustentável no longo prazo, para enfrentar de maneira eficiente a competitividade das importações; e,

Assim, existe um campo para desenvolvimento local muito vasto, devido a atuação da população e as disponibilidades de matérias primas e insumos que fazem diminuir os custos de produção e comercialização.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Capital social dos territórios**: repensando o desenvolvimento rural. São Paulo, Economia Aplicada – volume 4, nº 2, abril/junho 2000.

AEB (**ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL**), IBGE, Rio de Janeiro. 2009.

AESA (**AGÊNCIA EXECUTIVA DE GESTÃO DAS ÁGUAS DO ESTADO DA PARAÍBA**). João Pessoa, Paraíba. 2008.

ALBAVERA, Fernando Sánchez. **El desarrollo productivo basado en la explotación de los recursos naturales**. Chile, Naciones Unidas (CEPAL), Serie Medio Ambiente y Desarrollo nº 86, División de Medio Ambiente y Infra estructura, 2003.

ALBAVERA, Fernando Sánchez. **Planificación estratégica y gestión pública por objetivos**. Chile, CEPAL, Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social, ILPES, Serie Gestión Pública nº 32, 2003.

ALMEIDA, Joaquim Anécio, FROEHLICH, José Marcos e REIDL, Mário. **Turismo rural e desenvolvimento local sustentável**. São Paulo, PAPIRUS Editora, 2001.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Desenvolvimento turístico ou desenvolvimento local?** Algumas reflexões. Anais do ENTBL - Planejamento para o desenvolvimento local. Curitiba, Paraná. Instituto de Estudo de Sócio-Ambientais – IESA. Universidade Federal de Goiás galmeida@ iesa.ufg.br. 2004.

ALVES, Jorge Amaro Bastos. **O turismo como fator de contribuição para o desenvolvimento local: uma análise do planejamento municipal de piraquara** - From the Selected Works of Jorge Amaro. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná. 2008.

ALVES, José Jakson Amâncio. **Caatinga do Cariri paraibano**. Campina Grande, UEPB, Geonomos; 17(1), 2009, jaksonamancio@uepb.edu.br.

ANDRADE, Manuel Correia. **Nordeste e a questão regional**. Recife, Ed. Universitárias. 1998.

AROCENA, José. **El desarrollo local**. Aspectos teóricos. Condicionantes. Atores involucrados. Decano de la Facultad de Ciencias Sociales y Comunicación de la Universidad Católica. Exposición realizada en el seminario regional Globalización, desarrollo local y las cooperativas, Florida, 1996.

ARRIAGADA, Irma. Panel 1: **Aproximaciones conceptuales e implicancias del enfoque del capital social**. Ponencias 1. *Capital social: potencialidades y limitaciones analíticas de un concepto*. Chile, CEPAL - SERIE Seminarios y conferencias. Nº 31. 2003.

ARROYO, Daniel. **Os eixos do desenvolvimento local**. Internet. FLACSO. Universidade de Buenos Aires, São Martín e Belgrano. BID e Banco Mundial. 2007.

ASSOAM (**ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE MONTEIRO**). Monteiro. Paraíba, 2011.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasil. www.pnud.org.br. 2005.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria geral do Estado**. Edição Globo, revista e ampliada. 2008.

BARBOSA, Luiz Gustavo M. **Os impactos econômicos do turismo e sua implicação nas políticas públicas**: o caso do município de Macaé-RJ, Brasil. Rio de Janeiro. Internet. lbarbosa@fgv.br. 2005.

BECKER, Daniel, et al. **Empowerment e avaliação participativa em um programa de desenvolvimento local e promoção da saúde**. Rio de Janeiro, Revista Ciência & Saúde Coletiva, 9(3):655-667, beckercedaps@alternex.com.br e danielb@cedaps.org.br, 2007.

BENEGAS-LYNCH, Alberto. **Bienes públicos, externalidades y los free-riders**: el argumento considerado. Internet, Revista Acta Académica, Universidade Autónoma de Centro América, nº 22, ISSN 10177507, Mayo, 1998.

BERNAL, Ricardo Vivas e FAJARDO, Andrés. **Sistema econômico**. Pontificia Universidad Javeriana, Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas. Bolívia, 2000.

BERTALANFFY, Karl Ludwig von. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes. 1982.

BLANCO, Hernán. **Planeamiento del desarrollo local**. Serie Recursos Naturales e Infraestructura, nº 61. Santiago, Chile, Serie Gestión Pública nº 32. Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social, (ILPES), CEPAL, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O que falar quer dizer**: a economia das trocas simbólicas, Alges: Difel. Internet. 1985.

BOUTANG, Yann Moulier. **Las externalidades**. Internet. 2000.

BRUNLAND, Gro Harlem. **Nosso futuro comum**. ONU, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Relatório Brundtland, Noruega, 1987.

BRENNER, Eliane Lopes. **El reto de la conservación ambiental y la diversificación del turismo diversificado masificado de balneario**: el diseño de una estrategia para Caldas Nova – Brasil. Espanha, Tesis de doctorado, Universidad Autónoma de Barcelona, Departamento de Geografía, BellaTerra, 2002.

BREWER, J. e HUNTER, A. **Multimethod research**: A synthesis of styles. Neebury Park, CA: Sage. 1989.

BUARQUE, Sergio. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília, INCRA/IICA, 1999.

CEF (**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**). Informações sobre Bolsa Família, 2009.

CALERO, César. **Los recursos naturales**. calero_cesar@hotmail.com. 2005.

CAMPANHOLA, Clayton e SILVA, José Graziano da. **Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais**. Internet. 2000.

CAMPOS. Angelo Mariano Nunes. **O turismo como alternativa de desenvolvimento local sustentável**. Revista Espaço Acadêmico, N° 43. Internet. angcampos@yahoo.com.br. ISSN 1677-6976. 2004.

CAMPOS, José Nilson B e STUDART, Ticiania Marinho de Carvalho. **Secas no Nordeste do Brasil: origens, causas e soluções**. Universidade Federal do Ceará UFC, 2008, nilson@ufc.br e ticiania@ufc.br.

CANEDO, Daniele. **Cultura é o quê?** - reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. Salvador-Ba. V ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2007.

CARVALHO FILHO, Manoel Vital. **Assessoria ao processo de desenvolvimento local**. Rio Grande do Norte. Projeto de Cooperação Técnica – INCRA – IICA, 1999.

CASSIMIRO, Francisco Filho. **Contribuições do turismo à economia brasileira**. São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, tese de doutoramento, julho de 2002.

CASTILHO, Dino Sandro Borges de. **Capital social e políticas públicas: um estudo da infraestrutura e serviços aos municípios do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar**. Dissertação. UFRGS. Porto Alegre. 2002.

CASTILLO, Nelly Miranda, **Recursos naturales**. Internet, Nellymircas@hotmail.com. 2007.

CASTRO, André Luiz de e NASCIMENTO, Raquel Lima. **Índice de desenvolvimento turístico**. Minas Gerais. Universidade Católica de Minas Gerais. Revista Tur. 2007.

CASTRO, Fernando Guerrero. **El Turismo como factor de desarrollo económico en la provincia la Altigracia, en los años comprendidos entre el 1983 y el 2002**. fco.guerrero@codetel.net.do, 2003.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Editora Civilização Brasileira. 2003.

CAVALCANTI, Clovis. **Desenvolvimento local sustentável e gestão dos recursos naturais: referências conceituais e políticas**. Internet, 2005.

CAVESTANY. Fernando Barreiro. **Desarrollo desde el territorio**. A propósito del Desarrollo Local. Nov. 2000.

CEPAL (COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE). Santiago de Chile. 2009.

CIP (CENSO INDUSTRIAL DA PARAÍBA), João Pessoa, Paraíba. 2008.

CHUMPITAZ, Edwin Walter Tovar. **Empowerment** (Cambio en la cultura y visión de la empresa). Internet. Waltertovar73@hotmail.com. 2005.

COELHO CESAR, Ana Maria Roux Valentini. **Método de estudo de caso (Case Studies) ou Método do caso (Teaching Case)?** Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa em Administração. Internet. 2007.

COELHO, Franklin. **Desenvolvimento local e construção social: o território como sujeito**. Rio de Janeiro, Rede DLIS, 2001. p. 57-68.

COLEMAN J. S. **Social Capital in the Creation of Human Capital**. American Journal of Sociology, Volume 94 Supplement S95-S120. 1990.

CONRADO, Daniel e NASCIMENTO, Luis Felipe. **Recuperação e preservação do meio ambiente** – uma Oportunidade de Geração de Emprego através das Inovações Tecnológicas. Rio Grande do Sul, UFRGS/PPGA. felipen@adm.ufrgs.br e dconrado@netmarket.com.br. 2000.

COSTA, José Jonas Duarte da. **Impactos socioeconômicos das políticas de combate à seca na Paraíba**. Tese de Doutorado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História: São Paulo, 2003.

COZZOLINO, Luiz Felipe Freire e IRVING, Marta de Azevedo. **Unidades de conservação e desenvolvimento local: as ASPAS do rio de janeiro e seus processos de governança local**. IP-UFRJ/Programa EICOS, felipecozzolino@uol.com.br e eicos@psycho.ufrj.br. 2004.

CUNHA, Euclides da [1903]. **Os sertões**. São Paulo. Abril Cultural. 1979.

DANTAS, Leilian Cruz. **Desenvolvimento local e valorização de produtos dos engenhos de cana-de-açúcar em base territorial: o caso do brejo paraibano**. Rio e Janeiro, RJ – BRASIL; Março de 2000.

DARRE, Jean Pierre. **L'invention des pratiques dans l'agriculture**. Paris, France, Karthala. 1996

DEL CASTILLO, Jaime, LLORENS, Juan Luis & ALBUQUERQUE, Francisco. **Estudio de casos de desarrollo económico local en America Latina**. Washington. BID. 2002.

DELGADO, Alier Méndez & FEIJÓ, María del Carmen Lloret. **Como medir el desarrollo local según la experiencia cubana?** Cuba, Facultad de Ciencias Empresariales de la Universidad Central de las Villas. <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat>. 2007.

DENARDI, Reni Antonio; HENDERIKX, Elizabeth Maria Gerardo Johanna; CASTILHO, Dino Sandro Borges de; e BIANCHINI, Walter. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do estado do Paraná**. Paraná, Emater, 2000.

DIAS, Larissa Reynaldes e MONTANHEIRO, Rebecca Bonomo. Academia de Turismo da Universidade Estadual do oeste do Paraná - UNIOESTE. **Turismo como fator de crescimento e desenvolvimento do município**. Revista Turismo, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo. ATLAS S. A. 2003.

DIAZ, Maria M. Aguilera. **La mojana**: Riqueza Natural y Potencial Económico. Colombia. Documento de Trabajo sobre Economía Regional. N° 48. 2004.

DINIZ, Paulo, DUQUÉ, Ghislaine & TONNEAU, Jean-Philippe. **Desenvolvimento territorial no Nordeste um método de diagnóstico e planejamento Participativo**. CD-Rom, 2003.

DOWBOR, Ladislau. **Redes de apoio ao desenvolvimento local**. São Paulo, Internet. Artigo. 2005.

DOWBOR, Ladislau. **O desenvolvimento local e racionalidade econômica**. Internet. 2006.

DUESENBERY, James Stemple. **Income, saving and the theory of consumer behavior**. 1948 (In.: Paixão, 2005).

DURSTON, John e MIRANDA, Francisca. **Experiencias y metodología de la investigación participativa**. Chile, 2003.

DURSTON, John. **Que es capital comunitario?** Serie Políticas Sociales, N° 38. Chile. CEPAL. 2003.

EMBRATUR (**EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO**). 2005.

EMP (**ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS**). João Pessoa, Paraíba. A União, 1973.

ESCALONA. Francisco Muños. **Crítica de la economía turística**: enfoque de oferta vs enfoque de demanda. Internet. Eumed. Espanha. 2003.

FAJARDO, Sergio. 2000. **Discussão sobre territorialidade econômica e as transformações na paisagem e no espaço rural pela ação de trades agrícolas e cooperativas**. Paraná. sergiofajardo@hotmail.com. 2007.

FAMUP (**FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DA PARAÍBA**). João Pessoa. Paraíba. www.famup.com.br. 2011.

FARIAS SEABRA, Giovanni. **As rotas culturais do turismo sertanejo**. João Pessoa, Paraíba, CCEN. Artigo. 2006.

FONTES, Ângela; Maria, VELLOSO; & DIOGO Pedro Nogueira. **A estratégia de desenvolvimento local proposta pelo Programa Comunidade Ativa**: potencialidades e entraves do DLIS. Rio de Janeiro. Relatório, Versão Final. 2002.

FRANÇA-FILHO, G.C. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular**: traçando fronteiras conceituais. Bahia - análise e dados, Salvador: SEI, v.12, n.1, 2002.

FRANCO, Augusto de. **Capital social, sustentabilidade e comunalidade**. Brasília, Instituto de Política / Millennium, 2001.

GARCIA JR. René. **O capital social como fonte de desenvolvimento local sustentável**. Revista Brasil Sempre.

GESPAR (SISTEMA DE GESTÃO PARTICIPATIVA) no Projeto do Banco do Nordeste/PNUD. Fortaleza. 2000.

GLAGOVSKY, Hugo Esteban. **Que es FODA!** Argentina. Internet. 2006.

HELVIA, Antonio Elizalde. **Planificación estratégica territorial y políticas públicas para el desarrollo local**. Serie Gestión Pública, nº 29. Santiago, Chile, Serie Gestión Pública nº 32. Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social, (ILPES), CEPAL, 2003.

HUBERMAN, Léo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro. ZAHAR Editores. 1978.

HURTADO, Adolfo, GURANZIROLI, Carlos E., BASIN, Frederick, LOQUÊRCIO, Paulo, OBANDO, Sérgio e CARDIM, Silva E. **Plano regional de desenvolvimento local sustentável**. Contribuição ao Debate do CNBB sobre Estratégias de Desenvolvimento Rural Sustentável. INCRA, INCRA/FAO, Brasília, abril, 2002.

INSTITUTO POLITECNICO NACIONAL. **Metodologia para el Análisis FODA**. Dirección de Planeación y Organización. Internet. 2002.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). www.ibge.gov.br. Rio de Janeiro. 2009.

JORNAL DO TURISMO. São Paulo. www.jornaldoturismo.com/. Internet. 20/08/2007.

JUNIOR, Rufus B. Hughes. **Demonstration effect**. Internet. 2007.

KINDLEBERGER, Charles Poor. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo, McGraw-Hill, p. 116. 1976.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Gestão ambiental: um enfoque no desenvolvimento local sustentável**. Universidade do Vale do Itajaí. Beth.kraemer@terra.com.br, 2004.

LIU, Po-Ting e SUN, Guang Zhen. **The international demonstration effect and the domestic devision of labor: a simple model**. Austrália. Pacific Economic Review, 2005.

LIRA, Iván Silva. **Metodología para la elaboración de estrategias de desarrollo local**. Chile, CEPAL, Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social, ILPES, Serie Gestión Pública nº 42, 2003.

Llorens, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Tradução de Antonio Rubens Pompeu Braga. Rio de Janeiro, BNDES. 2001.

LOPEZ, Alfredo. **Teoria de sistemas**. Argentina, pachy@bbs.frc.utn.edu.ar. 2001.

LÓPEZ-PUEYO, Carmen, SANAU, Jaime e BARCENILLA, Sara. **Externalidade tecnológicas internacionais y productividad de la manufactura**: una análisis sectorial. España, Internet, jsanau@unizar.es. 2005.

LUSTOSA, Maria Cecília. **O custo de uso e os recursos naturais**. XXVI Encontro Nacional de Economia – Vitória. 1998.

MARIANI, Milton Pasquoto; DIAS, Sibeles Amolaro; SILVA, Fabricia Gladys. **Turismo e desenvolvimento local da comunidade de ponta de pedras/pa**: a busca pela sustentabilidade. UFMS, Campo Grande - MS – Brasil. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). (miltmari@terra.com.br). 2008.

M. Isaias Covarrubias. **Enfoque sistêmico e individualismo metodológico**: una aproximación. Venezuela. icovarr@ucla.edu.ve. 2002.

M. BARBOSA, Luiz Gustavo. **Os impactos econômicos do turismo e sua implicação nas políticas públicas**: o caso do município de Macaé-RJ, Brasil. VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Publica, Lisboa, Portugal, 2002.

MACHADO, Inocencio Raúl Sánchez e MARTÍNEZ, Zulma María Ledesma. **Acercamiento a la medición de las externalidades en el enfoque económico social de evaluación de inversiones**. Internet, <mailto:raulsm@fce.uclv.edu.cu>. 2003.

MADOERY, Oscar. **El valor de la política de desarrollo local**. Revista Eletrônica. 2008.

MALAGODI, Edgard, DUQUÉ, Ghislaine & TONNEAU, Jean-Philippe. **Novos atores do desenvolvimento rural no semi-árido brasileiro**: uma visão crítica do período 1997-2002. CD-Ron, 2003.

MTP (MAPAS TURISTICOS DA PARAÍBA). João Pessoa. Paraíba. 2006.

MARIM, Walter Chaves. **Turismo e renda**. Internet, 2002.

MARIZ, Celso Marques. **Evolução econômica da Paraíba**. Paraíba. Editora União. 1939.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia**. São Paulo, VICTOR CIVITA, 1983.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

MATOS, Katty Maria da Costa e MATOS, Arthur. **Valoração econômica do meio ambiente**: uma abordagem teórica e prática. São Paulo, FAPESP, RiMa Editora, 2004.

MATOS MARTINS. **Externalidades e custos externos**. Alguns conceitos quanto à sua Avaliação e internacionalização no setor dos transportes. Lisboa (Portugal). Paulo.martins@dec.isel.ipl.pt. 2005.

MELLO, Luís Antonio Mello. **Análise reflexiva acerca da relação entre Turismo e desenvolvimento local: bases conceituais**. Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Revista Espaço Econômico – N° 72, Ano VI, Maio 2007.

MENEZES, Juliana Santos. **O turismo cultural como fator de desenvolvimento na cidade de Ilhéus**. Revista Eletrônica. 2008.

MIRANDA, Francisca e MONZÓ, Evelyn. **Capital social, estrategias individuales y colectivas: el impacto de programas públicos en tres comunidades campesinas de Chile**. Santiago, División de Desarrollo Social. CEPAL/ECLAC. 2003.

NAVALPOTRO, Justo Sotelo. **Consideraciones sobre las externalidades negativas de la economía de mercado en el contexto de la integración ambiental**. Observatorio Medioambiente, ISSN: 1132-1660, 2001.

NICOLAU, Isabel. **O conceito de estratégias**. Lisboa, Pt. Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial. 2001.

OLIVEIRA, Cristiano Aguiar de. **Externalidades espaciais e o crescimento econômico das cidades do estado do Ceará**. FEAC-CPEAC, RS, Internet: cristiano.oliveira@upf.br. 2006.

OLMOS, M^a Elvira; SÁNCHEZ, Ricardo e VENEGAS, Marcos Aurélio. **Los consensos de expertos: una metodología útil en la toma de decisiones en salud**. Colômbia. molmos@incancerologia.gov.co. 2006.

OMT (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO). Madrid. 2001.

PAIXÃO, Luiz André Ribeiro Paixão. **A publicidade e a formação da sociedade em Minas: Notas sobre a Economia do Consumo**. Internet. 2003.

PASE, Hemerson Luiz. **Capital social e empoderamento**. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS ISSN 1982-4602.

PASSOS, Luciana Andrade dos. **Paisagem natural, patrimônio cultural e turismo nos Cariris paraibanos**. João Pessoa (Paraíba), Dissertação de Mestrado, PRODEMA, 2002.

PAGE, Nanette e CZUBA, Cheryl E. **Empowerment**. What is it? Connecticut, EUA. 2003.

PAZ, Amanda. **Turismo, um fator de desenvolvimento sustentável**. Revista @ tur, 2005.

PIGOU, Arthur Cicil. **The economics of welfare**. 4 ed., London, Macmillan, 1932.

PEREIRA, Daniel Duarte. **Cariris paraibanos: do sesmarialismo aos assentamentos de reforma agrária, raízes da desertificação**. DEAG-UFCG, Paraíba. 2008.

PIRES, Ewerthon Veloso e ALCANTARINO, Marcos Delgado. **A participação das comunidades autóctones no turismo e o capital social no processo de desenvolvimento local: um exame do programa turismo solidário – MG**. Internet. 2007.

PNT (PLANO NACIONAL DE TURISMO)– **Uma viagem de inclusão**. (PAC). 2007-2010. Infra-estrutura logística; infra-estrutura energética; e, Infra-estrutura social e urbana.

PNUD/IPEA (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Brasil. 2003.

PORTER, M. **Estratégias competitivas**: Técnicas para a Análise de Indústrias e da Concorrência. Editora Campus, Rio de Janeiro. 1986.

PORTER, M. **A vantagem competitiva das Nações**. Editora Campus, Rio de Janeiro. 1990.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: HUCITEC. 1999.

PRODEMA, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. 2000.

PUTNAM, Robert D. **The prosperous community**: social capital and public Life In: The American Prospect. n.º 13, mar. 1993. In. SOUZA FILHO, Jorge Renato (jrsouza@adm.ufrgs.br). Desenvolvimento Regional Endógeno, Capital Social e Cooperação.

PUTNAM, Robert. **Making democracy work**. Civic traditions in modern Italy, Princeton NJ: Princeton University Press. 1993.

RICHARDS, Michael. **Internalizando as externalidades da silvicultura tropical**: uma revisão dos mecanismos inovadores de financiamento e incentivo. Londres, Overseas Development Institute. Comissão Européia. Bruxelas. ISBN: 085003471X. 1999.

ROCASOLANO, Pablo Miró. **La economía de la información en un contexto Neoinstitucional**. Madrid. pablorocascalano@hotmail.com. 2004.

RODRIGUES, Cláudia Heloisa Ribeiro e SANTOS, Fernando César Almada. **Empowerment**: ciclo de implementação, dimensão e tipologia. São Carlos, Revista Gestão & Produção vol. 8, nº 3, Internet. 2005.

ROMANO, **Empoderamento**: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza. Rio de Janeiro. ACTIONAIDS. Documento de apoio apresentado no International Workshop. 2002.

ROMERO. Constanza Gómez. **Definición, delimitación y caracterización de las entidades sin ánimo de lucro de carácter asociativo y solidario, como contribución a la formación de políticas públicas en colombia**. Tese de Maestría. Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá. 2006.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1952.

RUSCHMANN, Doris van de M. **O turismo rural e o desenvolvimento local sustentável**. In. Almeida, J. A.; Riedl, M.; Froehlich, J. M. (orgs). Turismo Rural e Desenvolvimento local sustentável. Campinas. São Paulo. Papirus, 2001.

SACHS, Ignacy. **Em busca de novas estratégias de desenvolvimento**. São Paulo, Estudos Avançados, Vol. 9 n° 25, 1995.

SAMUELSON, Paul Antony. **Introdução à análise econômica**. Rio de Janeiro, Livraria AGIR Editora, 1978,

SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas), Campina Grande, Paraíba. 2008.

SICSÚ, João e CROCCO, Marco. **Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro**. Niterói, RJ. Vol. 4, N° 1, p. 85-112, jan/jun. 2003.

SILVA, Edson. **Proposta metodológica para análise de tecnologias e externalidades de cadeias produtivas do agronegócio**. Santa Catarina, Internet, 2004.

SILVA, Marconi Mendonça da. **Artigos jurídicos**. www.advogado.edv.br/dr/marconi. Internet. 2005.

SILVA, Maria Tereza da e ARNS, Paulo César. **Desenvolvimento comunitário: alguns sonhos e reflexões num pensamento imperfeito**. Projeto BNDES-PNUD. 2001.

SILVA, Severino da. **Historia do cariri**. http://www.amigosdobem.org/texto/index.php?id_texto=8&id_cat_texto=1. 2003.

SOUSA, Jorge de. **Estatística econômica e social**. Rio de Janeiro. Campus. 1977.

SOUSA, Rita Mafalda Dionísio de. **Externalidades**. Internet. 2000.

THIOLLENT, M. **Metodologia de pesquisa ação**. São Paulo, 14ª edição, Cortez Editora. 2005.

TONNEAU, Jean Philippe. **Desenvolvimento rural sustentável: novos paradigmas ou velhas questões**. Internet. tonneau@cirad.fr.

TORRECILLA, Eduardo Rojo. **Desarrollo social y económico para luchar contra la exclusión**. 2002.

TOVAR, Antonio Carlos de Andrade e FERREIRA, Gian Carlos Moreira. **A infra-estrutura portuária brasileira: O Modelo Atual e Perspectivas para seu Desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro, Revista BNDES. V. 19. N° 25. 2006.

TRABALHO 1. **Revisión de metodologías utilizadas para la estimación de las externalidades**. Naciones Unidas, Comisión Económica para América Latina y el Caribe. LC/MEX/L556, 12 de Junio de 2003.

TUMBAY, Alejandro Maldonado. **Zonificación y priorización del potencial de recursos naturales de la comunidad campesina de Pomabamba**. Lima, Peru, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Tesis para Profesional de Geógrafo, 2002.

TURÉGANO, Manuel Ángel Santana. **Formas de desarrollo turístico, redes y situación de empleo: el caso de maspalomas**. Tesis Doctoral, Departament de Sociologia, Universitat Autònoma de Barcelona, España, Bellaterra, 2003.

VEIGA, José Eli da. **Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília, FINEP-IBRA, 2001.

VILLOTA, Francisco Villota. **Concepto de desarrollo e indicadores de la calidad de la vida**. Revista de Economía Política. Núm. 87. Enero-Abril. 1981.

VISCARRA, Reinaldo Maia e MONTANA, Mônica Martinez. **Desenvolvimento local sustentável e meio ambiente na América Latina**. Internet. <http://metaong.info/node.php?id=718>. 2005.

ZAOUAL, Hassan. **El mosaico de culturas encara a un mundo uniforme**. POLIS – Revista Académica. Universidade Bolivariana. Vol. 1. Nº 2. 2001.

WIKIPÉDIA, Enciclopédia Livre. Internet, www.wikipedia.org. 2007.

WORLD Tourism Organization – WTO. www.unwto.org. 2008.

ANEXO I - APLICAÇÃO DE QUESTIONARIO

Entrevistado nº _____

- O(A) Senhor(a) nasceu no município? Sim () Não (). Se não, veio a essa localidade a convite de alguém? Sim () ou Não (). Se sim, por quem: Parente (); Tio (); Irmão (); Avô (). Se não. Por que veio: boas condições de trabalho (); Gostou do clima (); Conseguiu namorado(a) (); transferência de trabalho ().
- O seu trabalho é como agricultor(a) (), pequeno(a) industrial (), comerciante (), ou prestador(a) de serviços (), além do artesanato.
- A sua atividade é ruim (), regular (), boa (), excelente (), não tem o que dizer ().
- Quais são os problemas que o (a) senhor(a) encontra em sua atividade? falta dinheiro pessoal (), falta crédito para o trabalho (), falta orientação técnica (), falta pessoal capacitado (), falta quem enfrente o trabalho ().
- Existem outros problemas em sua atividade econômica ou empresarial? Sim (), ou não ()? Se Sim, quais são: _____.
- Há cooperação ou ajuda entre os trabalhadores (empresários)? Sim (), ou não ()? Se sim, como: _____, Se não, por quê? _____.
- O(A) Senhor(a) é casado(a) ou solteiro(a)? Se casado(a), quantos filhos: 1 (), 2 (), 3 (), 4 (), 5 (), acima de 5 filhos ().
- Só o(a) Senhor(a) trabalha na família? Sim (), ou não (). Se não, quantos trabalham no grupo familiar: 2 (), 3 (), 4 (), ou acima disto.
- Qual é a renda familiar? Até 1 salário mínimo (); 1 a 2 salários mínimos (); 2 a 3 salários mínimos (); 3 a 5 salários mínimos (); 5 a 10 salários mínimos () e de 10 a 20 salários mínimos (), ou acima disto ().
- Quais são as estratégias para funcionamento da cooperativa que vocês participam? Elas funcionam?
- O(a) Senhor(a) possui qualificação? Sim (), não (). Se sim, de que modo ela serve para o seu trabalho? Administração (), comercialização (). Trato com as coisas do trabalho (). Se não, o seu trabalho não tem nada a ver ().
- Os filhos estudam? Sim (), ou não (). Se sim, em que grau? Primeiro grau (), segundo grau (), ou universidade ().
- Hoje, o senhor(a) está vendo melhora para sua família? Sim (), ou não (). Se sim, como? Bolsa família (), bolsa escola (), aposentadoria (). Se não, por quê? _____.

- O que o(a) senhor(a) possui em sua residência: televisor (), rádio (), computador (), parabólica (), automóvel (), telefone (), geladeira (), som (), banheiro (), privada (), energia elétrica (), esgoto () e água encanada ().

- Como os comprou? À vista (); à prazo: dois meses (), três meses (), quatro meses (), cinco meses (), seis meses (), sete meses (), oito meses (), nove meses (), dez meses ().

Por quê? _____.

- Há pessoas que promovem eventos em seu município? Sim (), não (). Se sim, em que: festa de formatura (), festas juninas (), passeios pelo campo (), enduros em motocross (), enduros em bicicletas (), enduros em jumentos (), enduros em motocross em *Jeeps* (). Outros tipos de eventos _____.

- Nessa cidade aparecem visitantes? Sim (), não (). Se sim, que tipo? Visitas simples (); pesquisas (); Festas (); Feiras (); Descanso (); Congresso (); Seminários (); Outros tipos _____.

Se não, Por quê? _____.

Quantos chegam na cidade? _____.

- Existe programa de turismo aqui na cidade? Sim (); Não (). Se sim, que tipo: _____.

- Como surgiu a idéia de implantação do turismo no local? Viu-se em algum lugar esse programa (); pensou e teve a idéia de implantar este tipo atividade turística (); foi o prefeito que criou grupo de trabalho para implantação (); foi um empresário local que criou essa atividade no município (); foi um empresário de fora que teve a idéia ().

- Existe algum ambiente, ou fato, no município, que se pode enquadrar como turístico? Sim (), não (). Se sim, que tipo? _____.

A que tempo, isto acontece? _____.

Vêm muitos visitantes? Sim (), não (). Se sim, o que atrai essa gente. Se não, por que? _____.

Quantas pessoas _____.

- Existem eventos para mostrar as comidas típicas locais? Sim (), não (). Se sim, em que mês do ano? _____.

Se não, por que? _____.

Quais comidas típicas apresentadas? carne de sol (), macaxeira (), buchada (), umbuzada (), rabada de boi (), picado (), frutas de palmas (), bolo de cardeiro (), dobradinha (). Se não. Por quê? _____.

- Existe a participação, nas diversas formas, do Estado, em sua cidade? Sim (), não ()? Se sim, em que: micro crédito (), orientação técnica (), orientação comercial (), orientação organizacional (), fazer estradas (), colocação de bancos (), colocação de correios (), colocação de escolas (), colocação de hospitais ou posto de saúde (). Se não, por que? _____.

- Enumere as principais atividades econômicas (Agropecuária; indústria; e, serviços.) do Município. Agropecuária _____, indústria _____, serviços _____, comércio _____.

- Existe algum incentivo ou subsídio aos produtores locais para implantação do seu negócio no município? _____.

- Quem está criando mais turismo no município? O Estado (). O setor privado (). A comunidade () Por quê? _____

- Existem pessoas que têm iniciativas em movimentar a cidade para fomentar atividades econômicas e sociais para animar o local? Sim (), não (). Se sim, qual motivo? _____
 Se não, por que? _____

- Se existe turismo na cidade, quem planejou e implantou? _____.
 Houve treinamento? Sim (), ou não ()? Se sim, por quem? _____.
 Se não. Por que? _____.
 Quem financiou? _____.

- Como é a relação entre as empresas particulares e o governo (municipal, estadual, federal) com relação ao turismo? Ruim (), regular (), bom () excelente (). Como poderia melhorar? _____.

- Como é a relação do cidadão com os turistas no que diz respeito a:

	Indiferente	Ruim	Regular	Bom	Excelente
Lixo	()	()	()	()	()
Cortesia	()	()	()	()	()
Higiene	()	()	()	()	()
Apresentação pessoal	()	()	()	()	()
Assédio	()	()	()	()	()

- Existem programas de ensino e sensibilização envolvendo:

	Sim	Não
Servidores públicos	()	()
Policiais	()	()
Fiscais (do ambiente e de construção)	()	()
Garis	()	()
Agentes de informação.	()	()
Agentes de turismo.	()	()
Guias.	()	()
Ambulantes.	()	()
Barraqueiros.	()	()

Se não. Por quê? _____

- Há saneamento básico para toda a população local. Sim (), não (). Se não, por quê? _____
 Qual o percentual? _____

- A infra-estrutura é adequada em termos de hotéis, motéis e pousadas, residências para turismo. Sim (), não (). Se não, por quê? _____.

- Existe mão de obra suficiente e qualificada para serviços de turismo? Sim (), não ().
 Se não, por quê? _____.

- As condições de transportes urbanos internos e intermunicipais são boas? Sim (), não ().
Se não, por quê? _____.
- Existe participação efetiva da população em movimento político partidário, ou qualquer tipo de associação na cidade? Sim (), não (). Se não por quê?
_____.
- A fauna e a flora são preservadas e mantidas como antigamente? Sim (), não (). Se não, por quê? _____.
- Existem montanhas ou serras para prática de esportes (enduro de *motocross*, *bicicross*, *jeeps*, rapel, etc)? Sim (), não (). Se não, por quê?
_____.
- Os açudes do município servem de piquenique de finais de semana para a comunidade e circunvizinhança? Sim (), não (). Se não, por quê?
_____.
- Clima e o ambiente natural são aconchegantes para finais de semana, e/ou férias? Sim (), não (). Se não, por quê? _____.
- Os projetos (ASSOAM e outros, incubadora, ARTEZA, Pacto Novo Cariri, etc) locais têm servido ao Município? Sim (), não (). Se sim, como?
_____. Se não, por quê?
_____.
- Qual é a vocação econômica do Município? Agropecuária (); industrial (); comercial (); serviços (); turismo (); outro tipo ().
- Como é que os empresários iniciaram seu negócio aqui no local?
_____.
- O senhor(a) vende produtos da moda? Sim () Não (). Ao criar um novo produto, o que é que o senhor(a) faz para vendê-lo?
_____.
- O senhor(a) gosta de acompanhar a moda? Sim (), Não (). Se sim, por quê?
_____.
- Onde o senhor(a) viu, ou ver, tal modelo que usa, ou que a população da cidade usa? Televisão (); jornais (); revistas (); alguém que chegou à cidade (); uma viagem que fez (); *out door* ().
- Quais os benefícios que a população tem com o movimento econômico do local?
_____.
- Qual o nível de satisfação da população com as festas locais?
Ruim (); regular (); bom (); excelente (). Existe participação efetiva?
_____.

- O senhor (a) faz parte de tipo de Associação? Tipo: Comunitária (); política (); cooperativa (); sindicato (); associação de amigos ().
- O senhor (a) conhece os estatutos de sua agremiação? Sim (), ou não (). Se sim, como conheceu? Interesse próprio (); discussão com amigos (); recebeu-os e leu-os ao se filiar ().
- Como o senhor (a) se filiou à Associação que faz parte? A convite de amigo (); interesse próprio (); vontade incondicional (); pretensão política ().
- A atuação de sua agremiação é: boa () ou ruim (). Se boa, quais os pontos positivos: _____ . Se ruim, quais são esses pontos: _____ .
- Quais produtos que o senhor(a) mais gosta? Daqui (), importado (). Por quê? _____ .
- Vende-se muito produto do local (), ou de fora (). Se de fora. Por quê? _____ .
- O que diferencia um produto local do importado? A qualidade (); o *design* (); a marca (); porque não existe no local (); por conta da moda (); por conta do vizinho tê-lo ().
- Houve melhora na produção local? Sim (). Não (). Se sim quais? _____. Se não. Por quê? _____ .
- Quais foram os ganhos que as pessoas tiveram em sua renda, nos últimos cinco anos? _____ .
- O senhor(a) acha que houve mudança na cultura local, por conta das pessoas que visitam o município? Sim (), ou não (). Se sim. Como? _____. Se não. Por quê? _____ .

Prof. Luiz Gonzaga de Sousa

ANEXO II - Cidades da microrregião Oriental

Alcantil
Barra de Santana
Barra de São Miguel
Boqueirão
Cabaceiras
Caraúbas
Caturité
Gurjão
Riacho de Santo Antônio
Santo André
São Domingos do Cariri
São João do Cariri

Cidades da microrregião Ocidental

Amparo
Assunção
Camalaú
Congo
Coxixola
Livramento
Monteiro
Ouro Velho
Parari
Prata
São João do Tigre.
São José dos Cordeiros
São Sebastião do Umbuzeiro
Serra Branca
Sumé
Taperoá
Zabelê.



